

ESTUDOS & PESQUISAS

INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SÓCIOECONÔMICA

37

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS

UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA

DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

2017

Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Dyogo Henrique de Oliveira

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente

Roberto Luís Olinto Ramos

Diretor-Executivo

Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas

Claudio Dutra Crespo

Diretoria de Geociências

Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática

José Sant`Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Maysa do Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Barbara Cobo Soares

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 37

Síntese de Indicadores Sociais

Uma análise das condições de vida
da população brasileira
2017

Rio de Janeiro
2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1516-3296 Estudos e pesquisas

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional.

A série **Estudos e Pesquisas** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4440-3 (meio impresso)

© IBGE. 2017

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2017 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2017
147p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 37)

Inclui bibliografia e glossário.
ISBN 978-85-240-4440-3

1. Indicadores sociais - Brasil. 2. Levantamentos domiciliares - Brasil. 3. Brasil - Condições sociais - Estatística. 4. Brasil - Condições econômicas - Estatística. 5. Brasil - População - Estatística. 6. Qualidade de vida - Brasil. 7. Custo de vida - Brasil. I. IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. II. Série..

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/IBGE/2017-25

CDU 311.141:308(81)
DEM

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação

Introdução

Mercado de trabalho

Efeitos da conjuntura econômica nacional sobre o mercado de trabalho

Estrutura do mercado de trabalho brasileiro por grupos populacionais específicos

Juventude e trabalho

Padrão de vida e distribuição de renda

Distribuição de renda

Pobreza monetária

Condições de moradia

Pobreza multidimensional

Mobilidade ocupacional e educacional

Mobilidade ocupacional

Mobilidade educacional

Referências

Anexos

- 1 Notas sobre a PNAD Contínua
- 2 Grupamentos e divisões de atividade
- 3 Composição dos estratos ocupacionais

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

A publicação *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* tem como objetivo retratar a realidade social do País a partir da análise de indicadores que contemplem a heterogeneidade da sociedade brasileira.

Nesta edição da publicação, realizou-se um esforço adicional de organização temática, com vistas a aprofundar a análise das condições de vida da população brasileira a partir do eixo das desigualdades sociais. As desigualdades de gênero, cor ou raça e grupos de idade foram abordadas de forma transversal em todos os capítulos, assim como a comparação temporal de alguns indicadores, de forma a revelar aspectos importantes dos temas aqui abarcados e sua evolução no tempo.

A principal fonte de informação para a construção dos indicadores foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua de 2012 a 2016. Com cobertura que abrange todo o território nacional, a pesquisa permite a apreensão das desigualdades sociais em distintos recortes territoriais tais como: Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais. Além da PNAD Contínua, utilizou-se informações do Suplemento de Mobilidade Sócio-Ocupacional da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2014 e do Sistema de Contas Nacionais - SCN, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Também foi utilizada como fonte a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho.

As informações e tabelas aqui mencionadas estão disponíveis no portal do IBGE na Internet, onde também podem ser encontrados a versão digital da publicação em formato PDF e o plano tabular completo da Síntese de Indicadores Sociais - SIS em formato Excel.

Claudio Dutra Crespo
Diretor de Pesquisas

Introdução

O pioneirismo do IBGE na produção de indicadores sociais remete à criação, em 1973, do grupo Projeto de Indicadores Sociais. Essa iniciativa teve como objetivo adequar a produção de estatísticas sociais do Brasil ao contexto internacional, que era marcado por crescentes críticas ao determinismo econômico na explicação de fenômenos sociais. Partindo da conceituação que confere dimensão sistêmica ao campo social, a proposta desenvolvida pelo referido grupo se opunha à organização puramente temática dos indicadores sociais, sem que fossem levadas em consideração as articulações existentes entre seus múltiplos aspectos e relações, bem como da necessidade do seu enquadramento em uma perspectiva histórica. Propunha, por outro lado, que a organização dos indicadores sociais seguisse esquemas conceituais pré-definidos, garantindo, com isso, maior eficácia explicativa (INDICADORES..., 1979).

A SIS é uma importante fonte de informações para a análise das condições de vida da população brasileira e reflete, em sua estrutura temática e abordagem conceitual, a trajetória dos mais de quarenta anos do IBGE na produção e análise dos Indicadores Sociais. Tendo sua primeira versão lançada em 1999 e, desde então, com periodicidade anual – com exceção dos anos censitários – a publicação manteve, ao longo desses anos, sua estrutura baseada na análise temática de indicadores, organizada a partir da perspectiva das desigualdades sociais. Ao longo de suas 17 edições, a SIS cobriu uma série de temas relevantes para o mapeamento das desigualdades sociais e seus efeitos sobre as condições de vida da população brasileira. Embora alguns temas fossem recorrentes, sempre se procurou incorporar assuntos atuais e relevantes para as políticas públicas, o que tornou a publicação dinâmica.

Nesta edição procurou-se restringir o escopo temático e aprofundar a análise em temas que possuem elevada aderência às particularidades atuais da economia e sociedade brasileira: mercado de trabalho; padrão de vida e distribuição de renda; e mobilidade social. Com capítulos mais amplos, objetivou-se explorar uma gama maior de indicadores com resultados para diferentes desagregações territoriais – chegando ao nível dos municípios das capitais – além de fornecer informações desagregadas por grupos populacionais específicos. Objetivou-se, com isso, traçar um quadro abrangente das condições de vida da população brasileira.

O primeiro capítulo tem como objetivo relacionar a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro com o comportamento da economia entre 2012 e 2016. Procurou-se ressaltar suas desigualdades estruturais, evidenciadas nas características da inserção dos trabalhadores nas relações de trabalho que – a despeito dos progressos da última década – ainda mantêm no desemprego e/ou na informalidade grupos populacionais considerados mais vulneráveis como pretos ou pardos, mulheres e jovens (este último grupo será objeto de uma sessão específica). Como complemento, pretende-se verificar se os efeitos da crise econômica sobre a estrutura do mercado de trabalho brasileiro ampliaram essas desigualdades.

No segundo capítulo é feita uma análise das desigualdades a partir de indicadores de distribuição do rendimento, acesso a bens e serviços (condições de moradia), pobreza monetária e pobreza multidimensional. Denominado **Padrão de vida e distribuição de renda** o referido capítulo apresenta, para 2016, importantes indicadores para medir a desigualdade de renda, tais como: índice de Gini, índice de Palma, razão 20/20, dentre outros; além de apresentar o resultado comparando diferentes metodologias para o cálculo da pobreza. Implementa, da mesma forma, análise das condições de vida da população brasileira a partir de indicadores que informam sobre as características de acesso a moradia e bens e serviços.

Por fim o terceiro capítulo traz informações sobre mobilidade ocupacional e educacional à luz do arcabouço teórico sobre desigualdade de oportunidades, usando os dados do Suplemento de Mobilidade Sócio-Ocupacional da PNAD 2014. Compreender o impacto da situação socioeconômica da família de origem e de outras características herdadas ou inatas (como sexo e cor ou raça) na determinação tanto da posição ocupacional quanto do nível educacional alcançado é uma forma de medir quanto estratificada é a sociedade brasileira e com qual intensidade se dá a reprodução das desigualdades sociais entre as gerações.

Cabe ressaltar que, embora não esteja restrita a apenas uma fonte de informações, a SIS tinha na PNAD um importante insumo para a produção dos indicadores analisados¹. A substituição desta última pela PNAD Contínua produziu mudanças na forma de obtenção das informações para os temas, até então referidas a um período único no ano. Assim, enquanto algumas informações passaram a ser captadas em todos os trimestres – caso do bloco de trabalho – outras se restringiram a trimestres específicos – educação – ou a entrevistas ao longo do ano – habitação e rendimentos de outras fontes. Como forma de harmonizar as informações dos capítulos, trabalhou-se com informações anuais consolidadas a partir das primeiras entrevistas dos trimestres.

¹ Para esta edição da SIS também foram utilizadas informações da RAIS do Ministério do Trabalho e do SCN do IBGE.

Para garantir maior precisão na interpretação dos resultados também foram calculados os coeficientes de variação (CVs) para todos os indicadores selecionados. Indicadores calculados a partir de pesquisas amostrais – como é o caso das PNADs – consistem em uma estimativa do valor real deste indicador para a população de interesse. Para tais estimativas, é possível obter medidas que expressam o quão precisas são. O coeficiente de variação pode ser definido como a razão entre o erro-padrão e a estimativa. De forma geral, quanto mais próximo de zero o coeficiente de variação, mais precisa é a estimativa. É geralmente apresentado em valores percentuais.

Devido ao número significativo de tabelas, optou-se por disponibilizá-las apenas na Internet. As mesmas são mencionadas no texto sempre que for necessário.

Mercado de trabalho

Entre 2012 e 2016, o mercado de trabalho brasileiro passou por mudanças significativas, reflexo da conjuntura econômica bastante variada ao longo deste quinquênio. Após uma década de resultados relativamente positivos na atividade econômica, o crescimento do produto, da renda e do emprego sofreram um processo de esgotamento e crise a partir de meados de 2014. O aumento da desocupação foi um dos principais efeitos desta dinâmica e seu desdobramento apontou para a ampliação das desigualdades sociais e para maior vulnerabilidade de grupos populacionais específicos.

O presente capítulo tem como objetivo retratar as diferenças entre estes grupos populacionais no mercado de trabalho brasileiro. Considerando a relação direta entre a crise econômica e seus reflexos, pretendeu-se apontar em que medida foram impactadas as desigualdades entre os grupos de trabalhadores. Para tanto, o conteúdo do capítulo foi desenvolvido em três seções que consideraram, respectivamente, o cenário macroeconômico do período, a estrutura ocupacional em diferentes dimensões e os resultados específicos para os trabalhadores jovens, grupo populacional especialmente vulnerável.

O foco da primeira seção foi direcionado para resultados macroeconômicos e indicadores tradicionais do mercado de trabalho, tais como Produto Interno Bruto - PIB *per capita*, consumo das famílias, taxa de desocupação e participação; e temas como informalidade, proteção previdenciária e sindicalização. Além de retratar as principais mudanças no cenário econômico em um período bastante instável, com melhoria de seus indicadores até 2014 e deterioração nos anos

seguintes, a seção inicial forneceu um pano de fundo para a compreensão das alterações nos resultados estruturais do mercado de trabalho, tema da seção seguinte. As bases de dados utilizadas são a PNAD Contínua, a RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego e o SCN.

A segunda seção do capítulo traz o enfoque estrutural, considerando os indicadores da força de trabalho de forma desagregada por sexo, faixa etária, nível de instrução, cor ou raça, região geográfica e atividades econômicas, baseando-se também em informações atualizadas da PNAD Contínua. O conteúdo da segunda seção se propõe a dois objetivos: conhecer os resultados a partir da nova pesquisa, que revelam a inserção desigual dos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro a partir das desagregações propostas; e avaliar os impactos nestes resultados por conta da intensa variação no cenário econômico que, neste breve intervalo temporal, passou por crescimento, estagnação e crise.

O objetivo da terceira seção é apresentar a dinâmica do mercado de trabalho e as características dos trabalhadores jovens, que foram fortemente afetados pela crise econômica em virtude de sua histórica maior vulnerabilidade em relação aos demais grupos populacionais. São apresentados indicadores de participação no mercado de trabalho, com foco na desagregação por atividades econômicas; de desocupação, como forma de mostrar a magnitude do desemprego jovem, além de uma análise dos trabalhadores que não estudam e não estão ocupados.

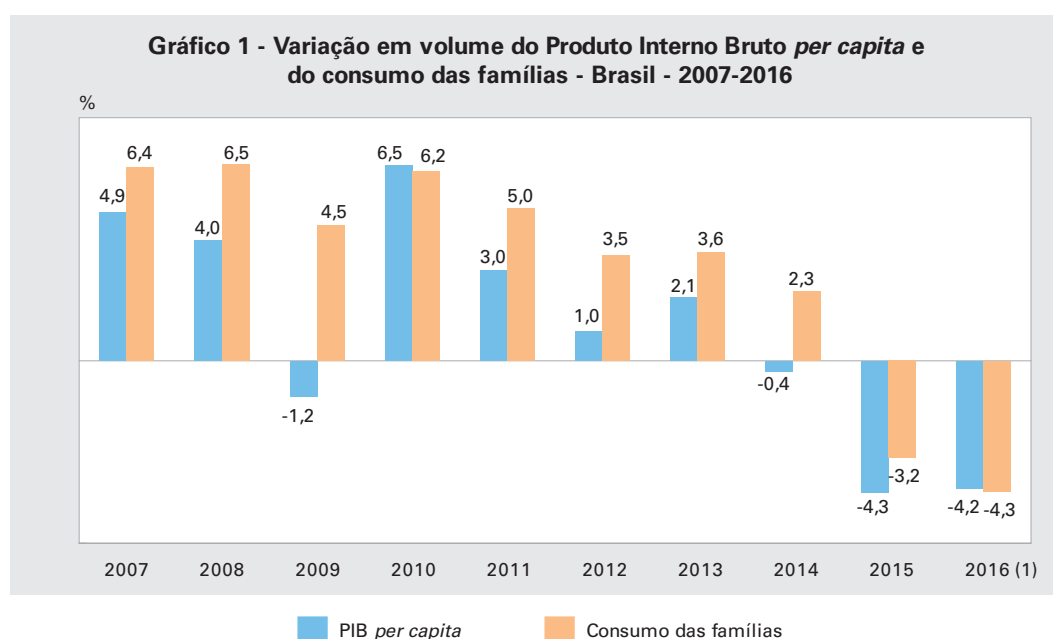
Efeitos da conjuntura econômica nacional sobre o mercado de trabalho

Na última década, o mercado de trabalho brasileiro presenciou transformações significativas, alternando um período de dinamismo, com efeitos positivos sobre as condições de vida da população, com uma fase de estagnação e crise, marcada pelo aumento da desocupação e deterioração das condições do mercado de trabalho. Nos anos seguintes à crise econômica internacional de 2008 e até 2014, as políticas públicas voltadas para a expansão da demanda contribuíram para o aquecimento do mercado de trabalho brasileiro, com crescimento do emprego e da renda do trabalho. Entretanto, em 2015 e 2016, observou-se forte reversão do ciclo econômico com queda do PIB, do consumo das famílias e do emprego, sobretudo o formalizado.

O período de ascensão, estagnação e queda da economia brasileira pode ser bem retratado com os resultados anuais das taxas de crescimento em volume do PIB *per capita* e do consumo das famílias – componente mais importante pela ótica da demanda – nos últimos dez anos, conforme apresentado no Gráfico 1. Nota-se, conforme o esperado, que, em geral, há correlação positiva entre as variações de PIB *per capita* e das despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias. Entretanto, embora o PIB *per capita* tenha registrado quedas nos anos de 2009 e 2014, as despesas das famílias não foram reduzidas, permanecendo com taxas positivas de crescimento real. O uso de políticas de renda, como a elevação do salário mínimo e a expansão de programas sociais; o estímulo à aquisição de produtos, via redução de juros dos bancos públicos, ampliação de crédito consignado e desoneração de determinados bens com a redução do Imposto sobre Produtos Industriais - IPI, especialmente para automóveis, foram exemplos de medidas que estimularam o consumo neste período.

do. Assim, os resultados do Gráfico 1 revelam que, especialmente até 2014, a média de crescimento do consumo das famílias, equivalente a 3,0% ao ano, foi três vezes superior à do PIB *per capita* (1,0% ao ano).

No biênio 2015-2016, no entanto, fatores econômicos – como o aumento do endividamento e a redução dos investimentos, associados à crise política, que gera incertezas e inibe as decisões de gastos dos agentes econômicos, trouxeram significativos impactos negativos tanto para o produto quanto para o consumo². No acumulado em dois anos, o PIB *per capita* e o consumo das famílias decresceram 8,4% e 7,4%, respectivamente, sendo estas as maiores quedas de ambos indicadores na série histórica do SCN do Brasil. As principais quedas no consumo das famílias ocorreram em produtos como Automóveis, Comércio e reparação de veículos, e Eletrodomésticos³, o que denota também o esgotamento das políticas de estímulo à demanda colocadas em prática nos anos anteriores.



Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais 2007-2016.

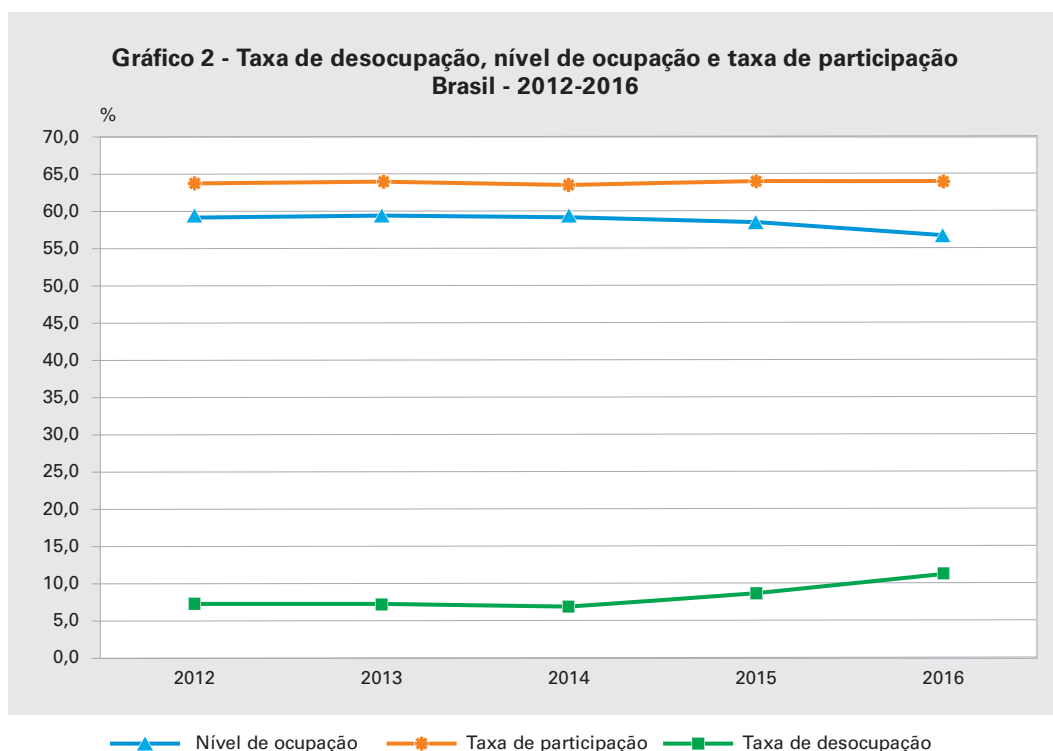
(1) Os dados de 2016 são provenientes do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais 2016.

² Segundo o Banco Central do Brasil - BCB, a dívida líquida do setor público como proporção do PIB passou de 31,4%, em 2014, para 41,0%, em 2016. Na série histórica iniciada em 2007, o endividamento das famílias em relação à renda atingiu seu auge em 2015 (45,9%). Já a taxa de investimento do País reduziu-se de 19,9%, em 2014, para 17,8%, em 2015, e para 16,1%, em 2016, o menor valor desde o início da série (SISTEMA..., 2017).

³ Em sua maior desagregação de atividades econômicas e produtos, as Tabelas de Recursos e Usos do SCN do Brasil apresentam a tabela de demanda total da economia brasileira com 128 grupos de produtos. Dentre estes, 101 são destinados ao consumo das famílias. O último resultado disponível refere-se ao ano de 2015 (SISTEMA..., 2017).

Assim como a manutenção do crescimento do consumo contribuiu para explicar a permanência do aquecimento do mercado de trabalho até 2014, mesmo com o PIB em desaceleração, a forte queda de ambos indicadores nos dois últimos anos explicam a deterioração de seus indicadores no mesmo período. Os resultados da PNAD Contínua, de 2012 a 2016, evidenciam que, até 2014, o mercado de trabalho brasileiro apresentou incremento da ocupação, sobretudo do emprego formal; redução da desocupação, que atingiu sua menor taxa; e aumento da renda do trabalho. Nos dois anos finais, tais indicadores sofreram reversão.

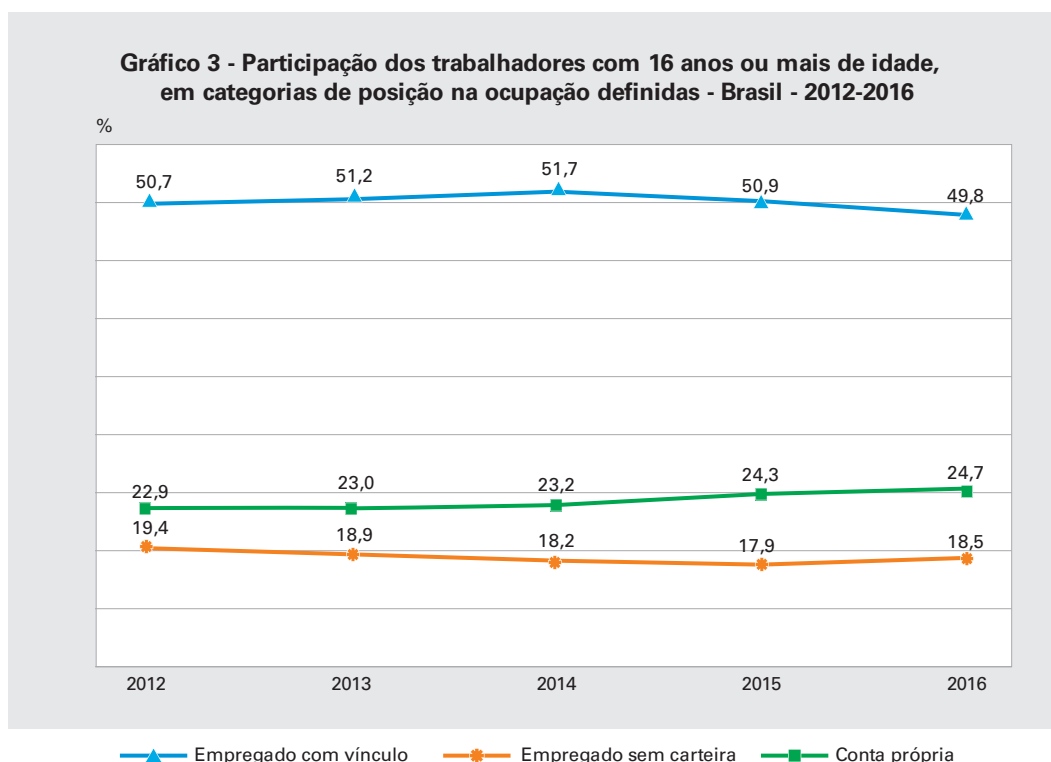
O Gráfico 2 apresenta a série histórica dos cinco anos da PNAD Contínua com três medidas fundamentais do mercado de trabalho relacionadas a participação, ocupação e desocupação. Como a força de trabalho (FT) e a população em idade de trabalhar (PIT) variaram de forma similar, verificou-se manutenção de sua razão, ou seja, da taxa de participação. Já a taxa de desocupação, desocupados em relação à FT, mostrou forte crescimento nos anos de 2015 e de 2016; enquanto o nível de ocupação, ocupados em relação à PIT, registrou o oposto. Dessa forma, fica patente o movimento de saída de trabalhadores da situação de ocupados para a de desocupados nos dois anos finais da série. Dentre outros temas analisados, a seção 2 deste capítulo traz um perfil destes desocupados, caracterizando-os por sexo, cor ou raça, grupos de idade e nível instrução.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.

Além do aumento da desocupação, os resultados revelaram também que a crise no biênio final trouxe condições menos favoráveis mesmo para os que se mantiveram ocupados. Não somente houve interrupção do crescimento dos empregos com víncu-

lo formal de trabalho, o que vinha ocorrendo desde 2012; como sua reversão para o menor nível da série em 2016, quando atingiu a participação de 49,8%. Já o aumento do peso das ocupações de trabalhadores por conta própria registrou crescimento de 22,9% para 24,7% no período. A parcela de empregados sem carteira de trabalho assinada decresceu até 2015, mas aumentou em 2016, quando atingiu 18,5% do total das ocupações (Gráfico 3).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.

Em relação à população ocupada que contribui para previdência social o movimento foi também crescente até 2014, com a inclusão de quase 4 milhões trabalhadores nesta condição. Em 2015 ocorreu estabilização, em relação ao ano anterior, em torno de 56,5 milhões de contribuintes e, no ano seguinte, decréscimo para 55,5 milhões. O principal grupo de trabalhadores formais, formado pelos empregados com carteira de trabalho assinada mais os servidores públicos e militares, sofreu a maior redução no ano final e determinou o comportamento geral da formalização. Já os trabalhadores por conta própria e os empregadores que contribuem para a previdência social registraram ascensão, minorando a redução das ocupações formais no período. Em termos percentuais, os trabalhadores formais⁴ representaram 61,2% em 2016, enquanto os informais atingiram 38,8%. Tais resultados são apresentados na Tabela 1, a seguir.

⁴ O conceito de trabalho formal baseia-se na definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Office - ILO) que inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social (PERFIL..., 2009; PERFIL..., 2012).

Tabela 1 - Números absolutos e proporção da população de 16 anos ou mais de idade ocupada, segundo o tipo de trabalho - Brasil - 2012 -2016

Tipo de trabalho	População de 16 anos ou mais de idade ocupada				
	2012	2013	2014	2015	2016
Números absolutos (1 000)					
População ocupada	88 821	90 432	91 758	91 998	90 792
Formal	52 401	54 371	56 272	56 456	55 544
Empregado com vínculo	45 074	46 317	47 446	46 814	45 253
Conta própria	4 864	5 354	5 967	6 544	7 014
Empregador	2 462	2 700	2 859	3 097	3 277
Informal	36 421	36 061	35 486	35 542	35 248
Proporção (%)					
Formal	59,0	60,1	61,3	61,4	61,2
Informal	41,0	39,9	38,7	38,6	38,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.

Cabe ressaltar que esta nova configuração de trabalhadores que contribuem para a previdência social, com menos empregados com carteira de trabalho assinada e mais trabalhadores por conta própria e empregadores implica que a população ocupada está menos protegida. Além dos direitos previdenciários (aposentadoria e licenças médicas, à maternidade ou por acidentes de trabalho), os empregados com carteira possuem outros direitos, como férias e décimo terceiro salário, que não são facultados aos demais trabalhadores que contribuem para a previdência social. Da mesma forma, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS também é recolhido apenas para os empregados com carteira de trabalho assinada.

A população ocupada cresceu 2,3% nos cinco anos analisados, sendo um incremento inicial de 3,3%, até 2014, e recuo de 1,0% nos dois anos finais (Tabela 2). Entre os subgrupos de atividades⁵ cabe destacar que Agropecuária, Indústria, Construção e Administração pública foram as quatro atividades que apresentaram quedas na população ocupada entre 2012 e 2016. Entretanto, enquanto na Agropecuária a queda se deu continuamente até alcançar a redução de 1,1 milhão de pessoas em 2016, na Indústria e na Construção houve elevação no período até 2014 (3,5% em ambas), seguida de queda nos dois anos finais (4,1% na Construção e 13,2% na Indústria).

Exceto na atividade de Administração pública, em que a redução da população ocupada foi bastante expressiva (11,7%), nas outras atividades do grande grupo Serviços houve elevação da população ocupada ao final do período. Merece destaque a evolução do pessoal ocupado no subgrupo Serviços domésticos, que ao contrário dos demais, apresentou redução no período inicial da série (2,6% até 2014) e elevação (4,2% de 2014 a 2016) no período mais agudo da crise econômica (Tabela 2).

⁵ A classificação detalhada de atividades econômicas encontra-se no Anexo 2, ao final desta publicação.

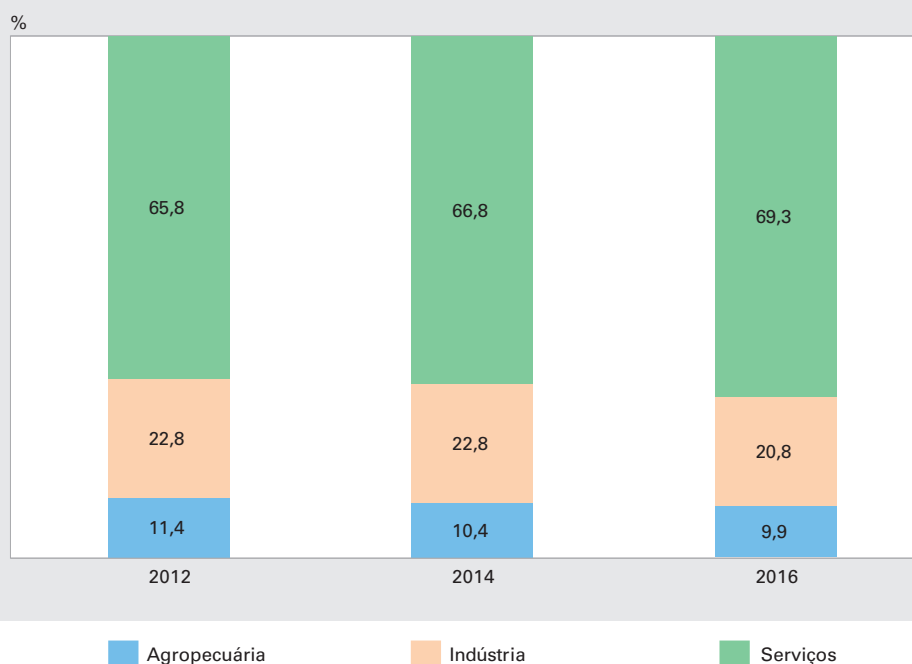
**Tabela 2 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas no trabalho principal e variação entre períodos selecionados, segundo os setores de atividades
Brasil - 2012-2016**

Setores de atividades	Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas no trabalho principal (milhares)					Variação entre períodos (%)		
	2012	2013	2014	2015	2016	2014/12	2016/14	2016/12
Total	88 771	90 417	91 735	91 983	90 786	3,3	(-) 1,0	2,3
Agropecuária	10 139	10 016	9 512	9 298	9 019	(-) 6,2	(-) 5,2	(-) 11,1
Indústria	12 771	12 635	13 217	12 763	11 468	3,5	(-) 13,2	(-) 10,2
Construção	7 476	7 964	7 734	7 634	7 416	3,5	(-) 4,1	(-) 0,8
Comércio e reparação	16 723	17 082	17 252	17 511	17 406	3,2	0,9	4,1
Administração pública	5 818	5 833	5 802	5 370	5 136	(-) 0,3	(-) 11,5	(-) 11,7
Educação, saúde e serviços sociais	8 493	8 703	9 352	10 013	10 516	10,1	12,5	23,8
Serviços domésticos	6 136	6 022	5 978	6 109	6 230	(-) 2,6	4,2	1,5
Demais serviços	21 215	22 163	22 888	23 284	23 595	7,9	3,1	11,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.

Considerando os três grandes grupos de atividade econômica em três anos selecionados nota-se que, proporcionalmente, a absorção de pessoal ocupado reduziu-se continuamente na Agropecuária que finalizou o período com 9,9% de participação. No grande grupo da Indústria, que inclui a atividade de Construção, a redução ocorreu no biênio final (20,8% da população ocupada total) e no grupo de Serviços, que compreende as demais atividades, o crescimento foi contínuo, chegando próximo a 70,0% de participação na população ocupada total, em 2016 (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, segundo os grupos de atividades econômicas - Brasil - 2012/2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2016.

Tanto a redução de pessoal na Indústria, como o incremento da mão de obra nos Serviços, pode ser explicada como reflexo da crise econômica que se aprofundou nos últimos dois anos. O aumento de empregos nos Serviços, em termos relativos e absolutos, está associado à natureza de parte de seus postos de trabalho, em que prevalecem menor formalização, jornadas mais flexíveis e menor sindicalização. De fato, segmentos intensivos em mão de obra dos Serviços, tais como Comércio, Serviços pessoais, Serviços domésticos, Alojamento e alimentação e Educação, saúde e serviços sociais registraram elevação no pessoal ocupado em 2016 (Tabela 1.6)⁶.

A análise da taxa de sindicalização reforça o comportamento acima descrito. Definida como a proporção de trabalhadores filiados a sindicatos dentre os empregados formais, este indicador informa sobre a condição da relação entre capital e trabalho na sociedade, uma vez que permite inferir sobre a capacidade de articulação e de organização do trabalhador formal diante das transformações no mundo do trabalho⁷. A fonte utilizada para obter tais informações é a RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego⁸.

Na análise do período disponível pela base de dados, entre 2012 e 2015, observa-se que as atividades da Indústria apresentaram taxa de sindicalização mais elevada, com filiação de 13,2% de seus empregados formais, em 2015. Entretanto, como proporção na participação do total de trabalhadores sindicalizados, este grupo de atividades apresenta uma queda de 12,0% entre os anos de 2012 e 2015, acompanhando a queda no total de vínculos deste grupo que foi de 11,0% no mesmo período (Tabela 3). Ao longo do período, não se observou alteração relevante no percentual de sindicalização dos trabalhadores formais, mesmo em um contexto recessivo⁹.

⁶ As tabelas iniciadas com o número do capítulo (exemplo: 1.X) pertencem ao plano tabular da publicação e podem ser consultadas no portal do IBGE na Internet, no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?&t=resultados>>.

⁷ A taxa de sindicalização calculada no presente trabalho não leva em conta a contribuição sindical compulsória, que deixará de ser exigida a partir de 2018 em decorrência da reforma trabalhista, instituída pela Lei n. 13.467, de 13.07.2017.

⁸ A RAIS é um registro administrativo criado pelo Decreto n. 76.900, de 23.12.1975, com declaração anual e obrigatória a todos os estabelecimentos formais existentes no território nacional. O conceito de trabalho formal na RAIS inclui todos os trabalhadores amparados por contratos de trabalho regidos em dispositivos legais, como a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e o estatuto dos servidores públicos federais, estaduais e municipais. Para maiores informações consultar o manual de orientação da RAIS, no endereço: <http://www.rais.gov.br/sitio/rais_ftp/ManualRAIS2016.pdf>.

⁹ A PNAD Contínua também coleta resultados de sindicalização sem, entretanto, diferenciar os contribuintes compulsórios dos voluntários. Como esperado, a taxa de sindicalização por esta fonte situa-se em patamar superior, em torno de 15,5% da população ocupada, e apresenta tendência semelhante à encontrada na RAIS.

**Tabela 3 - Dados da sindicalização, segundo os grupos de atividades econômicas
Brasil - 2012/2015**

Grupos de atividades econômicas (Divisão CNAE 2.0)	2012	2015
Total		
Número de sindicalizados	4 155 668	4 098 988
Vínculos totais	44 750 875	45 381 645
Taxa de sindicalização (%)	9,3	9,0
Proporção sindicalizados/total (%)	100	100
Agropecuária		
Número de sindicalizados	66 134	62 441
Vínculos totais	537 484	537 027
Taxa de sindicalização (%)	12,3	11,6
Proporção sindicalizados/total (%)	1,6	1,5
Indústria		
Número de sindicalizados	1 515 779	1 345 540
Vínculos totais	11 325 194	10 232 203
Taxa de sindicalização (%)	13,4	13,2
Proporção sindicalizados/total (%)	36,5	32,8
Serviços		
Número de sindicalizados	2 573 755	2 691 007
Vínculos totais	32 888 197	34 612 415
Taxa de sindicalização (%)	7,8	7,8
Proporção sindicalizados/total (%)	61,9	65,7

Fonte: Ministério do Trabalho, Relação Anual de Informações Sociais 2012/2015.

Passando para a análise dos rendimentos do trabalho observa-se que, segundo a PNAD Contínua, o rendimento médio habitual mensal total da população ocupada elevou-se 3,9%, em termos reais¹⁰, ao longo do período, passando de R\$ 1 945,00 para R\$ 2 021,00, entre 2012 e 2016 (Tabela 4). No entanto, esta ascensão não foi contínua, tendo, a exemplo de outros indicadores favoráveis aos trabalhadores, alcançado o auge em 2014 (R\$ 2 081,00). Entre 2012 e 2016 somente a atividade de Comércio e reparação registrou queda no rendimento médio (4,0%), mais do que compensando o crescimento de 1,9% até 2014.

A distribuição dos rendimentos médios por atividade mostra a heterogeneidade estrutural da economia brasileira. Embora tenha apresentado o segundo maior crescimento em termos reais nos cinco anos disponíveis (10,9%), os Serviços domésticos registraram os rendimentos médios mais baixos em toda a série. A Administração pública, por sua vez, registrou o maior crescimento (14,1%) e os rendimentos médios mais elevados (Tabela 4).

¹⁰ Os valores de rendimento real apresentados neste capítulo estão a preços médios de 2016, inflacionados pelo IPCA/IBGE.

**Tabela 4 - Rendimento médio habitual mensal do trabalho principal e variação entre períodos selecionados, segundo os setores de atividades
Brasil - 2012-2016**

Setores de atividades	Rendimento médio (R\$)					Variação entre períodos (%)		
	2012	2013	2014	2015	2016	2014/12	2016/14	2016/12
Total	1 945	2 011	2 081	2 004	2 021	7,0	(-) 2,9	3,9
Agropecuária	1 069	1 148	1 211	1 132	1 111	13,3	(-) 8,3	3,9
Indústria	1 989	2 018	2 109	2 059	2 024	6,0	(-) 4,0	1,7
Construção	1 658	1 760	1 757	1 738	1 733	6,0	(-) 1,4	4,5
Comércio e reparação	1 791	1 797	1 825	1 736	1 719	1,9	(-) 5,8	(-) 4,0
Administração pública	3 156	3 360	3 371	3 533	3 601	6,8	6,8	14,1
Educação, saúde e serviços sociais	2 517	2 573	2 694	2 586	2 649	7,1	(-) 1,7	5,3
Serviços domésticos	743	783	833	822	824	12,2	(-) 1,1	10,9
Demais serviços	2 271	2 335	2 408	2 257	2 321	6,0	(-) 3,6	2,2
Atividades mal definidas	1 371	2 508	1 611	1 420	1 405	17,4	(-) 12,8	2,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.

Os resultados de rendimento médio segundo a posição na ocupação mostram também a forte disparidade entre as categorias, sendo o mais elevado na categoria Empregador (R\$ 5 569,00), e o mais baixo em Empregados sem carteira de trabalho assinada (R\$ 1 143,00). Tal valor representa somente 58,0% do rendimento do empregado com carteira, o que evidencia a importância da formalização para o trabalhador (Tabela 5).

Tabela 5 - Rendimento médio habitual mensal do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por posição na ocupação, segundo os setores de atividades - 2016

Setores de atividades	Média	Empregado		Militar ou funcionário público	Conta própria	Empregador
		Com carteira	Sem carteira			
		(R\$ mês)				
Total	2 021	1 971	1 143	3 636	1 521	5 569
Agropecuária	1 111	1 445	696	x	940	4 847
Indústria	2 024	2 188	1 342	3 852	1 121	4 593
Construção	1 733	2 078	1 069	-	1 385	6 045
Comércio e reparação	1 719	1 593	1 032	-	1 461	4 091
Administração pública	3 601	2 403	2 002	4 199	x	x
Educação, saúde e serviços sociais	2 649	2 164	1 882	2 996	3 280	8 858
Serviços domésticos	824	1 127	679	-	-	-
Demais serviços	2 321	2 207	1 383	4 721	1 935	7 064

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

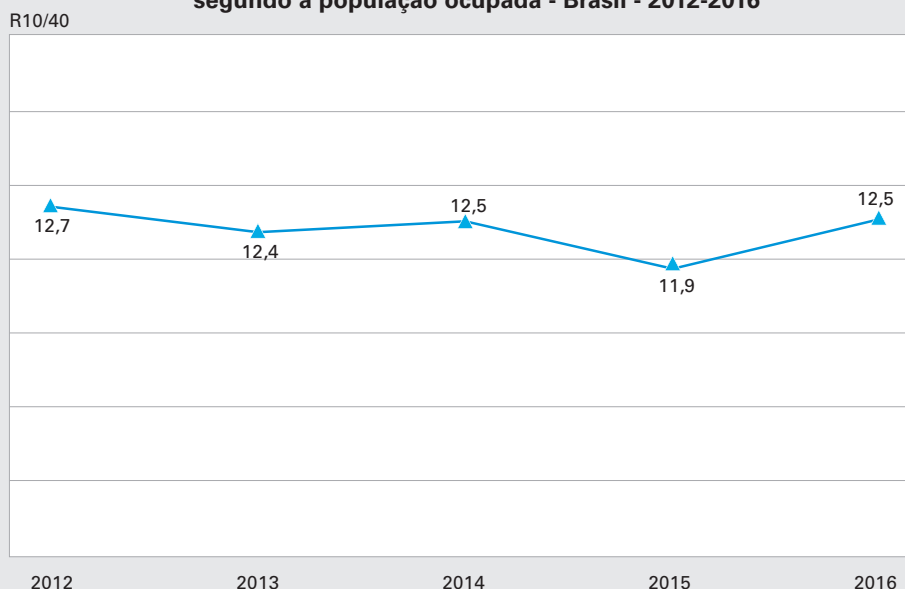
Embora inferior em todas as atividades econômicas, quando estratificado, o rendimento médio que apresenta maior desigualdade entre trabalhadores com e sem carteira assinada insere-se na atividade Agropecuária, em que estes últimos recebem em média 48,2% do que recebe os trabalhadores com carteira. Na Construção, o rendimento médio entre trabalhadores com e sem carteira também é bastante desigual, com trabalhadores sem carteira recebendo 51,5% a menos que os trabalhadores com carteira, no ano de 2016.

A posição de menor rendimento foi a de empregados sem carteira nos Serviços domésticos, com média de R\$ 679,00 mensais. Por outro lado, na Administração pública e em Educação, saúde e serviços sociais, os rendimentos médios foram os mais elevados, sobretudo para os trabalhadores com vínculo formal de trabalho.

O indicador de distribuição de rendimentos do trabalho (Tabela 1.16) apresenta a razão entre os rendimentos médios do trabalho principal dos 10% com os maiores rendimentos e os 40% com os menores rendimentos (R10/40). Este indicador tem como característica maior sensibilidade se comparado com outros indicadores de desigualdade, como o Gini por exemplo, pois a razão de rendimentos foca nos extremos da distribuição, enquanto o Gini leva em consideração toda a distribuição. Em outras palavras, o Gini tende a ser mais estável nas séries históricas, pois usualmente os extremos da distribuição são mais afetados por conta das flutuações da economia do que o meio (COBHAM, 2013; PALMA, 2011).

Os dados obtidos para a série histórica indicaram que a queda da renda real dos trabalhadores durante a crise não foi acompanhada, inicialmente, por elevação do nível de desigualdade na distribuição de rendimentos do trabalho (Gráfico 5). Ao contrário, no ano de maior queda da renda real, 2015, a desigualdade reduz-se, e sobe no ano seguinte. A razão para tal resultado pode ser atribuída à política de valorização do salário mínimo, que atua impedindo (ou reduzindo) a queda do rendimento real dos trabalhadores situados nos menores décimos da distribuição da população.

Gráfico 5 - Razão entre os rendimentos médios do trabalho principal dos 10% com os maiores rendimentos e os 40% com os menores rendimentos, segundo a população ocupada - Brasil - 2012-2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.

Combinando-se este resultado com os dados por posição na ocupação, em que há queda dos empregados com carteira, e por atividade econômica, em que se destaca a queda do emprego industrial; a redução da desigualdade em 2015 ocorreu, possivelmente, pela saída do mercado de trabalho de trabalhadores que em geral possuem remunerações acima da média, fechando o leque distributivo naquele ano. Já, em 2016, com a persistência da crise econômica e o aumento da proporção de trabalhadores por conta própria e sem carteira de trabalho, observou-se a reversão no indicador de desigualdade entre os ocupados.

Estrutura do mercado de trabalho brasileiro por grupos populacionais específicos

Nesta seção são analisados distintos indicadores da força de trabalho por grupos específicos, compreendendo a desagregação por sexo, cor ou raça, idade, nível de escolaridade e Regiões. A análise mostra as diferenças entre as categorias, em que se destaca a maior vulnerabilidade de mulheres, pretos ou pardos, jovens e população ocupada menos escolarizada. A análise regional mostra também maior vulnerabilidade em grande parte das Unidades da Federação - UF situadas nas Regiões Norte e Nordeste.

Participação, ocupação e desocupação

Em 2016, as informações da PNAD Contínua mostraram que o nível de ocupação foi menor entre os mais jovens e entre os mais idosos, sendo maior nas faixas etárias intermediárias. No que tange aos mais jovens, tal configuração é explicada por conta deste grupo estar relativamente mais dedicado ao estudo do que a população mais adulta, e também pelo fato de terem mais dificuldade em obter ocupação, pois muitas vezes estão em busca do primeiro emprego. Já os mais idosos, naturalmente, estão em maior proporção na condição de aposentados, portanto, fora da força de trabalho, além de também sofrerem discriminação no mercado de trabalho¹¹ (Tabela 1.1).

Mesmo partindo de um patamar relativamente inferior, em 2012, o grupo etário dos mais jovens sofreu a maior queda no nível de ocupação. A população ocupada de 16 a 29 anos registrou redução de 6,5 pontos percentuais ou 3,5 milhões de pessoas frente à força de trabalho, atingindo 52,6%, em 2016, o piso da série histórica iniciada em 2012. Este e outros indicadores analisados mostram que os jovens foram particularmente afetados nos recessivos dois últimos anos¹².

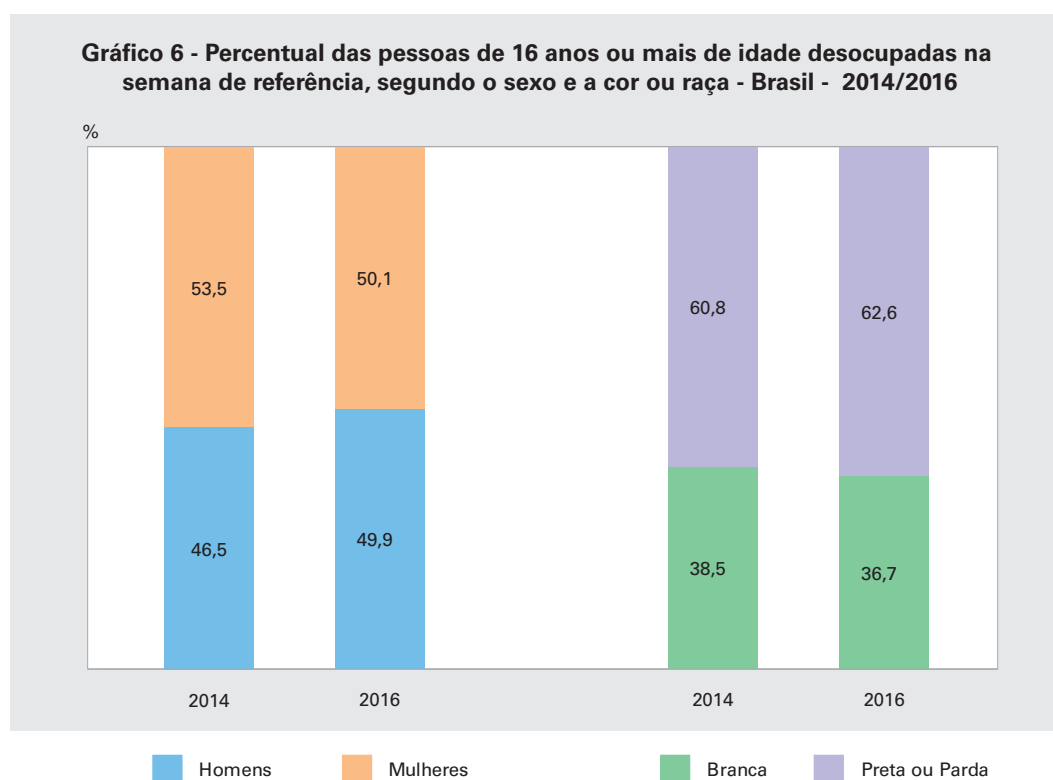
¹¹ Os idosos sofrem discriminação em função da idade, na medida em que seriam vistos, pela perspectiva dos empregadores, como empregados mais caros e menos produtivos (GHOSHEH JUNIOR; LEE; McCANN, 2006). Mesmo com as reformas previdenciárias que retardam a concessão de aposentadoria, o nível de ocupação dos idosos, historicamente, não se elevou significativamente, o que significa que a postergação da aposentadoria pode trazer ou manter os idosos na força de trabalho como desocupados.

¹² A seção 3 deste capítulo trata especificamente da inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro.

Ainda em relação ao nível de ocupação, percebeu-se que houve estabilidade nos três primeiros anos da série e declínio generalizado nos dois últimos, tanto nas categorias de faixa etária quanto por sexo. Os únicos grupos etários que não registraram queda, entre 2014 e 2016, foram os das mulheres de 50 a 59 anos e o de 60 anos ou mais que, entretanto, já possuíam baixo nível de ocupação se comparado aos homens de mesma condição. Em 2016, o nível de ocupação das mulheres na faixa de 50 a 59 anos foi 49,6%, enquanto dos homens 76,2%. Na faixa superior, acima de 60 anos, os resultados foram 13,6% e 32,9%, respectivamente.

O nível de ocupação é maior quanto mais alto é o nível de instrução, tanto para os recortes de sexo, como de cor ou raça. Em 2016, enquanto para a população ocupada que possuía nível superior completo, o nível de ocupação situou-se em 78,2%, para o nível sem instrução ou fundamental incompleto, este percentual foi de apenas 43,9%. A série histórica disponível evidencia o efeito da conjuntura econômica recessiva dos últimos dois anos com declínio em todos os níveis de instrução, não importando o recorte por cor ou raça. Entretanto, enquanto a população branca registrou redução de 60,2% para 58,7% (1,5 pontos percentuais), pretos ou pardos foram ainda mais atingidos, apresentando redução de 58,3% para 55,2% (3,5 pontos percentuais). Ou seja, apesar de apresentarem o nível de ocupação um pouco menor em toda a série, os pretos e pardos registraram, ainda assim, as maiores quedas (Tabela 1.2).

Entre a população desocupada as mulheres ainda eram maioria (50,1%), embora os homens tenham ganhado participação no ano final e alcançado resultado bastante próximo (49,9%). Já em relação à distribuição por cor ou raça, os pretos ou pardos constituíam-se na maior parte da população desocupada e, ainda assim, aumentaram a diferença em relação à população branca – 62,6% contra 36,7%, respectivamente, em 2016 (Gráfico 6).



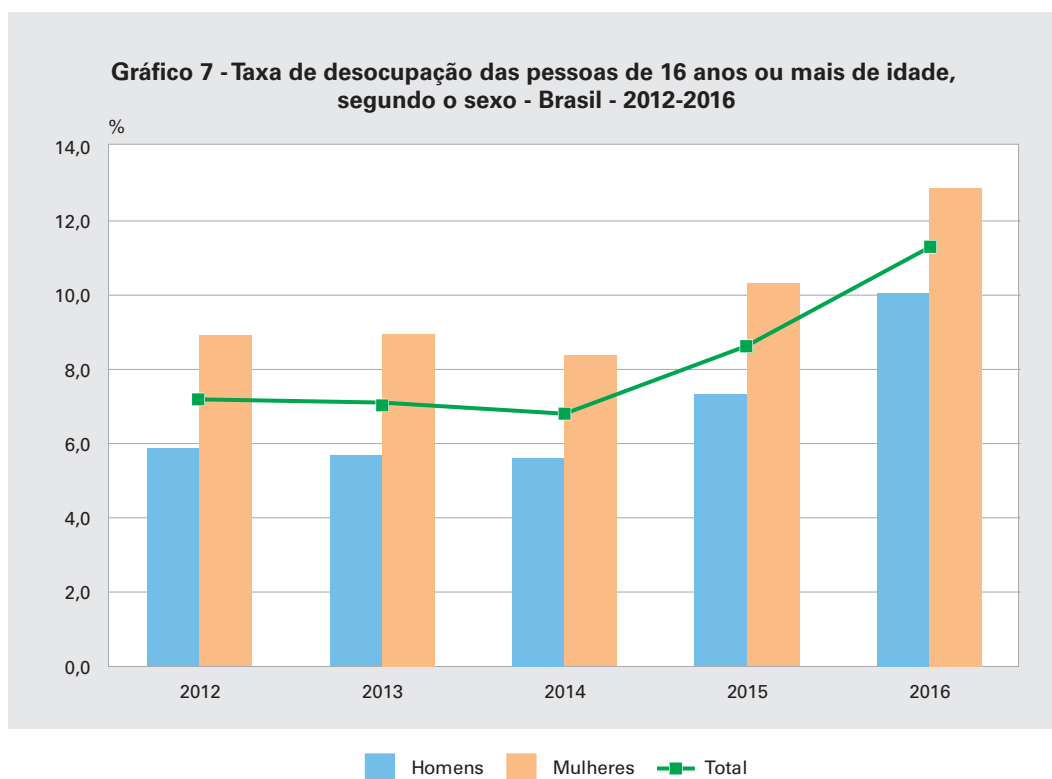
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014/2016.

Nota: Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas ou sem declaração de cor ou raça.

A taxa de participação para o total da população ocupada se mostrou relativamente estável ao longo dos cinco anos para o total da população, mas teve relativo incremento para as mulheres, passando de 52,5%, em 2012, para 53,7%, em 2016. Historicamente os homens registram maior engajamento na atividade laboral, sendo mais elevado nas duas faixas etárias intermediárias, que compreendem as idades de 30 a 59 anos (Tabela 1.1). Em relação ao recorte por nível de instrução, verificou-se uma relação direta entre este e a taxa de participação, independentemente do sexo ou da cor ou raça (Tabela 1.2).

Enquanto entre as categorias de cor ou raça a taxa de participação foi semelhante, em torno de 64,0%, entre homens e mulheres ela foi bastante distinta, sendo inferior para a população feminina. Entretanto, neste curto período de cinco anos, o diferencial entre as taxas de homens e mulheres se reduziu, passando de 23,6 pontos percentuais, em 2012, para 21,7 pontos percentuais, em 2016. Este movimento está de acordo com a evolução histórica recente, em que se observa o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro (ESTATÍSTICAS..., 2014).

Em relação à taxa de desocupação, a desagregação por sexo indica que seu crescimento, já mencionado na primeira seção deste capítulo, foi relativamente maior entre os homens. Tal resultado se deve, provavelmente, por conta do decréscimo das ocupações em atividades econômicas em que há predominância de ocupados do sexo masculino, como na Agropecuária, na Construção e na Indústria (Gráfico 7)¹³.

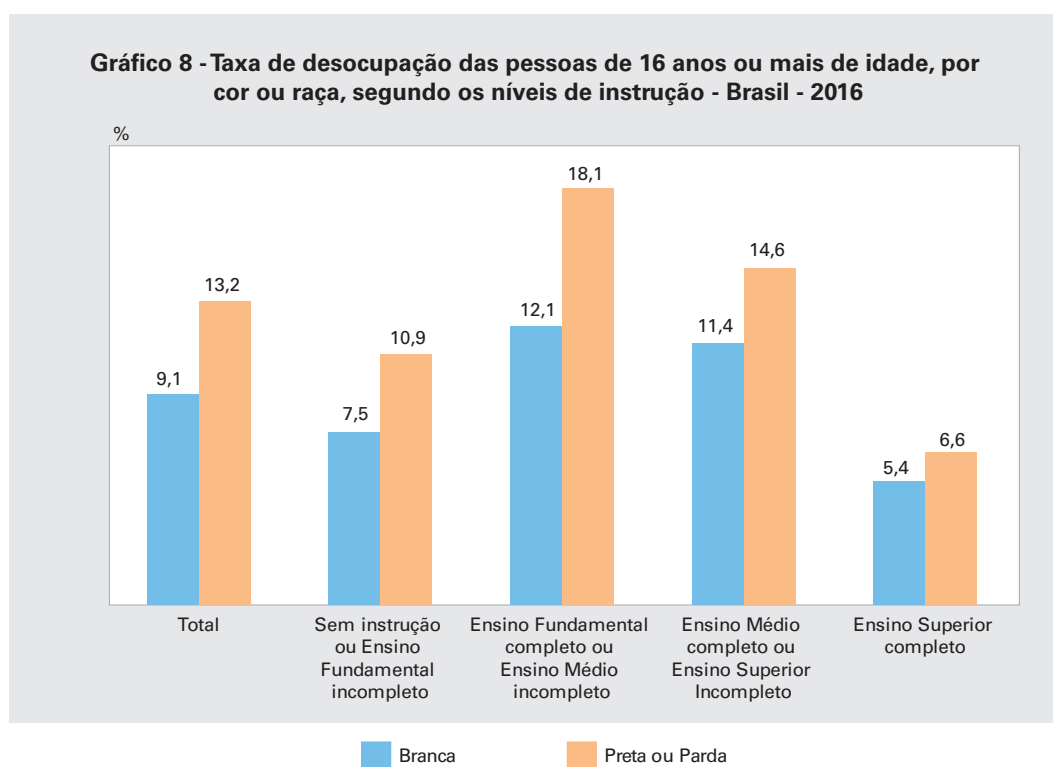


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.

¹³ Em 2016, a proporção de homens ocupados superou em 3,6 vezes a de mulheres nestas três atividades reunidas (Tabela 5.8).

O aumento da desocupação entre os homens foi generalizado para todas as faixas etárias, sendo que os mais jovens alcançaram a maior taxa no final do período, com 18,9%. Entretanto é na categoria mulher de 16 a 29 anos que a taxa de desocupação atingiu o nível mais alto dentre todos os grupos populacionais, com 24,0%. Tal incremento representou 2,2 milhões de mulheres a mais em 2016 que procuraram e não encontraram ocupação, em relação a 2014 (Tabela 1.1).

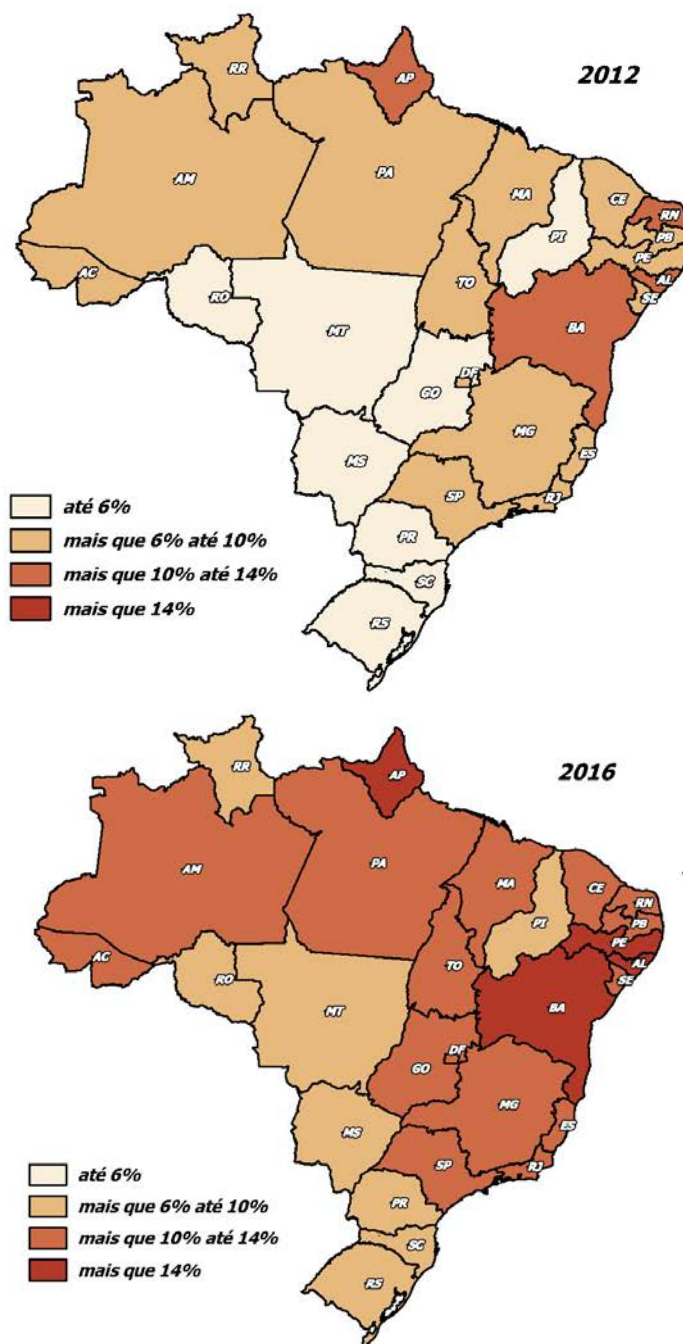
O crescimento da taxa de desocupação ocorreu também em todos os níveis de instrução, independentemente do grupo populacional (Tabela 1.2). Em 2012, a população branca registrou 5,8% contra 8,6% de pretos e pardos, enquanto, em 2016, as taxas subiram para 9,1% e 13,2%, respectivamente. O detalhamento da taxa de desocupação revela ainda que as taxas de desocupação da população preta ou parda foram superiores às da população branca em todos os níveis de instrução. Os diferenciais foram menores conforme o maior nível de instrução, mas ainda assim, situaram-se em torno de 20,0% nos níveis mais elevados. Na categoria ensino fundamental completo ou médio incompleto, o diferencial entre a taxa de desocupação de pretos e pardos *vis a vis* a de brancos atingiu seu máximo (Gráfico 8).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

O Cartograma 1, a seguir, evidencia o aumento generalizado em todo o território para a taxa de desocupação no ano final da série. Em 2012, havia oito UFs com taxas de desocupação até 6,0% e nenhuma UF com taxas acima de 14,0%. Já em 2016, a reversão é visível e disseminada geograficamente. Nenhuma UF apresentou taxa até 6,0%, a maioria apresentou taxas entre 10,0% e 14,0%, e quatro delas superaram a taxa de 14,0%. As maiores taxas de desocupação foram registradas no Amapá, Bahia (ambas 15,6%) e Pernambuco (14,8%); enquanto as menores taxas ocorreram em Santa Catarina (6,1%), Mato Grosso (6,9%) e Rio Grande do Sul (7,7%) (Tabela 1.3).

Cartograma 1 - Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade na semana de referência, segundo as Unidades da Federação - 2012/2016



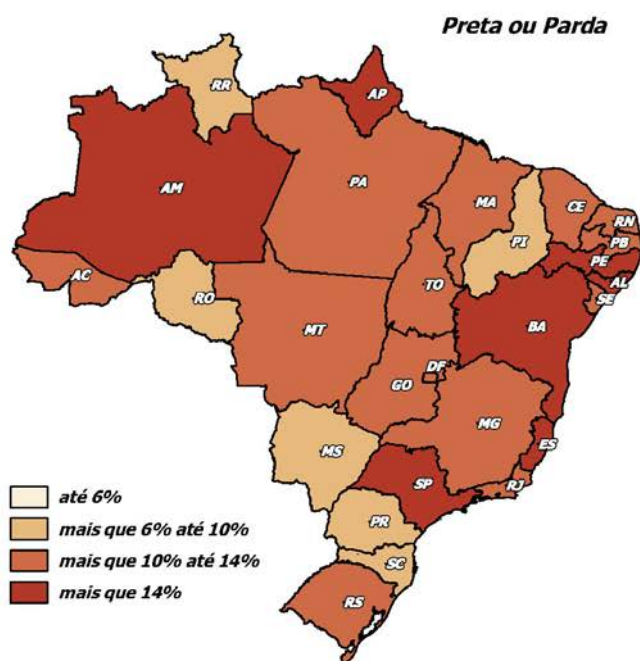
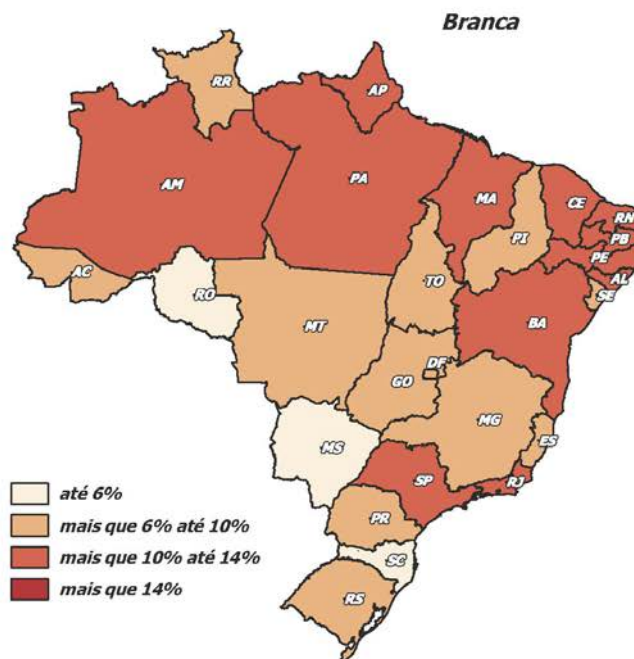
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2016.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

A análise por cor ou raça para o último ano disponível mostra que, regionalmente, a situação da população preta ou parda também é mais vulnerável do que a da branca. Enquanto para a população branca 14 UFs registraram taxa de desocupação até 10,0%, sendo três delas inferiores a 6,0%; para a população preta ou parda, a maioria das UFs registrou taxas acima de 10,0%, sendo que em sete delas a taxa superou os 14,0%, índice não alcançado pela população branca (Cartograma 2).

Para a população preta ou parda as UF's que apresentaram as maiores taxas de desocupação também foram Bahia, Amapá e Pernambuco, as três acima dos 16,0%, em 2016. Para a população branca, as taxas mais baixas ocorreram em Rondônia (4,3%), Mato Grosso do Sul (4,9%) e Santa Catarina (5,6%) (Tabela 1.3).

Cartograma 2 - Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Unidades da Federação - 2016

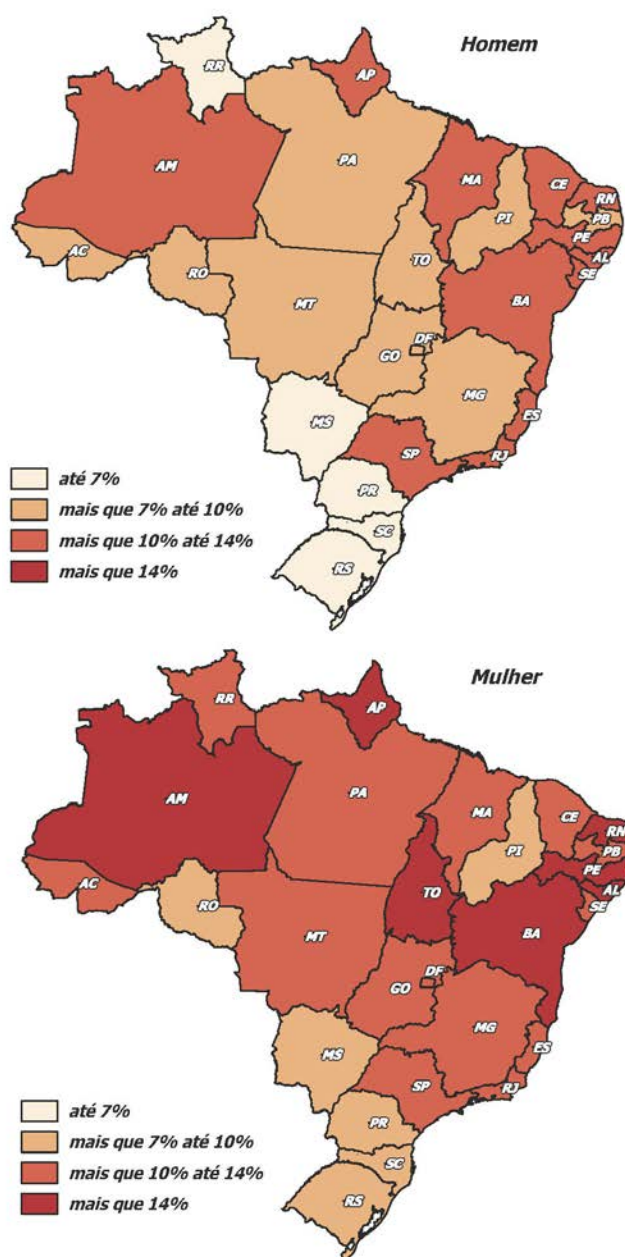


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

O detalhamento regional por sexo mostra que, mesmo tendo crescido relativamente menos, a taxa de desocupação das mulheres é superior à dos homens nacionalmente e em praticamente todas as UFs. Para os homens, 14 UFs registraram taxa de desocupação até 10,0%, sendo cinco delas inferiores a 7,0% e nenhuma superior a 14,0%. Já para as mulheres, a maioria das UFs registrou taxas acima de 10,0%, sendo que em oito delas a taxa superou os 14,0% enquanto nenhuma foi inferior a 7,0% (Cartograma 3). As UFs que apresentaram as maiores taxas de desocupação para as mulheres foram Amapá, Amazonas e Bahia – com taxas acima de 18,0%. Já para os homens, as maiores taxas, em torno de 13,0%, foram registradas também na Bahia, além de Pernambuco e Alagoas (Tabela 1.3).

Cartograma 3 - Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo as Unidades da Federação - 2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

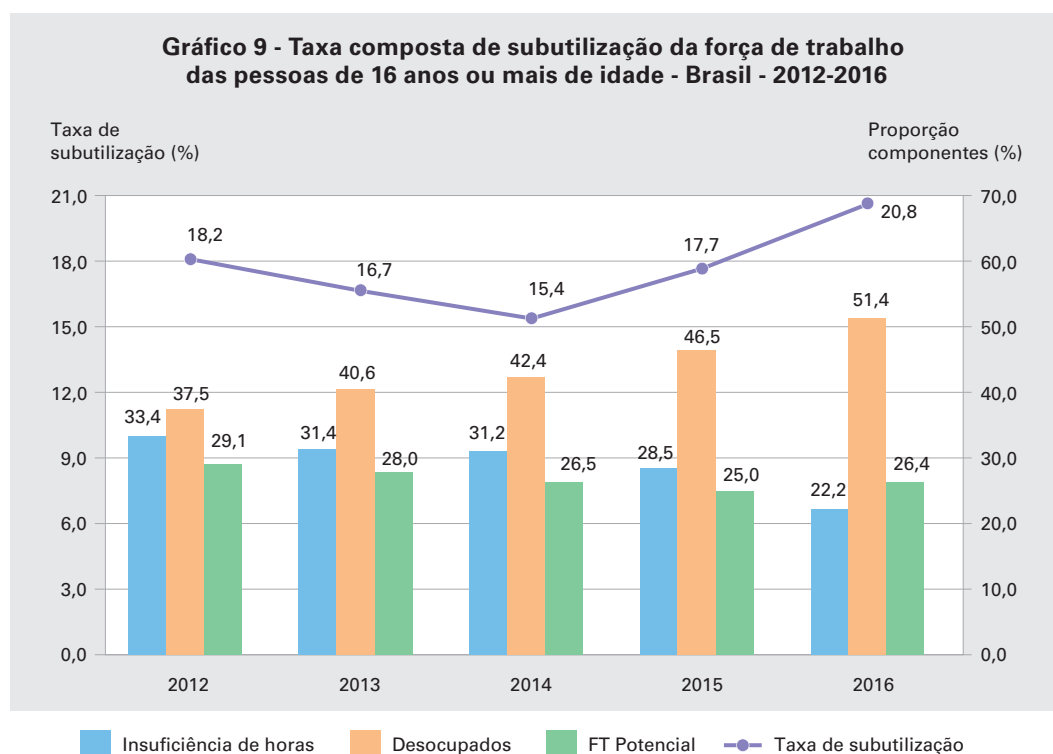
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Subutilização da força de trabalho

A Tabela 1.4 apresenta os resultados da taxa composta de subutilização da força de trabalho e seus componentes segundo sexo, idade, cor ou raça e escolaridade. Esta medida, recentemente divulgada pelo IBGE, segue as recomendações contidas na Resolução I da Organização Internacional do Trabalho - OIT, aprovadas na 19ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho - CIET.

Assim como a taxa de desocupação, a taxa composta de subutilização da força de trabalho é utilizada para complementar o monitoramento do mercado de trabalho com o objetivo de fornecer uma estimativa mais completa da demanda por trabalho. São identificados três componentes em sua composição, sendo que dois deles integram a força de trabalho: os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e os desocupados. O terceiro componente é a força de trabalho potencial, que corresponde às pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar ou que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência (PESQUISA..., 2016).

O Gráfico 9 mostra que a subutilização da força de trabalho acompanhou a tendência dos demais indicadores do mercado de trabalho, ou seja, uma evolução favorável até 2014, quando decresce ao nível mais baixo da série (15,4%), seguida de altas nos anos 2015 e 2016 (20,8%). O componente “desocupados” é o principal componente que contribuiu para a elevação do indicador, tendo também ganhado participação ao longo dos cinco anos analisados (Gráfico 9, eixo secundário).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

A evolução anual da taxa composta de subutilização desagregada por grupos populacionais (Tabela 6) evidencia que o aumento nos dois anos finais da série foi generalizado para todas as categorias, sendo a situação de mulheres (25,1%) e pretos ou pardos (24,8%) relativamente pior que a de seus pares. Pessoas com nível de instrução mais baixos também registraram maiores taxas de subutilização da força de trabalho. A categoria Ensino fundamental completo ou Ensino médio incompleto registrou taxa recorde (27,1%), em 2016.

Tabela 6 - Taxa de subutilização da força de trabalho das pessoas de 16 anos ou mais de idade, segundo as características selecionadas - Brasil - 2012/2016

Características selecionadas	2012 (%)	2014 (%)	2016 (%)
Total	18,2	15,4	20,8
Sexo			
Homens	14,0	12,3	17,2
Mulheres	23,3	19,3	25,1
Cor ou raça			
Branca	14,2	11,8	15,9
Preta ou parda	21,7	18,6	24,8
Nível de instrução			
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	21,7	18,1	23,2
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	21,7	19,2	27,1
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	16,5	14,4	20,7
Ensino Superior completo	9,0	7,8	10,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2016.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Ocupação por atividade econômica e nível de instrução

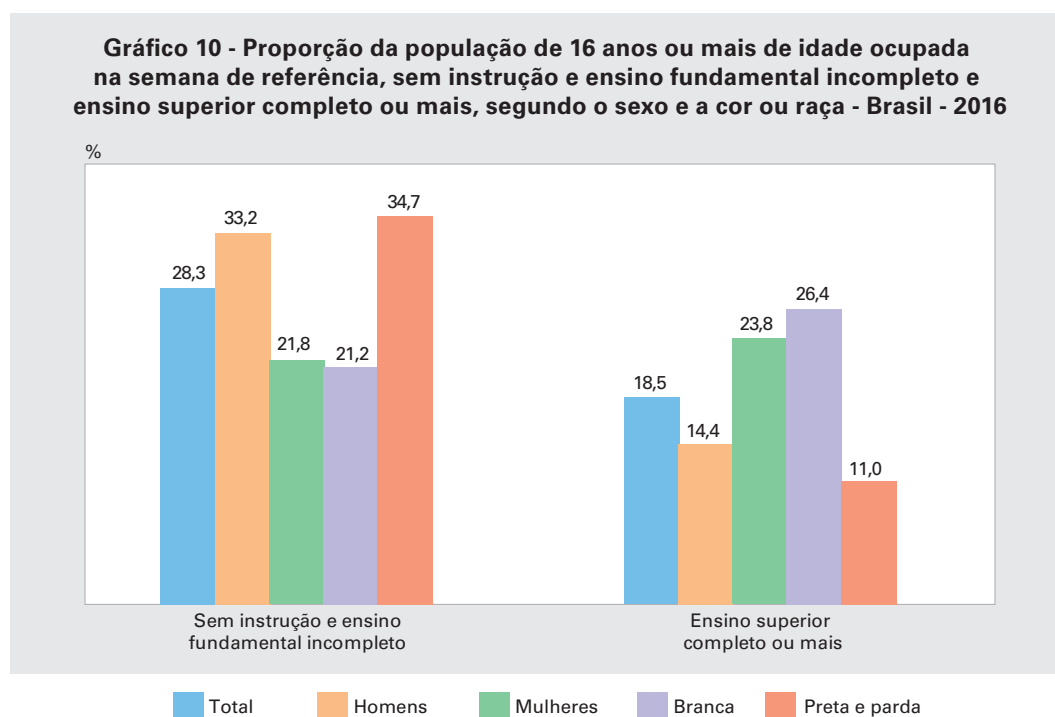
A distribuição dos trabalhadores por atividade econômica segundo o nível de instrução revela elevação entre aqueles com maior escolaridade ao longo do período 2012 a 2016. Os dados mostram que houve crescimento de 27,4% entre os trabalhadores que possuíam nível superior completo ou mais, tendência que se reproduz para todas as atividades, ao passo que houve queda na participação dos trabalhadores com o menor nível de instrução (Tabela 1.6).

Em 2016, para grande parte das atividades a escolaridade dos trabalhadores estava concentrada na categoria do ensino médio completo e superior incompleto. Na atividade Educação, saúde e serviços sociais a proporção com nível superior completo (52,7%) supera os demais níveis. Da mesma forma, na Agropecuária, Construção e Serviços domésticos havia maior concentração de trabalhadores com baixo nível de instrução. Em todas as atividades, no entanto, observa-se queda no percentual de trabalhadores sem instrução ou com ensino fundamental incompleto ao longo do período analisado.

Esta transição para níveis mais elevados de instrução também é observada na análise por sexo, com algumas particularidades que envolvem uma maior proporção de mulheres com ensino superior completo ou mais (23,8%) quando comparado com os homens (14,4%), em 2016.

Neste ponto, cabe ressaltar que 64,6% das mulheres possuíam pelo menos o ensino médio completo, percentual que chega a 50,0% no caso dos homens. Por outro lado, havia maior proporção de homens ocupados sem instrução e ensino fundamental incompleto (33,2%) em relação às mulheres (21,8%) (Tabela 1.6 e Gráfico 10).

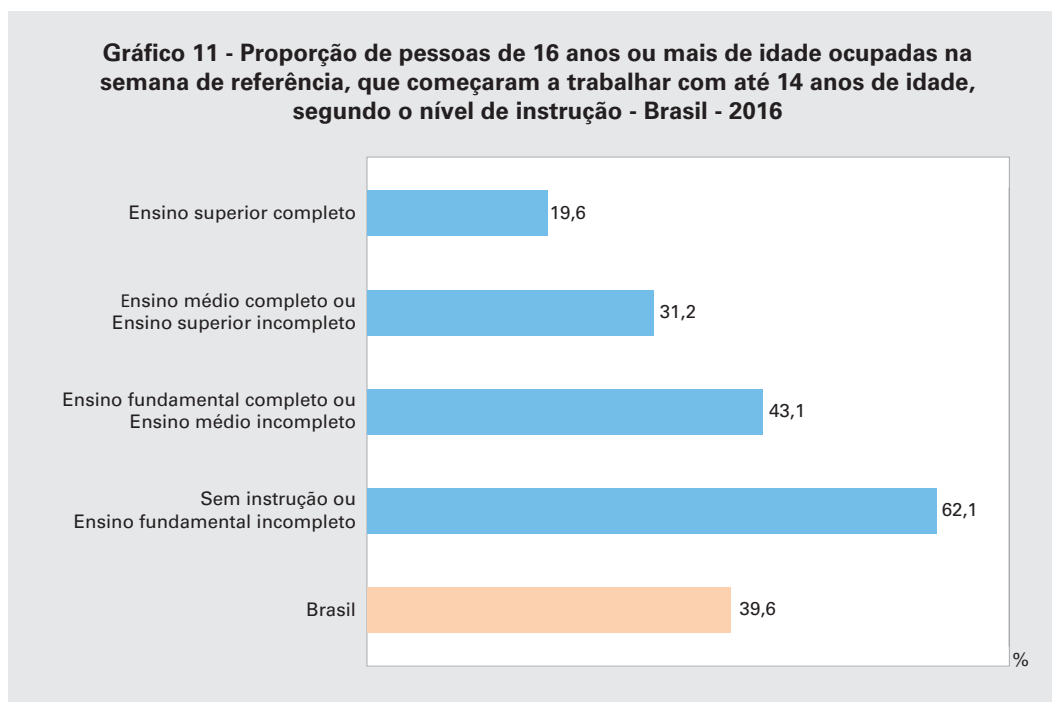
Na análise por cor ou raça, pode-se constatar que, ao longo dos cinco anos analisados, a estrutura de desigualdade entre trabalhadores brancos e pretos ou pardos praticamente não se alterou. Apesar da maior parte dos trabalhadores estarem concentrados entre aqueles com ensino médio completo ou superior incompleto, observa-se uma distribuição desigual quando a análise é direcionada para os extremos. Em 2016, dentre os trabalhadores pretos ou pardos, 34,7% não tinha instrução ou tinha ensino fundamental incompleto, percentual que era de 21,2% para os trabalhadores brancos. Por outro lado, entre os primeiros apenas 11,0% possuíam nível superior, enquanto entre os trabalhadores brancos 26,4% tinham o mesmo nível de instrução (Gráfico 10).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Idade que começou a trabalhar

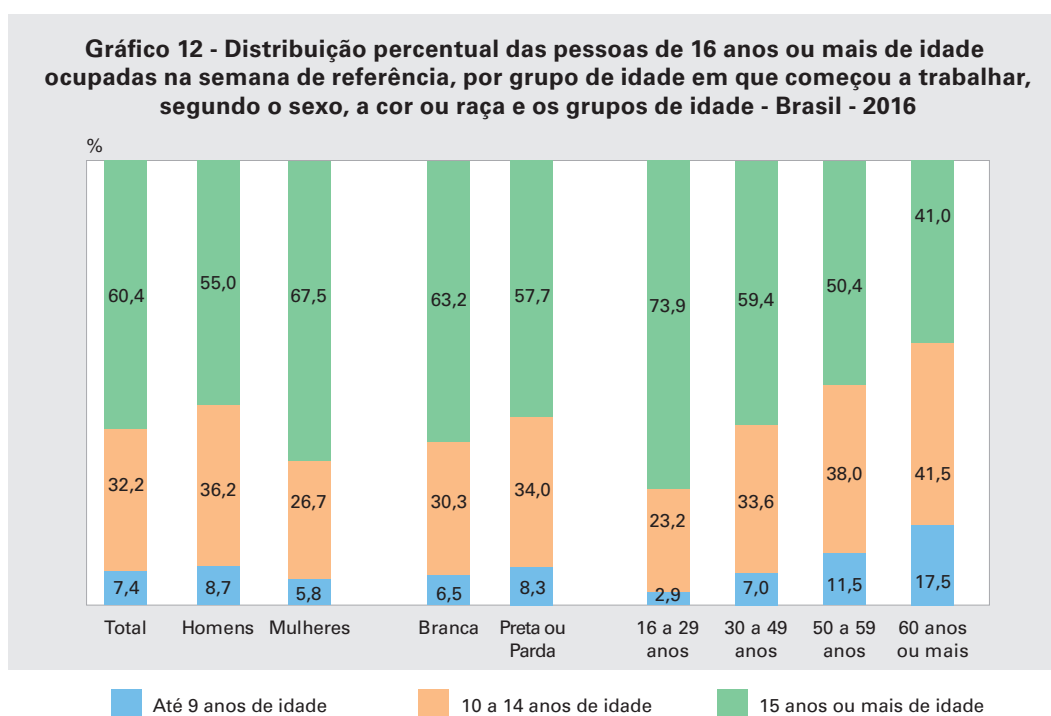
A idade em que o trabalhador começou a trabalhar é um fator que está fortemente relacionado às características de sua inserção no mercado de trabalho, pois influencia tanto na sua trajetória educacional – já que a entrada precoce no mercado de trabalho pode inibir a sua formação escolar – quanto na obtenção de rendimentos mais elevados. Em 2016, a pesquisa mostrou que 39,6% dos trabalhadores brasileiros começaram a trabalhar com até os 14 anos de idade. Para aqueles trabalhadores que não tinham instrução ou não completaram o ensino fundamental, o percentual subiu para 62,1%, ao passo que para os trabalhadores com nível superior completo essa proporção caiu para 19,6% (Gráfico 11 e Tabela 1.12).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Em 2016, a maior parte dos trabalhadores brasileiros (60,4%) começou a trabalhar com 15 anos ou mais de idade. Entre os trabalhadores com 60 anos ou mais de idade houve elevada concentração entre aqueles que começaram a trabalhar com até 14 anos de idade (59,0%). De fato, a análise por grupos de idade mostra a existência de uma transição em relação à idade que começou a trabalhar, com os trabalhadores mais velhos se inserindo mais cedo no mercado de trabalho, o que pode ser notado no fato de que 17,5% dos trabalhadores com 60 anos ou mais de idade terem começado a trabalhar com até nove anos de idade, proporção que foi de 2,9% entre os jovens de 16 a 29 anos (Gráfico 12).

Os trabalhadores de cor preta ou parda também se inserem mais cedo no mercado de trabalho, quando comparado com os trabalhadores brancos, característica que ajuda a explicar sua maior participação em trabalhos informais (Tabela 1.12). Entre as mulheres foi maior a participação daquelas que começaram a trabalhar com 15 anos ou mais de idade (67,5%) quando comparada com a dos homens (55,0%). A inserção mais tardia das mulheres no mercado de trabalho pode estar relacionada tanto ao fato de elas terem maior escolaridade que os homens, quanto à maternidade e os encargos com os cuidados e afazeres domésticos (ESTATÍSTICAS..., 2014).

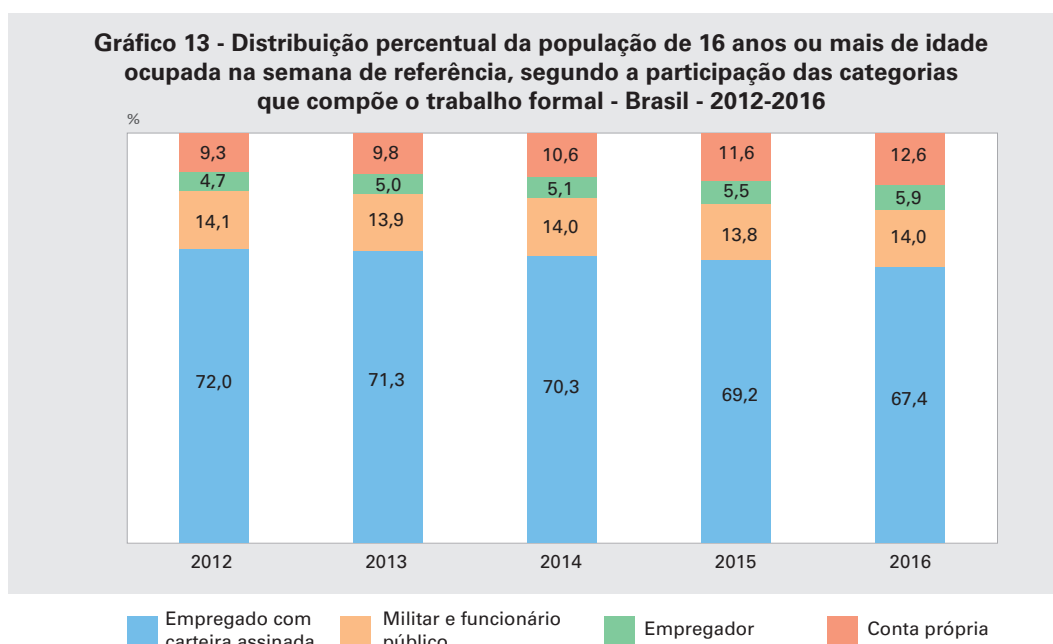


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Formalização

Como apresentado na primeira seção (Tabela 1), entre 2012 e 2016, a proporção de trabalhadores formais no Brasil passou de 59,0% para 61,2%. Mesmo com a crise econômica, iniciada em meados de 2014, a proporção de trabalhadores formais não sofreu alterações significativas, o que está relacionado, principalmente, ao crescimento da participação dos trabalhadores por conta própria que contribuíam para a previdência social, compensando a queda na proporção de trabalhadores com carteira assinada (Gráfico 13). Enquanto em 2012 os trabalhadores por conta própria que contribuíam para a previdência social correspondiam a 9,3% de todos os trabalhadores formais, em 2016 essa proporção chegou a 12,6%. Já a participação dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada caiu de 72,0% para 67,4%, neste mesmo período (Gráfico 13 e Tabelas 1.10 e 1.11).

Em 2016 a proporção de homens e mulheres em trabalhos formais estava equiparada, mas com pesos diferentes nas categorias que o compõem. Enquanto os homens apresentavam maior participação de trabalhadores por conta própria que contribuíam para previdência social (8,9%), as mulheres tinham maior representatividade entre militares e funcionários públicos (11,3%) – provavelmente com maior peso neste último (Tabelas 1.10 e 1.11). Já a participação dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada foi semelhante, sendo que a queda relativa entre os homens foi superior à das mulheres, entre 2012 e 2016. Conforme já pontuado, este comportamento pode estar relacionado à queda da atividade industrial que, principalmente a partir da crise econômica, atingiu setores que empregam mais homens e cuja característica aponta para um número maior de vínculos formais.



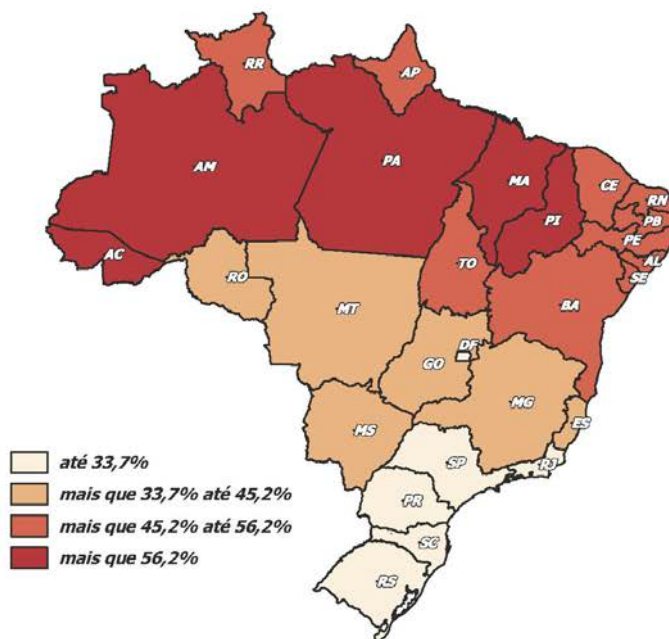
Na análise por cor ou raça, observa-se que houve maior participação em trabalhos formais da população branca (68,6%) quando comparada com os trabalhadores pretos ou pardos (54,6%) (Tabela 1.5). Esta diferença, que se manteve nesta magnitude desde 2012, reflete desigualdades historicamente constituídas, como uma maior proporção dos trabalhadores pretos ou pardos entre os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. De fato, 21,8% destes últimos – ou pouco mais de um em cada cinco trabalhadores – não possuíam os benefícios relacionados à posse da carteira de trabalho assinada. Entre os trabalhadores brancos, a proporção foi de 14,7% (Tabelas 1.10 e 1.11).

O trabalho formal também se distribui de forma desigual pelo território brasileiro, apresentando, inclusive, maior disparidade entre alguns dos grupos populacionais, como entre a população de cor branca e preta ou parda. Pará, na Região Norte, e Maranhão, no Nordeste, foram as Unidades da Federação que apresentavam as menores proporções de trabalhadores em empregos formais, respectivamente, 36,2% e 32,8%. Por outro lado, São Paulo (72,2%) e Santa Catarina (77,7%) apresentavam as maiores proporções, em conjunto com o Distrito Federal (72,9%) (Tabelas 1.5 e 1.5a).

A maior informalidade do mercado de trabalho das UFs das Regiões Norte e Nordeste se traduz em elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social que estão relacionados à formalização, deixando-os, portanto, mais vulneráveis a situações adversas como, por exemplo, a doenças e à desocupação. Da mesma forma, inibe o acesso dos mesmos a direitos básicos como a remuneração pelo salário mínimo, além de dificultar o acesso à aposentadoria. Em 2016, 38,8% dos trabalhadores brasileiros estavam em empregos informais, proporção que alcançou 58,6% na Região Norte e 54,7% na Região Nordeste. As Regiões Sudeste e Sul apresentaram proporções de, respectivamente, 31,2% e 27,6% (Tabelas 1.5 e 1.5a).

O Cartograma 4 fornece um panorama da distribuição do trabalho informal pelas UFs em 2016, mostrando, primeiramente, menor incidência relativa nas UFs das Regiões Sul e Sudeste, com destaque para Santa Catarina (22,3%) e São Paulo (27,8%). Por outro lado, Piauí e Maranhão, no Nordeste, e Pará e Amazonas, no Norte, possuíam mais de 60,0% dos seus trabalhadores em empregos informais.

Cartograma 4 - Proporção da população ocupada em trabalhos informais, segundo as Unidades da Federação - 2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

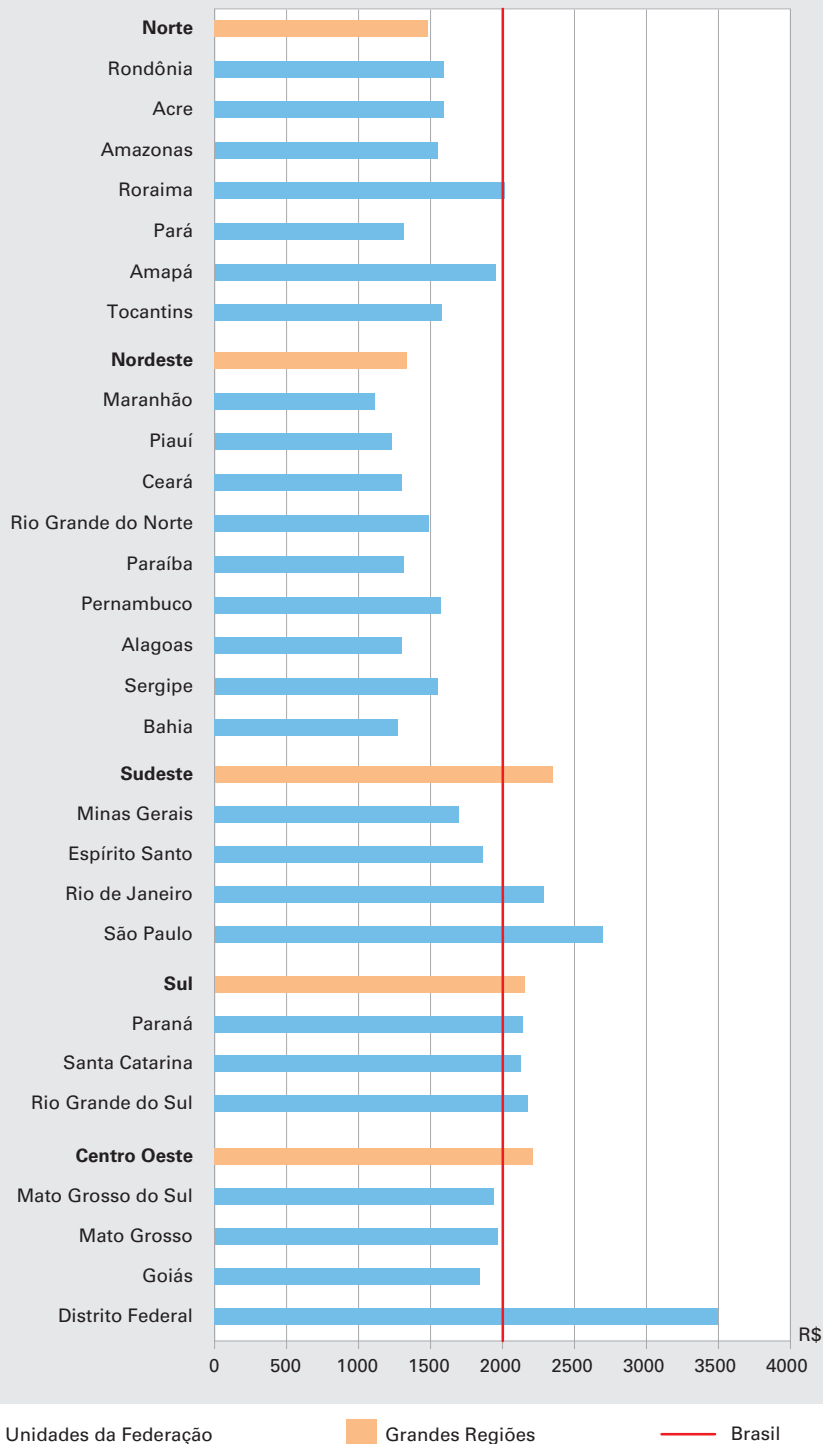
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Rendimentos do trabalho principal e distribuição

Os efeitos da maior informalidade do trabalho nas UFs das Regiões Norte e Nordeste podem ser percebidos, por exemplo, na magnitude do rendimento médio habitual do trabalho principal que foi menor do que o observado para as demais Regiões e estão abaixo da média nacional (Gráfico 14). A título de ilustração, em 2016, o rendimento médio das referidas Regiões era o equivalente a, respectivamente, 74,0% e 66,8% do rendimento médio nacional e a 63,1% e 56,9% do rendimento médio da Região Sudeste. O Maranhão (R\$ 1 123,00) foi a Unidade da Federação que apresentou o menor rendimento médio, seguido por Piauí (R\$ 1 241,00) e Bahia (R\$ 1 287,00). Com os maiores rendimentos médios estavam Distrito Federal (R\$ 3 529,00), São Paulo (R\$ 2 720,00) e Rio de Janeiro (R\$ 2 310,00).

As desigualdades regionais ganham contornos mais definidos quando se observam as diferenças entre os rendimentos médios auferidos pelos trabalhadores formais e informais. Em 2016, os trabalhadores informais ganhavam 47,9% do rendimento do trabalho formal no Brasil, razão que cai para 43,7% na Região Norte e 39,4% na Região Nordeste, ao passo que as Regiões Sul (58,5%) e Sudeste (58,1%) apresentaram as maiores razões. No Piauí, onde 61,8% dos trabalhadores eram informais, o rendimento médio do trabalho informal foi equivalente a 27,9% do rendimento médio do trabalho formal (Tabelas 1.5 e 1.14).

Gráfico 14 - Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

A informalidade é uma característica histórica do mercado de trabalho brasileiro, sendo, portanto, um importante marcador de desigualdades que se reproduzem não apenas pelo território nacional – as desigualdades regionais –, como também entre os grupos populacionais específicos. Neste sentido, e conforme mencionado anteriormente, observa-se maior proporção de trabalhadores pretos ou pardos na informalidade quando comparado com os trabalhadores brancos. Mas as desigualdades também estão presentes entre os trabalhadores formais e podem ser medidas por meio das diferenças dos rendimentos de homens e mulheres, por exemplo, que possuem uma proporção semelhante de trabalhadores formais.

Em 2016, nos trabalhos formais as mulheres ocupadas ganhavam 76,0% do rendimento dos homens, proporção que cresceu levemente desde 2012, quando foi de 73,0%. Entre os trabalhadores informais, a razão chegou a 63,5%, uma queda em relação a 2015, muito provavelmente em função dos efeitos da crise econômica, que tendem a ser mais fortes sobre o mercado informal (Tabela 7).

Tabela 7 - Razão entre o rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, em trabalhos informais e formais, segundo o sexo e a cor ou raça Brasil - 2012-2016

Razão entre rendimentos	2012	2013	2014	2015	2016
Razão informal/formal	49,4	48,4	48,3	48,1	47,9
Sexo					
Razão mulheres/homens	73,3	73,4	74,4	75,2	76,0
Razão mulheres/homens formais	74,9	73,4	74,6	75,2	76,3
Razão mulheres/homens informais	63,7	67,6	64,9	66,2	63,5
Razão homens informais/homens formais	51,7	49,3	49,9	49,5	50,0
Razão mulheres informais/mulheres formais	44,0	45,5	43,4	43,6	41,7
Cor ou Raça					
Razão pretos ou pardos/brancos	57,6	58,0	57,8	58,9	55,3
Razão pretos ou pardos/brancos formais	62,6	62,6	62,2	64,2	61,4
Razão pretos ou pardos/brancos informais	59,8	62,5	64,1	62,3	54,4
Razão brancos informais/brancos formais	53,9	51,8	51,4	52,2	55,1
Razão pretos ou pardos informais/pretos ou pardos formais	51,5	51,8	53,0	50,7	48,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.

Na análise por cor ou raça, ainda de acordo com a Tabela 7, a crise parece ter ampliado as desigualdades de rendimento entre os trabalhadores brancos e pretos ou pardos. Entre 2015 e 2016 o rendimento médio destes últimos passou de 58,9% para 55,3% do rendimento médio dos trabalhadores brancos; entre os trabalhadores formais a queda foi de, respectivamente, 64,2% para 61,4%; e entre os trabalhadores informais de 62,3% para 54,4% (Tabela 1.14).

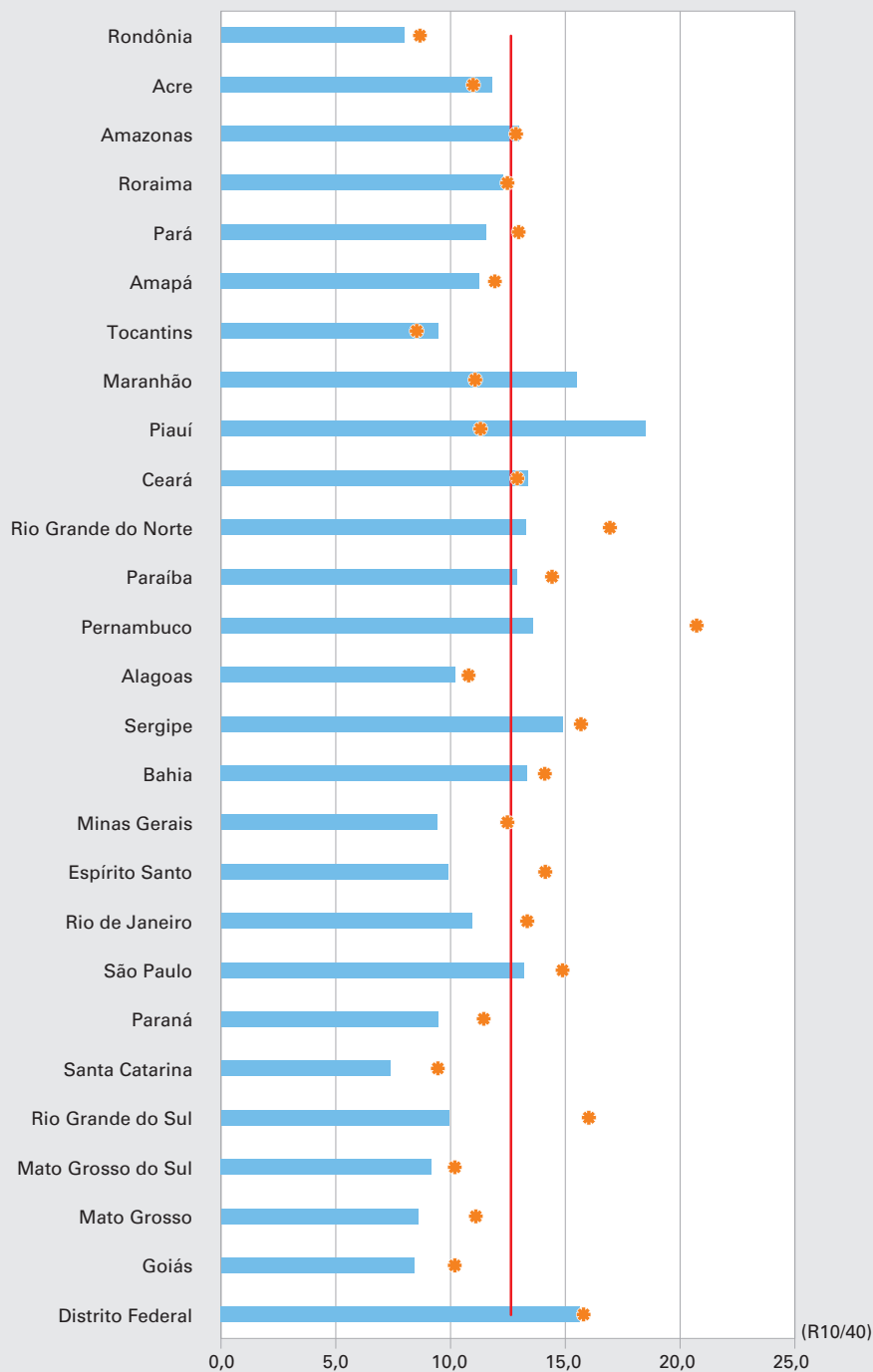
Esta mesma Tabela mostra que as desigualdades de rendimento também se manifestam no interior dos grupos analisados, o que revela o peso da estrutura do mercado de trabalho na sua reprodução. Em 2016, o rendimento médio dos homens ocupados em trabalhos informais foi de 50,0% dos ocupados em trabalhos formais; entre as mulheres esta proporção foi de 41,7%. Para a população branca, a razão entre os rendimentos de trabalhos informais e formais atingiu 55,1%, ao passo que entre a população preta ou parda tal razão foi 48,9%.

As desigualdades de rendimento também são observadas quando as informações são relacionadas com o nível de instrução. Em 2016, o rendimento-hora médio habitual dos trabalhadores com ensino superior ou mais foi de R\$ 33,1, o que correspondia a 4,3 vezes o rendimento dos ocupados na categoria sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Esta relação positiva, entre o aumento da escolaridade e do rendimento, aponta para a necessidade da ampliação da participação dos trabalhadores com escolaridade mais elevada na estrutura do mercado de trabalho brasileiro (Tabelas 1.7 e 1.15).

Se, por um lado, o crescimento do nível de instrução aumenta o rendimento-hora médio dos trabalhadores, por outro também amplia as desigualdades entre os grupos específicos. Em 2016, as mulheres sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto recebiam 20,6% menos do que os homens de mesmo nível, proporção que se torna maior na medida que aumenta o nível de instrução, chegando a 56,6% entre os trabalhadores com nível de ensino superior ou acima. Entre os trabalhadores brancos e pretos ou pardos observa-se comportamento um pouco distinto, com a redução dos diferenciais em favor dos trabalhadores brancos até o ensino médio completo e superior incompleto, quando volta a subir no nível seguinte. Entre os trabalhadores com nível superior ou mais, o diferencial alcança 45,5% (Tabela 1.15).

Entre 2012 e 2016 a desigualdade na distribuição de rendimentos do trabalho principal da população ocupada, considerando a razão entre o topo da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos (os 10% com os maiores rendimentos) com a base da distribuição (definida como os 40% com os menores rendimentos), sofreu flutuações – com queda em 2015 (Gráfico 15) – retornando, em 2016, aos patamares de 2012, conforme visto na seção 1 deste capítulo (Gráfico 5). Em 2016, os primeiros recebiam 12,5 vezes mais do que a população ocupada com os 40% com menores rendimentos. Entre as UFs, no entanto, observa-se variações significativas, onde se destaca, por um lado, o Piauí, com uma razão de 18,6 vezes e, por outro lado, Santa Catarina (7,4 vezes). Entre os municípios das capitais merece destaque o município de Recife, onde os 10% com os maiores rendimentos ganhavam 20,7 vezes mais do que os 40% com os menores rendimentos. Este valor foi 51,6% maior do que a razão observada para Pernambuco (Gráfico 15 e Tabela 1.16).

Gráfico 15 - Razão entre os rendimentos médios (10/40) da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, com os maiores rendimentos (10%) e com os menores rendimentos (40%), segundo as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais - 2016



■ Unidades da Federação * Municípios das Capitais — Brasil

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Juventude e trabalho

Juventude e trabalho decente

O conceito de trabalho decente, criado pela OIT em 1999, refere-se as “oportunidades para homens e mulheres obterem trabalho decente e produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana”¹⁴. Este caráter multifacetado reflete-se numa diversidade de indicadores para sua mensuração em diferentes eixos de análise (MEASURING..., 2008). Nesta seção, para caracterização do trabalho decente dos jovens foram abordados cinco eixos: oportunidades de trabalho; igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho; proteção social; jornada de trabalho decente e rendimento adequado e trabalho produtivo. O mercado de trabalho é reconhecidamente um local onde desigualdades são reveladas e potencializadas, e por este motivo é fundamental avaliar suas características.

O Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852, de 05.08.2013) é o instrumento legal que consolidou os direitos dos jovens, considerando neste grupo as pessoas de 15 a 29 anos de idade. Uma vez que o propósito desta seção foi analisar indicadores associados ao trabalho decente para os jovens, o foco foi nos jovens de 16 a 29 anos de idade, considerando que para o grupo de 14 a 17 anos de idade é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos de idade (BRASIL, 1998).

A análise da composição populacional por grupos de idade aponta para a tendência de envelhecimento demográfico, ou seja, o aumento da participação percentual de adultos e idosos na população e a conseqüente diminuição dos demais grupos etários, especialmente crianças e jovens. No período analisado houve queda, de 30,7% em 2012 para 28,2% em 2016, na participação dos jovens de 16 a 29 anos de idade na população em idade de trabalhar – pessoas de 16 anos ou mais de idade (Tabela 1.1). Desta forma, nota-se também o efeito do envelhecimento populacional na estrutura etária da população em idade de trabalhar.

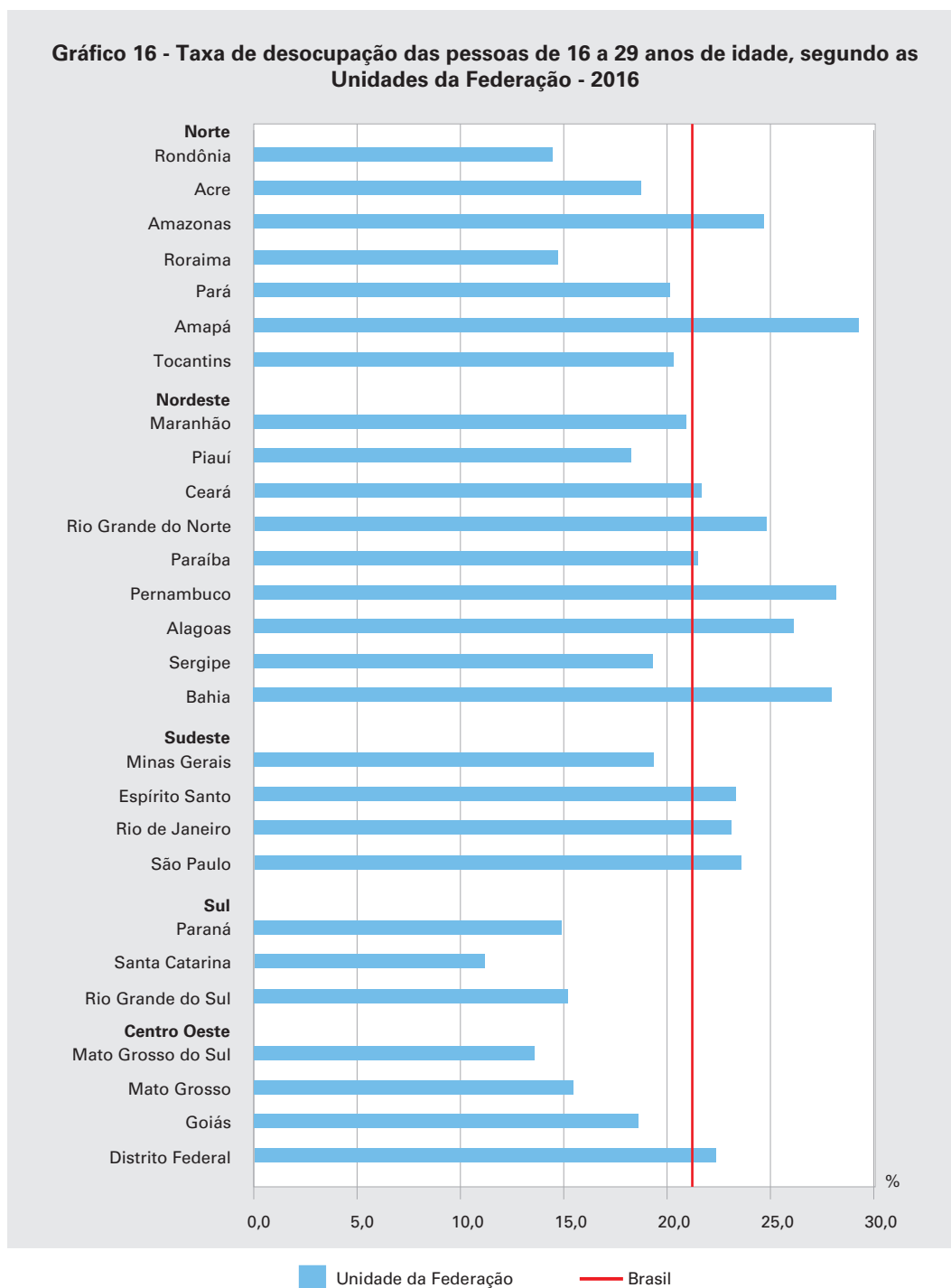
Um dos indicadores de oportunidades de emprego corresponde à taxa de desocupação dos jovens. Uma vez que a inserção na força de trabalho, tanto na ocupação quanto na desocupação, se apresentou diferenciada por grupos de idade, observou-se que, em 2016, do total de pessoas desocupadas, mais da metade (54,9%) eram jovens de 16 a 29 anos de idade (Tabela 1.1). Este comportamento refletiu uma taxa de desocupação de jovens mais elevada que a dos demais grupos etários, que passou de 13,0% para 21,1% entre 2012 e 2016 (Tabela 1.1 e Gráfico 17), resultado mencionado na seção anterior.

Dentre as Unidades da Federação, o Amapá apresentou a maior taxa de desocupação para jovens de 16 a 29 anos de idade, que foi de 29,2% em 2016. Com exceção dos estados do Piauí (18,2%), Sergipe (19,3%), Maranhão (20,9%) e Minas Gerais (19,3%) as demais UFs das Regiões Nordeste e Sudeste apresentaram taxas de desocupação de jovens acima do valor nacional. Nos estados das Regiões Sul e

¹⁴ A formulação do conceito de trabalho decente abrange diferentes aspectos organizados em onze eixos de indicadores: oportunidades de trabalho; rendimento adequado e trabalho produtivo; jornada de trabalho decente; conciliação entre trabalho, vida pessoal e vida familiar; trabalho a ser abolido; estabilidade e segurança no trabalho; igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho; ambiente de trabalho seguro; seguridade social; diálogo social e representação de trabalhadores e empregadores; e contexto econômico e social do trabalho decente (ANKER et al., 2002; Measuring..., 2008; Perfil..., 2009; Decent..., 2013).

Centro Oeste – com exceção do Distrito Federal – as taxas de desocupação entre os jovens ficaram abaixo da média nacional (Tabela 1.3 e Gráfico 16).

Conforme mencionado na seção 2, as diferenças entre os sexos também se mantiveram para a taxa de desocupação entre os jovens. Cerca de um em cada cinco homens jovens (18,9%), na força de trabalho, estava desocupado na semana de re-

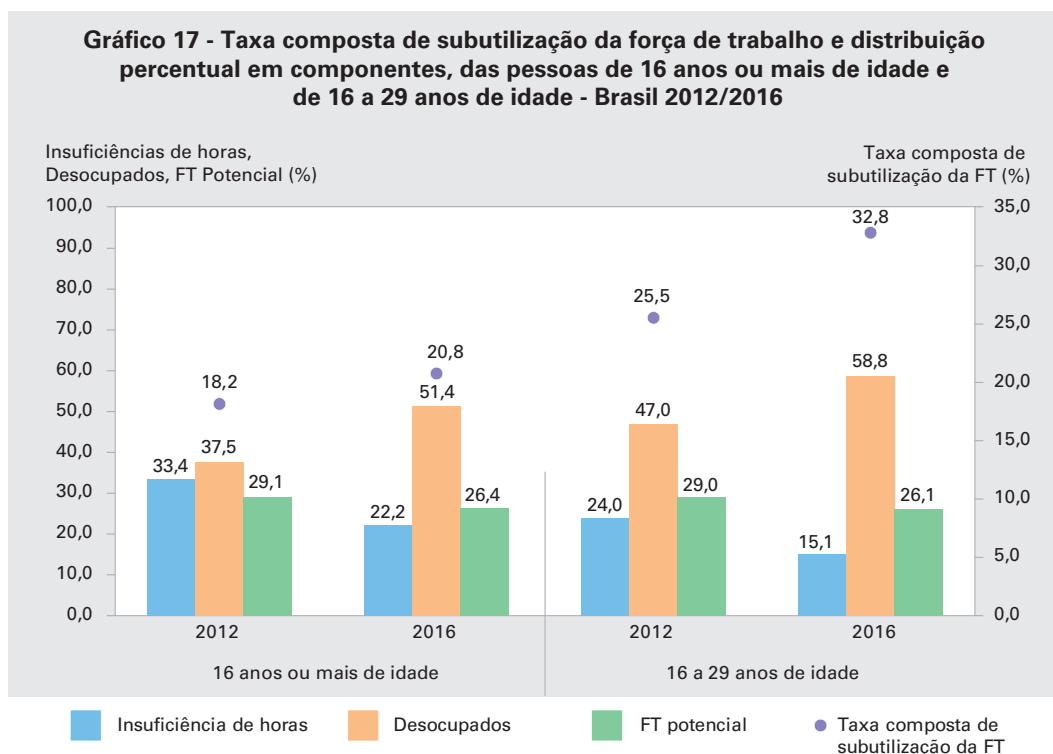


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.
 Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

ferência, enquanto para as mulheres este indicador chegou próximo de um em cada quatro mulheres jovens (24,0%), em 2016 (Tabela 1.1).

Outro indicador sobre oportunidades de empregos é o nível de ocupação, que diminuiu de 59,1%, em 2012, para 52,6%, em 2016, entre os jovens. Pode-se notar que, no biênio 2015-16, o contexto econômico desfavorável impactou mais o nível de ocupação no grupo dos jovens, uma vez que nos demais grupos etários este indicador se manteve estável ou apresentou ligeira queda (Tabela 1.1). Além disso, em 2016, o nível de ocupação dos jovens foi somente superior ao do grupo de 60 anos ou mais de idade. Outro destaque é que, apesar do diferencial neste indicador por sexo ser verificado em todos grupos etários, esta desigualdade foi menor no grupo dos jovens: enquanto o nível de ocupação para mulheres jovens foi 44,8%, para homens jovens foi 60,5%, em 2016, correspondendo a uma diferença de 15,7 pontos percentuais (Tabela 1.1). Para o conjunto das pessoas em idade ativa a diferença no nível de ocupação entre homens e mulheres foi de 21,0 pontos percentuais, no mesmo ano (46,7% para mulheres e 67,8% para homens).

A subutilização da força de trabalho foi considerada como um dos indicadores do eixo sobre as oportunidades de trabalho na agenda de trabalho decente (DECENT..., 2013; MEASURING..., 2008). A taxa composta da subutilização da força de trabalho foi diferenciada por grupos etários, sendo mais elevada para os jovens, com aumento expressivo no período, passando de 25,5% para 32,8%. Em outros termos, em 2016, praticamente um a cada três jovens que estavam na força de trabalho ampliada tinha sua força de trabalho subutilizada. O principal componente da subutilização da força de trabalho dos jovens foi a desocupação, que correspondeu a 47,0% da taxa combinada, em 2012, e chegou a 58,8%, em 2016. É interessante notar também que o



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2016.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

componente da subutilização da força de trabalho associado à insuficiência de horas foi relativamente mais baixo no grupo dos jovens (Tabela 1.4 e Gráfico 17).

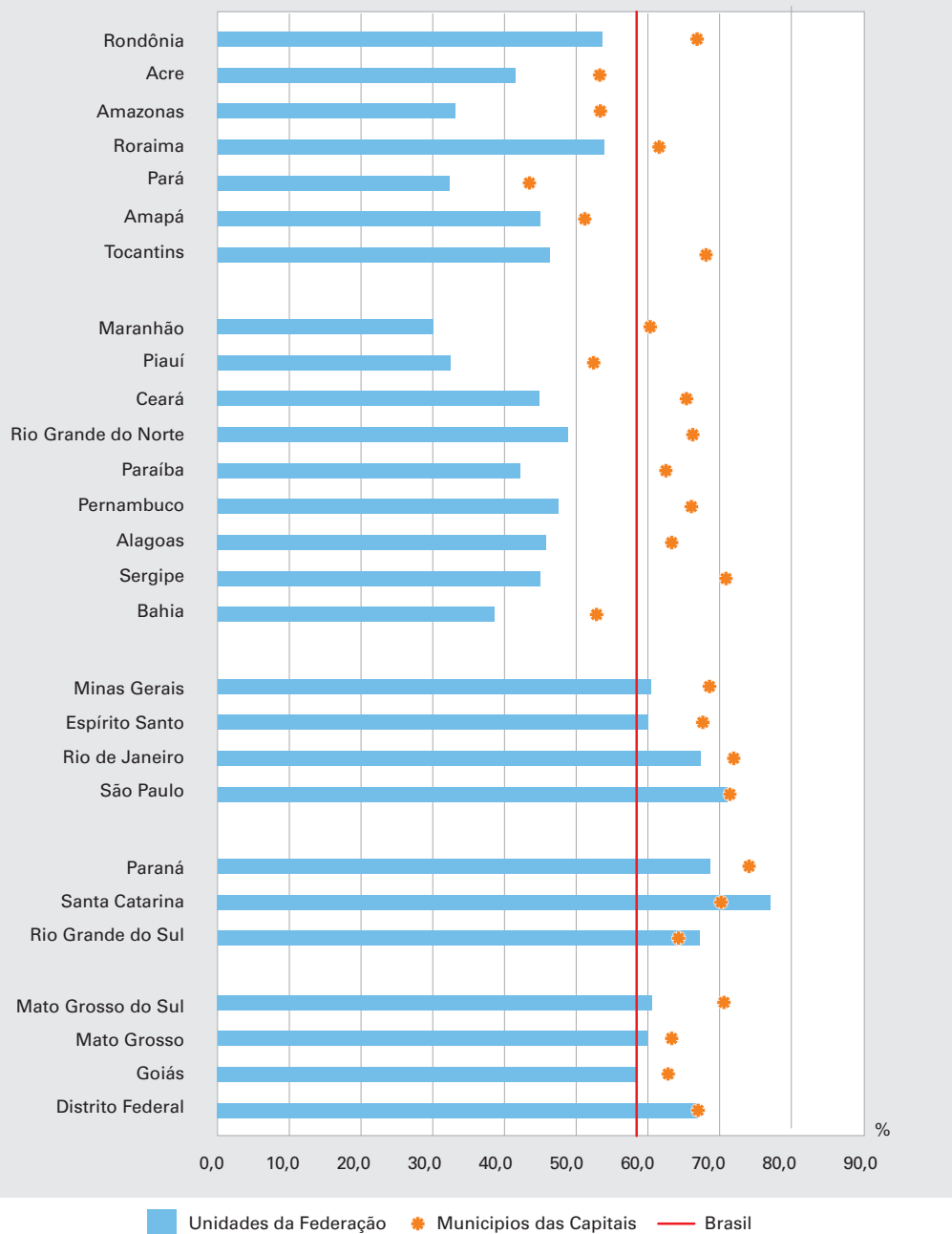
Além do acesso ao trabalho, medido pela ocupação e pela desocupação, uma questão relevante diz respeito à qualidade dos postos de trabalho ocupados incluída no eixo das oportunidades de empregos. A proporção de pessoas ocupadas na semana de referência em trabalhos formais¹⁵ cresceu levemente nos anos de 2012 e 2016 para pessoas de 16 anos ou mais de idade – 59,0% e 61,2%, respectivamente. Entretanto, quando analisada por grupos etários, a formalidade apresentou estabilidade para o grupo dos jovens de 16 a 29 anos de idade – 58,7% em 2012 e 58,4% em 2016, enquanto elevou-se para os demais grupos etários, principalmente para pessoas de 50 anos ou mais de idade que mantiveram tendência de crescimento mesmo durante a crise econômica. A proporção de jovens ocupados em trabalhos formais, por outro lado, caiu entre 2014 e 2016 (Tabela 1.5a).

Os diferenciais regionais foram marcantes na proporção de pessoas ocupadas na semana de referência em trabalhos formais para os jovens (Tabela 1.5a e Gráfico 18). Analisando o indicador por Unidades da Federação, aquelas das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentaram proporção de jovens em trabalhos formais superior ao indicador observado para o Brasil (58,4%), em 2016, sendo que Santa Catarina apresentou valor mais elevado (77,1%). Por outro lado, todas as Unidades da Federação das Regiões Nordeste e Norte apresentaram proporção de jovens em trabalhos formais mais baixa que para o Brasil, sendo o menor valor observado no Maranhão, em que somente 30,1% dos jovens estavam ocupados em trabalhos formais.

A ocupação formal para os jovens foi mais elevada nos municípios das capitais em relação ao indicador observado na Unidade da Federação correspondente, exceto em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nas Unidades da Federação das regiões Nordeste e Norte a proporção de jovens em ocupações formais foi consideravelmente maior nos municípios das capitais em relação ao encontrado para as Unidades da Federação. Nas demais regiões esta diferença não foi tão acentuada (Tabela 1.5a e Gráfico 18).

¹⁵ Para definição deste indicador, consultar seção 1 deste capítulo. Para análise deste indicador por outras variáveis, consultar seção 1 e 2 deste capítulo.

Gráfico 18 - Proporção de pessoas de 16 a 29 anos de idade ocupadas na semana de referência em trabalhos formais, segundo as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais - 2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Alguns indicadores no eixo de oportunidade de emprego são complementares e devem ser analisados em conjunto. É o caso da definição de trabalho formal, que está diretamente associada à posição na ocupação e à contribuição para previdência social. Os jovens de 16 a 29 anos de idade ocupados estavam inseridos principalmente como empregados (71,6%), em 2016 (Tabela 1.10). Entretanto, comparativamente com os outros grupos etários, a proporção de jovens ocupados como empregados sem carteira de trabalho assinada foi mais elevada (22,1%), característica associada a uma ocupação informal com limitação das garantias trabalhistas. Em relação aos demais grupos etários, a proporção de jovens foi mais baixa na posição de trabalhador doméstico (3,9%), militar ou servidor estatutário (3,5%), conta própria (15,6%) e empregador (1,8%). Na categoria de trabalhador familiar auxiliar, a proporção de jovens (3,6%) foi mais elevada em relação ao total de ocupados (2,3%), sendo esta uma categoria menos representativa na estrutura ocupacional total, mas com alguma relevância no grupo dos jovens.

A proporção de pessoas ocupadas que contribuíam para previdência social, indicador do eixo sobre seguridade social, é informação complementar aos dados sobre formalidade e posição da ocupação, do eixo sobre oportunidades de trabalho. No grupo dos jovens ocupados, 62,0% contribuíam para a previdência social, sendo que para os ocupados de 16 anos ou mais de idade o indicador foi de 65,4%, em 2016 (Tabela 1.10 e 1.11). A maior parte dos jovens contribuintes ocupava a posição de empregados com carteira de trabalho assinada (49,5%) (Tabela 1.10 e 1.11).

Para as pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, 15,6% contribuíam para previdência social sendo empregados¹⁶ sem carteira de trabalho assinada, empregador ou trabalhador por conta própria, em 2016 (Tabela 1.11). Considerando os jovens, este indicador passou de 5,9%, em 2012, para 8,1%, em 2016.

Para analisar um dos aspectos do eixo sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento no emprego foi considerada a inserção dos jovens ocupados por grupos de atividades econômicas. Em 2016, os jovens estavam inseridos principalmente nas atividades de comércio e reparação (33,9%); e na indústria (28,7%) (Tabela 1.8). Os grupos de atividades nos quais os jovens estavam inseridos apresentaram diferenças por sexo. Do total de homens ocupados em 2016, 26,4% eram jovens de 16 a 29 anos de idade; sendo que a proporção de jovens foi elevada nas atividades de comércio e reparação (33,1%) e indústria (30,2%). As mulheres jovens correspondiam a 25,7% do total de mulheres ocupadas, com participação marcante em comércio e reparação (35,0%) e nos demais serviços (31,6%).

¹⁶ Nesta análise foram considerados empregados: os empregados no setor privado, os trabalhadores domésticos e os empregados no setor público.

Outro eixo da agenda de trabalho decente refere-se à jornada de trabalho, que também é complementar com os eixos sobre conciliação entre trabalho, vida pessoal e vida familiar e sobre rendimento adequado e trabalho produtivo. Uma jornada semanal com menos de 40 horas no trabalho único ou no conjunto de todos os trabalhos é um dos critérios necessários para caracterizar o indicador subocupação por insuficiência de horas trabalhadas. Outro indicador neste eixo da agenda de trabalho decente é a ocupação com horas excessivas de trabalho (mais de 48 horas na semana)¹⁷ (DECENT..., 2013).

A análise das horas trabalhadas em todos os trabalhos para os jovens ocupados, mostra a diminuição da proporção daqueles com jornadas excessivas de trabalho, que passou de 12,4%, em 2012, para 8,2%, em 2016 (Tabela 1.17). Grande parte dos jovens (50,7%) trabalhava de 40 a 44 horas semanais e 29,8% trabalhava até 39 horas semanais, em 2016. Assim, na faixa de 40 a 48 horas trabalhadas na semana, faixa não associada com a insuficiência de horas ou com as horas excessivas, os jovens foram o grupo com maior proporção de pessoas ocupadas (62,0%) em relação ao total dos ocupados (60,0%), em 2016.

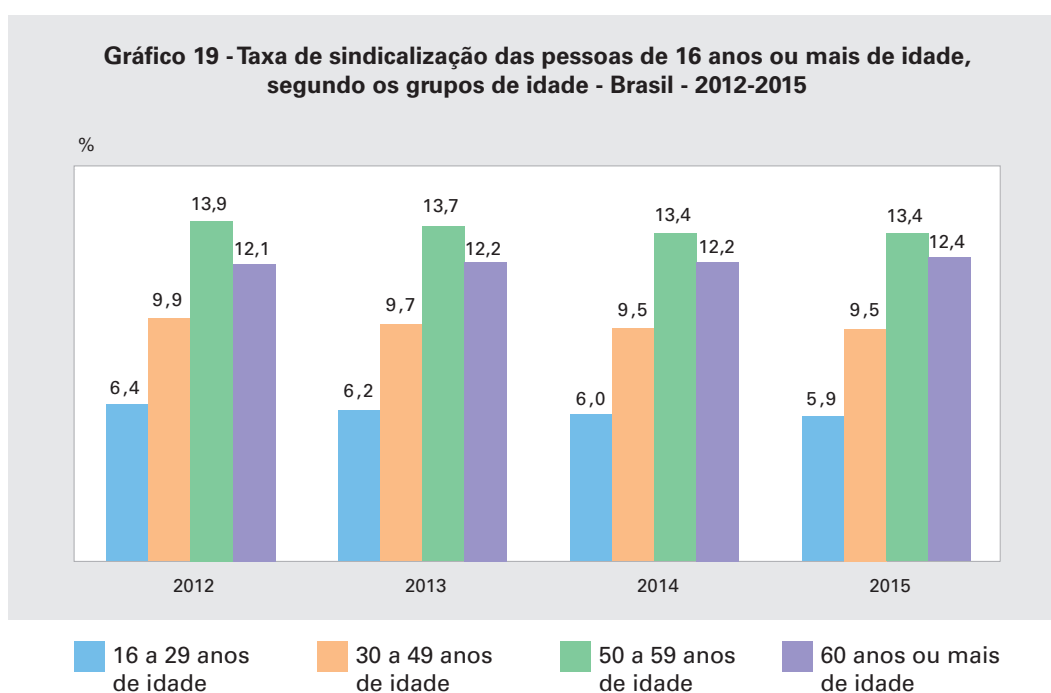
Rendimentos adequados e trabalho produtivo constituem um eixo da agenda do trabalho decente, e está associado a um dos objetivos da OIT de assegurar “uma parcela justa dos frutos do progresso para todos, e um salário mínimo para todos os ocupados e aqueles que precisam de tal proteção” (DECENT..., 2013). Entre os indicadores sugeridos para acompanhar este eixo na agenda de trabalho decente está o rendimento médio real.

Embora tenha havido aumento de 3,9% no rendimento médio real das pessoas ocupadas no período, para os jovens de 16 a 29 anos houve decréscimo de 1,5% (Tabela 1.13a). Na série histórica, somente no grupo dos jovens o rendimento médio real foi menor do que o valor da média nacional, correspondendo a 65,4% desta, em 2016. Distrito Federal e São Paulo foram as UFs com maiores valores do rendimento médio real do trabalho principal para a população de 16 anos ou mais e para os jovens, mas nelas também os jovens recebiam menor proporção do rendimento médio real, que foi de, respectivamente, 52,2% e 58,7%. O menor rendimento do trabalho auferido pelos jovens, comparativamente aos demais grupos etários, pode estar associado a diferentes fatores como, por exemplo, a baixa ou nenhuma experiência e a conciliação entre trabalho e estudo. No caso das mulheres jovens, deve-se considerar também a conciliação com a maternidade e os afazeres domésticos.

¹⁷ No Decreto-Lei n. 5.452, de 01.05.1943, que trata da consolidação das leis trabalhistas e suas respectivas alterações, ficou aprovado que a duração normal do trabalho não deveria exceder oito horas diárias, podendo ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas. Maiores detalhes sobre jornada de trabalho no Brasil podem ser encontradas na publicação *Decent work country profile* da OIT, no endereço: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---integration/documents/publication/wcms_228791.pdf>.

Por fim, há outro indicador que compõe a agenda do trabalho decente que é a taxa de sindicalização dos trabalhadores formais, também apresentado na seção 1 para grupos de atividade econômica. Sob a perspectiva de trabalho decente, a taxa de sindicalização permite verificar a capacidade de organização dos trabalhadores para superar formas de trabalho que gerem renda insuficiente para que os indivíduos e suas famílias superem a situação de pobreza e que se baseiam em atividades insalubres, perigosas, inseguras e/ou degradantes.

Nota-se uma relação direta entre o maior grau de sindicalização e os grupos de idade mais elevados. Entre os jovens de 16 a 29 anos, a taxa foi de 5,9%, em 2015, enquanto entre o grupo de 50 a 59 anos foi de 13,4% (Gráfico 19). Percebe-se que, na medida em que trabalhadores mais jovens entram no mercado de trabalho, menos representativos poderão se tornar os sindicatos, uma vez que a filiação dos trabalhadores formais mais jovens chega à metade da adesão dos mais velhos. O acompanhamento da evolução deste indicador ao longo do tempo permite observar se esta é uma tendência que se altera com o avançar da idade ou se é um indicativo de uma mudança definitiva na estrutura sindical do país.



Fonte: Ministério do Trabalho, Relação Anual de Informações Sociais 2012-2015.

No período em questão, pela análise do mercado de trabalho para os jovens, na perspectiva do trabalho decente, percebe-se que houve retrocesso em alguns indicadores, como desocupação, ocupação, subutilização da força de trabalho e rendimento médio real do trabalho principal; mas houve melhora nos indicadores da jornada de trabalho, e estabilidade em relação aos indicadores de formalidade da ocupação e contribuição para previdência social.

Jovens que não estudam nem estão ocupados

A transição da escola para o mercado de trabalho é uma importante marca do ciclo de vida definido como juventude (WHAT..., [2017?]). O insucesso nessa transição pode dificultar que os jovens atinjam outros marcos tradicionais da fase adulta, influenciando seu grau de satisfação com a vida, confiança em outras pessoas e até interesse na política. No longo prazo, uma juventude sentindo-se desmotivada e desprotegida pode impactar os níveis de saúde, fecundidade e criminalidade em uma sociedade e, enfim, a coesão social (SOCIETY..., 2016).

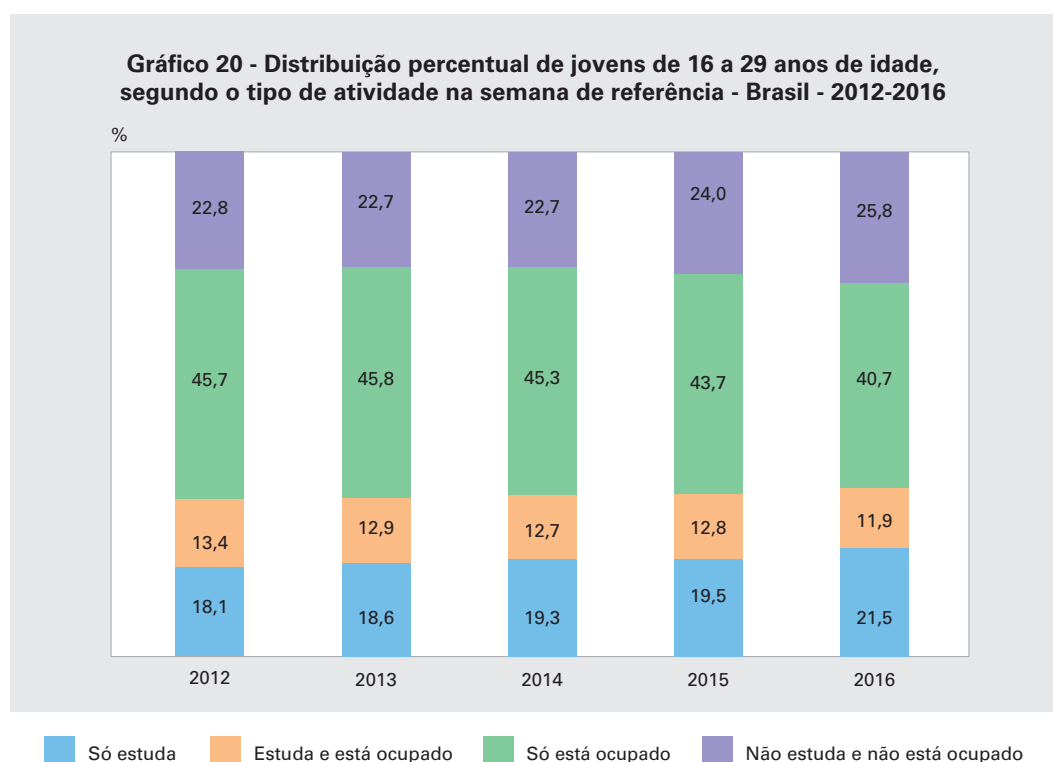
A maior vulnerabilidade dos jovens no mercado de trabalho, em especial em períodos de crise econômica, já foi identificada em relatórios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (SOCIETY..., 2016), da OIT (WHAT..., 2015), em edições prévias da Síntese de Indicadores Sociais¹⁸ e se verifica igualmente a partir dos dados da PNAD Contínua. De fato, entre 2014 e 2016, aumentou a diferença entre a taxa de desocupação dos jovens e a dos outros grupos etários e da população em geral. Conforme a Tabela 1.1, em 2014, a taxa de desocupação dos jovens de 16 a 29 anos de idade era de 12,8%, o das pessoas com 30 a 49 anos, 4,8%, o das pessoas com 50 a 59 anos, 3,0% e o dos idosos com 60 anos ou mais, 1,9%. Em 2016, a taxa de desocupação desses mesmos grupos etários foi de 21,1%, 8,3%, 5,5% e 3,5%, respectivamente. Já a taxa de desocupação da população em geral subiu de 6,8%, em 2014, para 11,3%, em 2016.

Contudo, o indicador taxa de desocupação, entre outros tradicionalmente construídos para os estudos de mercado de trabalho, não são suficientes para uma compreensão aprofundada dos desafios envolvidos na transição da escola para o trabalho. Faz-se necessária, além da investigação das características e das condições de vida dos jovens que frequentam a escola e/ou estão ocupados no mercado de trabalho, de aspectos educacionais e da qualidade da inserção no mercado, uma análise sobre o perfil dos jovens que não estudam nem estão ocupados¹⁹. A construção de indicadores para esse grupo de jovens permite endereçar questões como evasão escolar precoce, o desalento com o mercado de trabalho, jovens que estão fora da força de trabalho por motivo de saúde, jovens mulheres que estão fora da força de trabalho por se dedicarem a afazeres domésticos e cuidados, entre outras (DECENT..., 2013). O escopo desta seção é justamente analisar o perfil dos jovens que não estudam nem estão ocupados no Brasil, a partir dos dados obtidos pela PNAD Contínua entre 2012 e 2016

¹⁸ As edições anteriores da Síntese de Indicadores Sociais encontram-se disponíveis para consulta no portal do IBGE na Internet, no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>>.

¹⁹ Do inglês, *NEET: not in employment, education or training*. Em português, jovens que não estão ocupados, nem estudam ou estão em treinamento. No entanto, como as pesquisas do IBGE não investigam treinamento, os indicadores analisados nesta seção tratam dos jovens que não estudam nem estão ocupados. Para os conceitos de frequência escolar e ocupação, ver o glossário desta publicação.

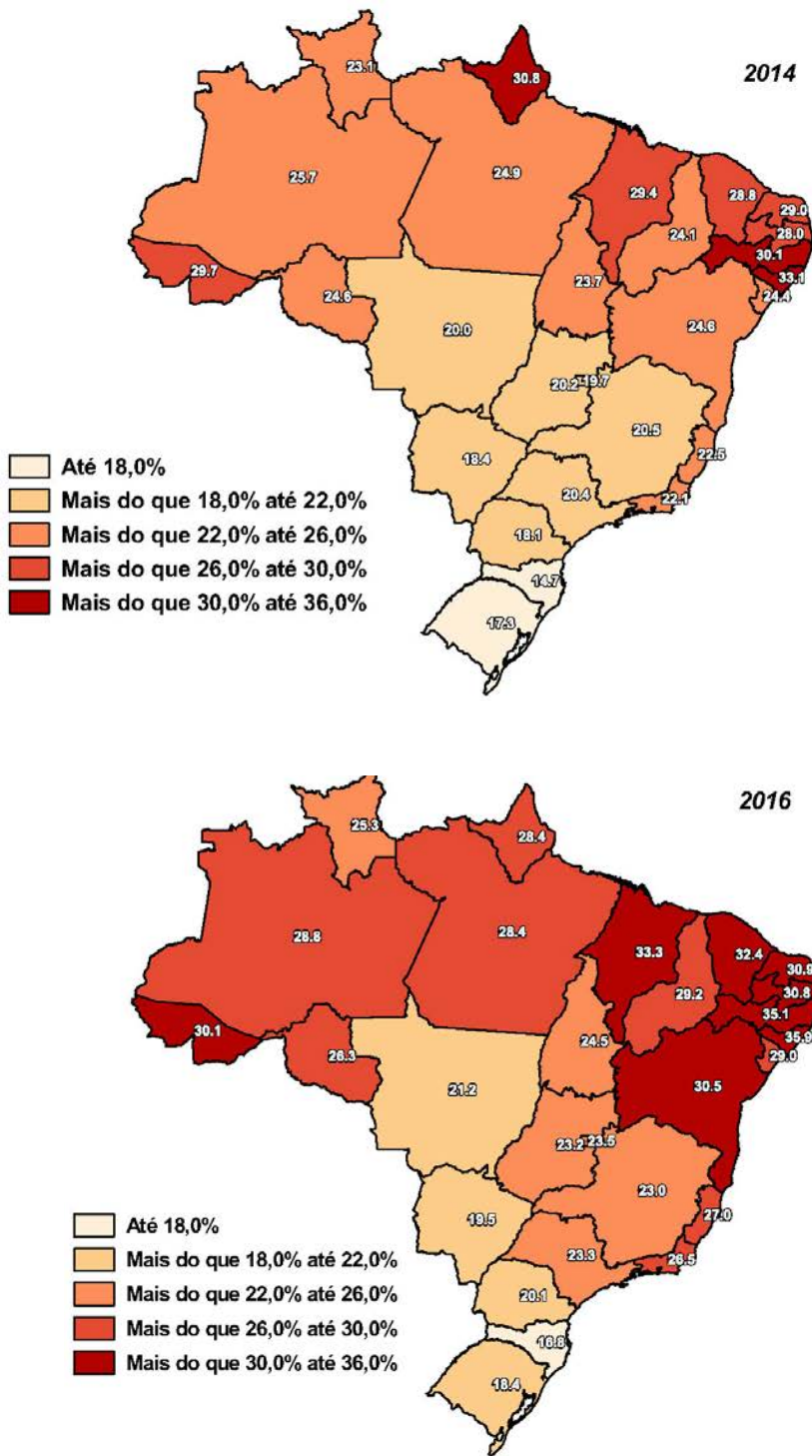
Entre 2012 e 2014, o percentual de jovens que não estudavam nem estavam ocupados no Brasil na semana de referência manteve-se estável, como se pode observar no Gráfico 20. No entanto, entre 2014 e 2016, esse percentual aumentou de 22,7% para 25,8%. Com relação a esse mesmo período, verifica-se que aumentou o percentual de jovens que só estudavam, mas diminuiu o de jovens que estudavam e estavam ocupados e também o de jovens que só estavam ocupados. É possível, então, concluir que a ampliação do grupo dos jovens que não estudavam nem estavam ocupados entre 2014 e 2016 resultou principalmente da saída de jovens de ocupações no mercado de trabalho.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.
 Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Todas as Grandes Regiões do País experimentaram acréscimo no percentual dos jovens que não estudavam nem estavam ocupados entre 2014 e 2016, mas apenas no Nordeste o aumento foi maior do que o observado nacionalmente. Como se destaca da Tabela 1.18, no Norte o percentual de jovens nessa situação passou de 25,3% para 28,0%, no Nordeste, de 27,7% para 32,2%, no Sudeste, de 20,8% para 24,0%, no Sul, de 17,0% para 18,7% e no Centro-Oeste, de 19,8% para 22,2%. No Nordeste, os maiores aumentos foram observados nos estados da Bahia, Piauí, Pernambuco e Sergipe. Em todo o País, o Amapá foi a única Unidade da Federação em que se observou um decréscimo no percentual de jovens que não estudavam nem estavam ocupados entre 2014 e 2016. As informações sobre as Unidades da Federação constam no Cartograma 5.

Cartograma 5 - Proporção de jovens de 16 a 29 anos de idade que não estudavam e não estavam ocupados na semana de referência, segundo as Unidades da Federação - 2014/2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014/2016.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Cabe ressaltar que há jovens com determinadas características que estão mais sujeitos à condição de não estudantes e não ocupados. São eles os jovens com menor nível de instrução, os pretos ou pardos e as mulheres e, portanto, é necessário analisar o indicador aplicando desagregações. Com relação ao aspecto educacional, verifica-se, conforme a Tabela 1.19, que a maior incidência de jovens que não estudavam nem estavam ocupados na semana de referência em 2016 – 38,3% – se encontrava entre os jovens cujo nível de instrução mais elevado alcançado era o fundamental incompleto ou equivalente. Recortando-se a população jovem em três subgrupos etários, de 16 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, os resultados confirmam a maior vulnerabilidade dos jovens menos qualificados: 45,8% dos jovens de 18 a 24 anos e 39,2% dos jovens de 25 a 29 anos com no máximo o ensino fundamental incompleto não estudavam nem estavam ocupados²⁰.

As desigualdades entre a população branca e a população preta ou parda, já identificadas por meio dos indicadores clássicos de mercado de trabalho, também se refletem entre os jovens. Como se vê na Tabela 8, tanto a frequência escolar quanto o nível de ocupação²¹ são mais altos para os jovens brancos do que para os jovens pretos ou pardos. Consequentemente, o percentual de jovens que não estudavam nem estavam ocupados em 2016 era maior entre aqueles de cor ou raça preta ou parda (29,1%). Colocando lado a lado os resultados para os homens brancos e para os pretos ou pardos e, igualmente, para as mulheres brancas e para as pretas ou pardas, também se encontra maior incidência de jovens que não estudam e não trabalham nos grupos de cor ou raça preta ou parda, nos três recortes etários aplicados. A literatura tem amplamente documentado que tais desigualdades resultam não apenas do menor nível de instrução da população preta ou parda, como também de discriminação no mercado de trabalho (IGUALDADE..., 2010).

A comparação entre homens e mulheres, por sua vez, revela que, apesar do percentual de jovens que não estudam nem estão ocupados ter sido afetado por questões conjunturais que impactaram o mercado de trabalho em geral nos últimos anos, existem aspectos estruturais que influenciam a composição desse grupo. De acordo com o Gráfico 21, a desigualdade entre o percentual de homens e o de mulheres de 16 a 29 anos que não estudam nem estão ocupados persiste ao longo da série histórica, sendo de 13,7 pontos percentuais em 2016. Dito de outra forma, as mulheres tinham, em 2016, 1,7 vezes mais chances que os homens de estarem não estudantes e não ocupadas.

²⁰ Já entre os jovens de 16 a 17 anos, o maior percentual dos que não estudavam nem estavam ocupados incide entre aqueles que possuem pelo menos ensino médio ou equivalente completo. Tal resultado, porém, não afronta a conclusão sobre a maior vulnerabilidade dos menos instruídos. Ora, é esperado que os jovens de 16 a 17 anos – idade formalmente adequada para cursar o ensino médio – que ainda não tenham concluído o ensino médio estejam frequentando a escola; e que aqueles que já o concluíram possam encontrar dificuldades para o ingresso no ensino superior ou no mercado de trabalho. Com efeito, nessa faixa etária, 58,9% dos jovens com no máximo ensino fundamental incompleto e 79,3% dos jovens com o fundamental completo ou médio incompleto só estudavam (Tabela 1.19). Vale ressaltar que cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, e outros vestibulares não são classificados como frequência à escola, de modo que um jovem não ocupado que esteja matriculado apenas em um curso dessa natureza será classificado na categoria não estuda nem está ocupado.

²¹ A frequência escolar pode ser obtida pelo somatório do percentual de jovens que só estudam com o dos que estudam e estão ocupados. O nível de ocupação pode ser obtido pelo somatório do percentual de jovens que estudam e estão ocupados com o dos que só estão ocupados.

Tabela 8 - Distribuição percentual de jovens de 16 a 29 anos de idade, por tipo de atividade na semana de referência, segundo as características selecionadas - Brasil - 2016

Características selecionadas	Distribuição percentual de jovens de 16 a 29 anos de idade, por tipo de atividade na semana de referência (%)			
	Só estuda	Estuda e está ocupado	Só está ocupado	Não estuda e não está ocupado
Cor ou raça				
Branca	22,0	14,4	42,4	21,2
Preta ou parda	21,1	10,1	39,7	29,1
16 a 29 anos				
Homem branco	21,3	14,7	47,6	16,4
Homem preto ou pardo	20,0	11,0	48,1	20,8
Mulher branca	22,8	14,1	37,2	25,9
Mulher preta ou parda	22,2	9,2	31,0	37,6
16 e 17 anos				
Homem branco	68,4	17,0	5,3	9,4
Homem preto ou pardo	67,0	15,6	7,2	10,2
Mulher branca	72,3	11,9	3,2	12,6
Mulher preta ou parda	72,1	8,5	2,9	16,5
18 a 24 anos				
Homem branco	18,7	16,3	44,6	20,4
Homem preto ou pardo	15,5	11,9	46,7	25,9
Mulher branca	22,0	17,3	32,2	28,6
Mulher preta ou parda	18,7	10,7	28,4	42,3
25 a 29 anos				
Homem branco	3,9	11,3	71,0	13,8
Homem preto ou pardo	2,3	7,3	71,8	18,6
Mulher branca	5,1	10,6	56,8	27,5
Mulher preta ou parda	4,8	7,4	47,6	40,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

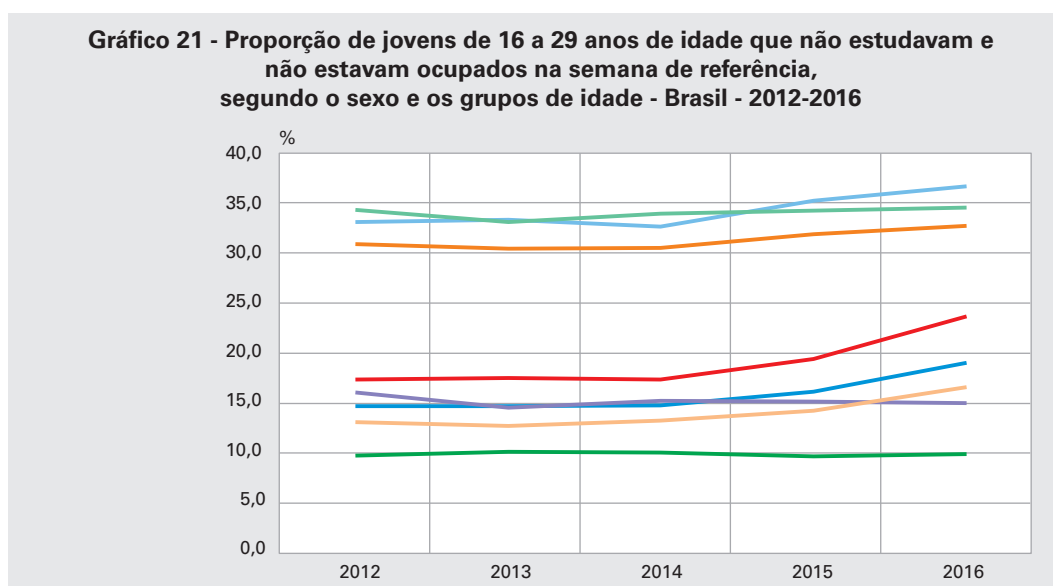
A desigualdade se agrava se compararmos homens brancos com mulheres pretas ou pardas: uma jovem preta ou parda possuía 2,3 vezes mais chances do que um jovem branco de não estudar nem estar ocupada em 2016, o que se constata a partir da Tabela 8. Por outro lado, comparando homens pretos ou pardos com mulheres brancas, verifica-se que o elemento sexo tem maior influência que o elemento cor ou raça na composição do grupo dos jovens que não estudam nem estão ocupados. Em 2016, as jovens brancas tinham 1,2 vezes mais chances que os jovens pretos ou pardos de estarem nesse grupo.

Nessa realidade o Brasil não está sozinho, visto que, nos países que compõem a OCDE, as mulheres têm em média 1,4 vezes mais chances de não estudarem nem estarem ocupadas do que os homens, sendo que, em países como Turquia e México, as mulheres chegam a ter de 3,0 a 4,0 vezes mais chances que os homens de se encontrarem nessa situação. Por outro lado, há uma série de países em que tal desigualdade não se verifica, como Suécia e Bélgica, o que indica que é um problema que pode ser enfrentado por meio de políticas públicas adequadas. Na Espanha, inclusive, as mulheres tinham menor chance que os homens de estarem não estudantes e não ocupadas²² (SOCIETY..., 2016).

²² Os dados para os países da OCDE contemplam os jovens de 15 a 29 anos de idade e são relativos ao ano de 2014. Para o Japão o recorte etário foi de 15 a 24 anos e para os Estados Unidos, 16 a 24. Para Chile e Turquia os dados são do ano de 2013.

Aplicando o recorte de grupos etários – 16 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos –, verifica-se que a desigualdade entre o percentual de homens não estudantes e não ocupados e o de mulheres não estudantes e não ocupadas se acentua nos grupos mais velhos. De fato, entre os homens de 25 a 29 anos de idade, 16,6% não estudavam nem estavam ocupados na semana de referência, enquanto entre as mulheres da mesma faixa etária o percentual era de 34,6% (Gráfico 21). Tal resultado, em cotejo com os dados da Tabela 1.19, que apontam que as mulheres jovens frequentam mais a escola do que os homens jovens em todos os grupos etários analisados, permite afirmar que, para as mulheres, a transição da escola para o mercado de trabalho é um processo mais difícil do que para os homens. Vale ressaltar que a OIT estima que a redução de desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro poderia resultar em um aumento de até 3,3% do PIB e de R\$ 131 bilhões nas receitas tributárias do país (PERSPECTIVAS..., 2017).

Gráfico 21 - Proporção de jovens de 16 a 29 anos de idade que não estudavam e não estavam ocupados na semana de referência, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2012-2016

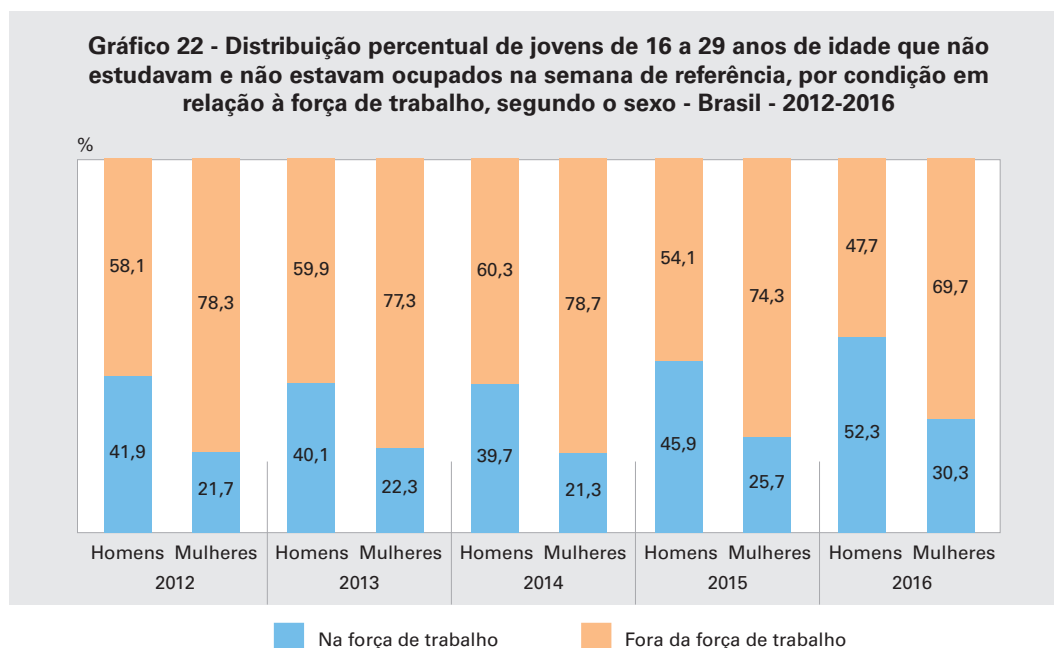


Total	Homem	14,7	14,7	14,8	16,1	19,0
	Mulher	30,9	30,4	30,5	31,9	32,7
16 a 17 anos	Homem	9,8	10,2	10,0	9,7	9,9
	Mulher	16,1	14,5	15,3	15,1	15,0
18 a 24 anos	Homem	17,4	17,5	17,4	19,4	23,6
	Mulher	33,1	33,4	32,6	35,2	36,7
25 a 29 anos	Homem	13,1	12,7	13,3	14,3	16,6
	Mulher	34,3	33,1	33,9	34,2	34,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Além disso, o perfil dos homens e das mulheres de 16 a 29 anos que não estudam nem estão ocupados também apresenta diferenças. Como se vê no Gráfico 22, em 2016, entre os homens jovens que estavam nessa situação prevaleciam os que estavam desocupados (52,3%), já entre as mulheres, as que estavam fora da força de trabalho (69,7%). Cumpre esclarecer que por “desocupado” entende-se aquele que tomou providência para conseguir ocupação (período de referência de 30 dias) e poderia começar a trabalhar na semana de referência, estando, portanto, na força de trabalho; e que por “fora da força de trabalho”, aquele que não tomou providência e/ou não poderia começar a trabalhar em uma ocupação. Em outras palavras, dentre os jovens não estudantes e não ocupados, os homens foram os que mais procuraram ocupação e que, simultaneamente, estavam disponíveis para trabalhar caso tivessem sucesso nessa procura.

Ao longo da série histórica entre 2012 e 2015, também se observa maior incidência de mulheres jovens fora da força de trabalho entre as que não estudavam nem estavam ocupadas do que de homens. No entanto, apenas em 2016, os homens desocupados passaram a ser maioria entre os homens jovens que não estudavam nem estavam ocupados, o que está associado ao aumento da taxa de desocupação dos jovens em geral. Com efeito, o percentual de homens jovens ao mesmo tempo não estudantes, não ocupados e desocupados oscilou entre 41,9% e 45,9% de 2012 a 2015 e chegou a 52,3% em 2016, enquanto o de mulheres oscilou entre 21,7% e 25,7% de 2012 a 2015 e foi de 30,3% em 2016.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Recentemente, em publicação do âmbito da OIT, foi apontado que, quando se identifica que a maior parte dos jovens não estudantes e não ocupados está também fora da força de trabalho e que este é um traço mais marcante de um dos sexos, isto ocorre como consequência de:

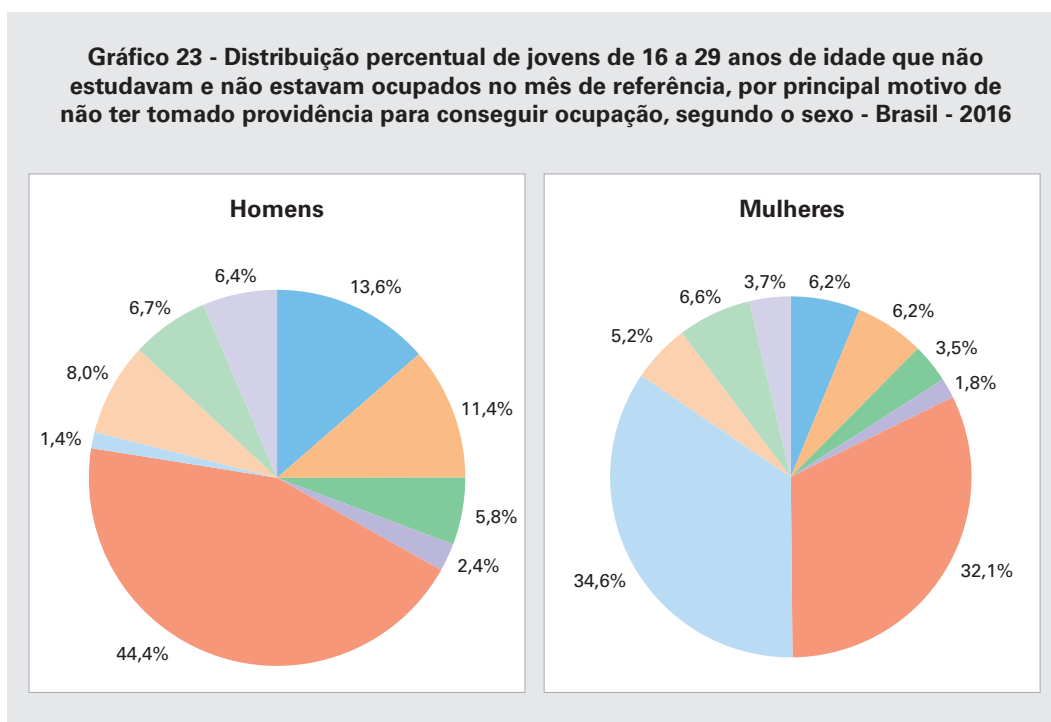
(...) práticas culturais ou discriminatórias que excluem um sexo (tipicamente mulheres jovens) do mercado de trabalho; o que deve ser respondido com medidas legais para a promoção da igualdade de oportunidades, campanhas de conscientização pública, incentivo ao empreendedorismo, soluções para o cuidado dos filhos, ampliação do espectro ocupacional para ambos os sexos e quiçá o subsídio a empresas e sucursais pertencentes a mulheres (WHAT..., 2015, p. 11, tradução nossa).

A PNAD Contínua inovou ao investigar o principal motivo pelo qual as pessoas que não estavam ocupadas também não procuraram, não poderiam ou não queriam trabalhar em uma ocupação na semana de referência. A análise desses motivos, aplicando-se os recortes de idade e tipo de atividade, permite identificar, por exemplo, se os jovens fora da força de trabalho passam pelo fenômeno do desalento com o mercado de trabalho²³ ou se questões como saúde e gênero exercem influência nesse contexto.

²³ A OIT aponta possíveis razões para o desalento dos jovens com o mercado de trabalho: “desconhecimento sobre como ou onde procurar trabalho; incapacidade de encontrar trabalho compatível com suas competências; experiências anteriores de procura por emprego sem resultados; sentimento de que se é jovem demais para encontrar trabalho; sensação de que não há empregos disponíveis na região” (WHAT..., 2015, p. 3, tradução nossa).

Nesta oportunidade, optou-se por identificar o principal motivo pelo qual os jovens de 16 a 29 anos, que não estudavam nem estavam ocupados, não tinham tomado providência para conseguir ocupação no mês de referência. De acordo com o Gráfico 23, em 2016, enquanto 34,6% das mulheres responderam “ter que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)”, apenas 1,4% dos homens apontaram tal motivo como sendo o principal por não terem procurado ocupação.

Cabe frisar que, entre as mulheres de 16 a 29 anos que não estudavam nem estavam ocupadas, 92,1% responderam realizar tarefas de cuidados a moradores do domicílio ou parentes que não moravam no domicílio e afazeres domésticos no domicílio. Entre os homens, esse percentual foi de 61,3% (Tabela 1.24). Assim, a hipótese da publicação da OIT de que práticas culturais – a mulher ser a principal responsável por afazeres domésticos e tarefas de cuidados – excluem as mulheres jovens do mercado de trabalho fica corroborada para o caso brasileiro.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.
 Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Por outro lado, o desalento com o mercado de trabalho parece afetar tanto os homens quanto as mulheres jovens. Analisando novamente o grupo que não estudava nem estava ocupado segundo o principal motivo pelo qual não buscaram uma ocupação, a partir do Gráfico 23, vê-se que os homens que responderam “não tinha experiência profissional ou qualificação”, “não havia ocupação na localidade”, “não conseguia ocupação adequada” ou “não conseguia ocupação por ser muito jovem” somaram 64,0% e as mulheres 43,6%. Em outras palavras, há uma parcela da juventude brasileira que afirma não ter buscado uma ocupação em decorrência de um sentimento de desânimo com o mercado de trabalho.

A categoria analítica dos jovens que não estudam nem estão ocupados veio se difundindo desde os anos 2000, estando contemplada atualmente nas principais agendas internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS²⁴ e o Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento²⁵. Tais agendas têm no horizonte o crescimento econômico inclusivo e sustentável, e reconhecem que a garantia de direitos para a juventude – como educação e formação inclusivas e de qualidade e o trabalho decente, com igualdade de oportunidades e tratamento para todas e todos – contribui para a edificação de uma vida adulta sã, socialmente integrada e culturalmente engajada com a igualdade e a sustentabilidade

²⁴ Para informações mais detalhadas sobre os ODS, consultar o portal das Nações Unidas na Internet, no endereço: <<https://sustainabledevelopment.un.org/sdgs>>.

²⁵ Para informações mais detalhadas, consultar o *Guia operacional para a implementação e o acompanhamento do Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento*, no endereço: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/38935/1/S1500860_es.pdf>.

Padrão de vida e distribuição de renda

Uma avaliação criteriosa das condições de vida da população brasileira com destaque para as desigualdades requer um enfoque multitemático. Assim, em complemento ao capítulo anterior²⁶, o presente capítulo aborda questões concernentes à desigualdade de renda, acesso a bens e serviços (com destaque para as condições de moradia), pobreza monetária e multidimensional. Essas abordagens são um recorte para identificar condições para as pessoas viverem vidas plenas (SEN, 1992), com seus direitos garantidos²⁷.

Um enfoque em direitos orienta o capítulo, com ênfase ao direito a um nível (ou padrão) de vida suficiente tal como estabelecido no § 1º do Art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pelos países membros da Organização das Nações Unidas - ONU em 10 de dezembro de 1948²⁸. Desde então, vários textos jurídicos, inclusive no Brasil, refinaram o entendimento dos direitos sociais aos quais as pessoas deveriam ter acesso. O Art. 6º da Constituição Federal do Brasil de 1988 explicita que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

²⁶ O Capítulo Mercado de trabalho contou com três seções: Efeitos da conjuntura econômica nacional sobre o mercado de trabalho; Estrutura do mercado de trabalho brasileiro por grupos populacionais específicos; e Juventude e trabalho.

²⁷ O Capítulo seguinte sobre mobilidade social aborda também uma questão central, a igualdade de oportunidades. Barreiras à mobilidade ocupacional e educacional (que atingem de forma diferenciada as pessoas segundo suas características) podem constituir-se em armadilhas de pobreza e impedimentos tais como os abordados aqui.

²⁸ “Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade” (NAÇÕES UNIDAS, 1998).

Em complemento, assegurar condições para as pessoas viverem vidas plenas está relacionado aos esforços para a erradicação da pobreza, eixo central da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por 193 países em 2015, entre eles o Brasil. No preâmbulo dessa Agenda consta que “a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável” (NAÇÕES UNIDAS, 2015)²⁹. A Agenda 2030, ambiciosa, está estruturada em 17 ODS e 169 metas. Ela inclui uma série de direitos a serem garantidos (à moradia adequada, à educação, à saúde, à proteção social, etc.) com o princípio de não deixar ninguém para trás, quer dizer, a necessidade de identificar grupos vulneráveis por suas características ou localização geográfica e implementar políticas para a inclusão desses grupos no processo de desenvolvimento sustentável.

Distribuição de renda

A presente seção utiliza dados atualizados da PNAD Contínua³⁰, que sucedeu à PNAD, descontinuada em 2015. O objetivo é explicitar o acesso (desigual) a recursos econômicos, em particular, valendo-se do rendimento domiciliar *per capita* (RDPC). Essa informação, referente a 2016, permite estudar a concentração de renda no Brasil, sua variação entre grupos populacionais e desagregar os dados até os municípios das capitais, explorando a cobertura geográfica da PNAD Contínua³¹.

O Brasil é um país de alta desigualdade de renda, inclusive quando comparado a outros países da América Latina, região do planeta onde a desigualdade é mais pronunciada (HUMAN..., 2016). Esses altos níveis são preocupantes por si só, numa perspectiva de equidade, mas também podem trazer ineficiência econômica (BARR, 2012). Em comparações internacionais, altos níveis de desigualdade estão relacionados a comportamentos não cooperativos, à criminalidade e baixo crescimento econômico no médio e longo prazo (IN IT..., 2015; SACHS, 2005; THE SUSTAINABLE..., 2017).

É possível produzir vários indicadores para abordar a desigualdade de renda. Entre eles, constam as razões de rendimento que, com as pesquisas domiciliares, mostram a desigualdade sobretudo quanto ao acesso a rendimentos do trabalho, aposentadorias e pensões, captando ainda rendimentos de programas sociais na base da distribuição³². O Gráfico 1 traz a informação do rendimento domiciliar *per capita*

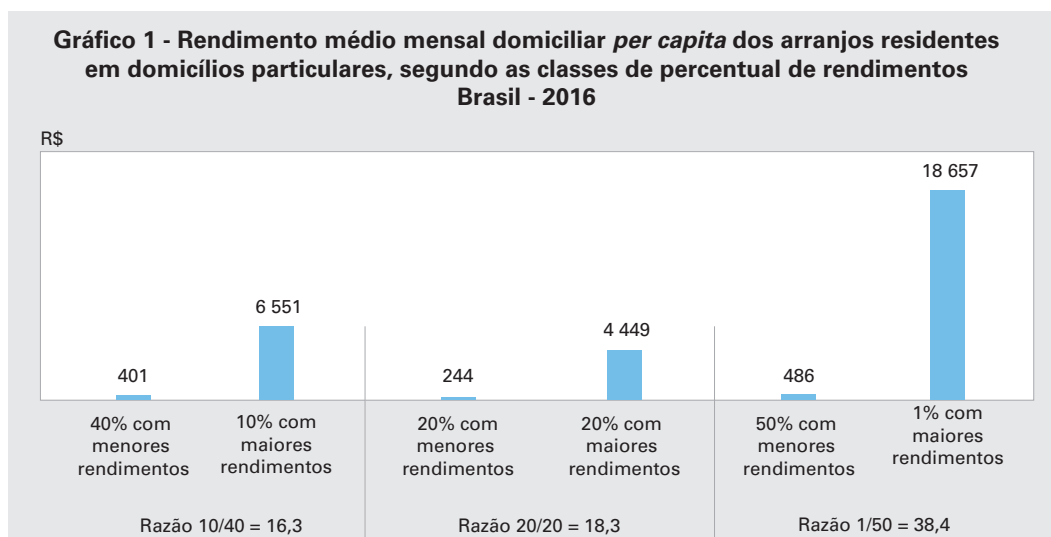
²⁹ Para mais detalhes, acessar o portal da Agenda 2030 na Internet, no endereço: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>.

³⁰ Para mais detalhes sobre a pesquisa, ver Nota Técnica ao final da presente publicação.

³¹ A PNAD Contínua tem um maior espalhamento da amostra em relação à PNAD. Cabe informar também que o RDPC é coletado desde a implementação da PNAD Contínua, em 2012, sendo que, em razão de diferenças metodológicas não é comparável aos dados da PNAD. Além disso, em 2015, houve uma mudança no questionário para melhorar a captação do rendimento efetivo do trabalho, componente do RDPC. Para mais detalhes, acessar a Nota Técnica sobre a divulgação do rendimento domiciliar com base na PNAD Contínua, no endereço: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Notas_Tecnicas/Nota_Tecnica_Divulgacao_do_rendimento_domiciliar_calculado_com_base_na_PNAD_Continua.pdf>.

³² As pesquisas domiciliares no mundo todo têm limitações para detalhar rendimentos no topo da distribuição, coletando de forma mais precisa rendimentos do trabalho, enquanto as maiores rendas são constituídas por rendimentos de propriedade, lucros e dividendos. Com isso em mente, estudos internacionais têm utilizado dados de declarações de imposto de renda para avaliar a desigualdade econômica, inclusive com dados brasileiros (MORGAN, 2017; PIKETTY; SAEZ, 2014).

médio segundo alguns recortes, além das razões 10/40, 20/20 e 1/50³³. Pode-se sublinhar que a razão 20/20 era 18,3, ou seja, o rendimento médio *per capita* dos 20% domicílios com maiores rendimentos (R\$ 4 499,15) era 18,3 vezes maior que o rendimento médio dos 20% com menores rendimentos (R\$ 243,60) em 2016 (Tabela 2.10).



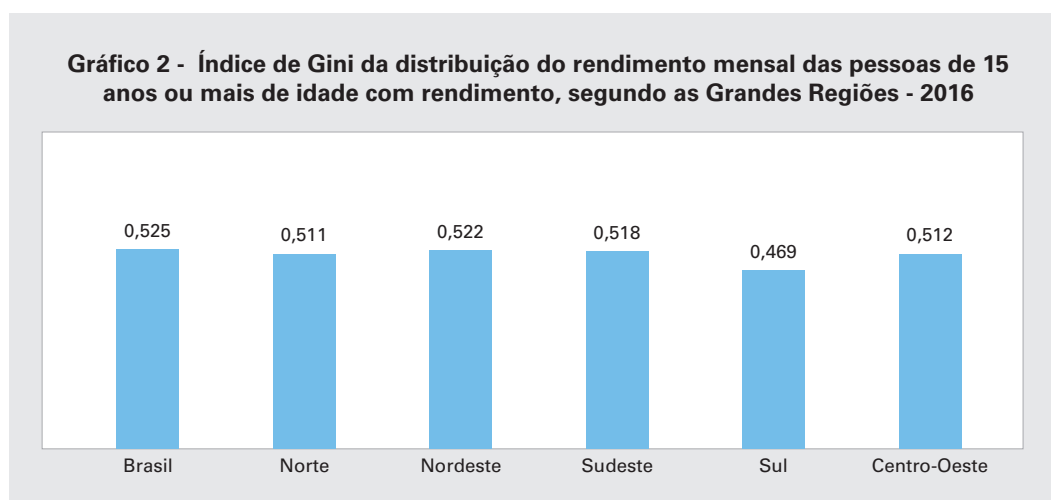
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Exclui arranjos domiciliares sem rendimento e sem declaração de rendimentos.

3. Exclui as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente

Outra maneira de medir a desigualdade é a partir do índice de Gini³⁴, que chegou a 0,525 em 2016, com os maiores valores no Nordeste, 0,522, e Sudeste, 0,518 (Gráfico 2). Buscando-se um maior detalhamento subnacional, a pesquisa revela que as capitais com maiores valores do índice de Gini em 2016 foram Recife (0,621), Natal (0,581) e Brasília (0,567) (Tabela 2.3).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

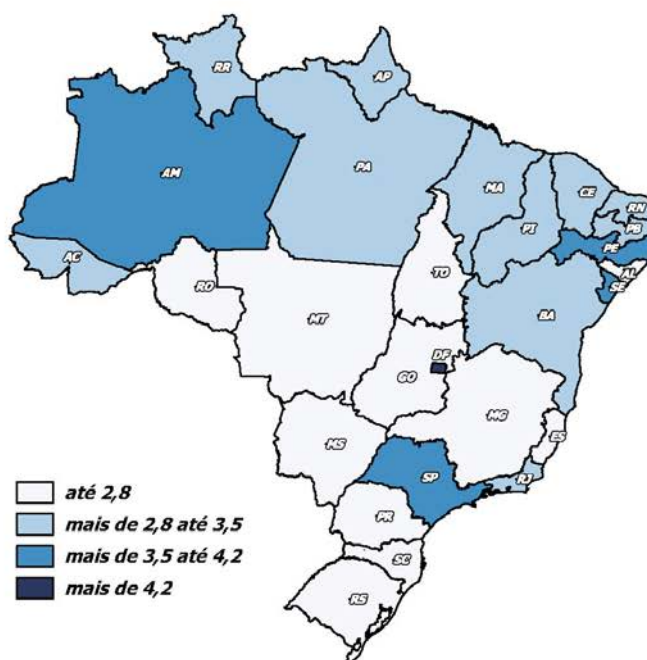
2. Exclui as informações das pessoas sem declaração de rendimento.

³³ As razões de rendimento trazem as relações entre recortes de rendimentos médios mensais. A razão 10/40 relaciona o rendimento dos 10% com maiores rendimentos com os 40% com menores rendimentos. A razão 20/20 relaciona os rendimentos dos 20% com maiores rendimentos e 20% com menores rendimentos. A razão 1/50 representa a razão de rendimentos entre o 1% com maiores rendimentos e 50% com menores rendimentos.

³⁴ O índice de Gini varia de 0 a 1, sendo "1" o valor de máxima desigualdade e "0" a perfeita igualdade na distribuição de rendimentos (quando 10% da população se apropria de 10% da renda total e assim por diante).

O índice de Palma complementa o retrato dado pelo índice de Gini, uma vez que o Gini é influenciado pelas movimentações no centro da distribuição de rendimentos, enquanto o índice de Palma mostra historicamente maior variação, ao dar destaque às classes de rendimento para as quais se tende a direcionar políticas – topo e base, por exemplo, com política fiscal e de transferência de renda, respectivamente (COBHAM, 2013; PALMA, 2011). No Brasil, em 2016, a renda total apropriada pelos 10% com maiores rendimentos era 3,4 vezes maior que o total de renda apropriado pelos 40% com menores rendimentos. O Cartograma 1 mostra a variação do indicador nas Unidades da Federação, os valores extremos se encontravam no Distrito Federal, (4,7), e Santa Catarina, com (2,1) (Tabela 2.9).

Cartograma 1 - Índice de Palma do rendimento de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimentos - Brasil - 2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

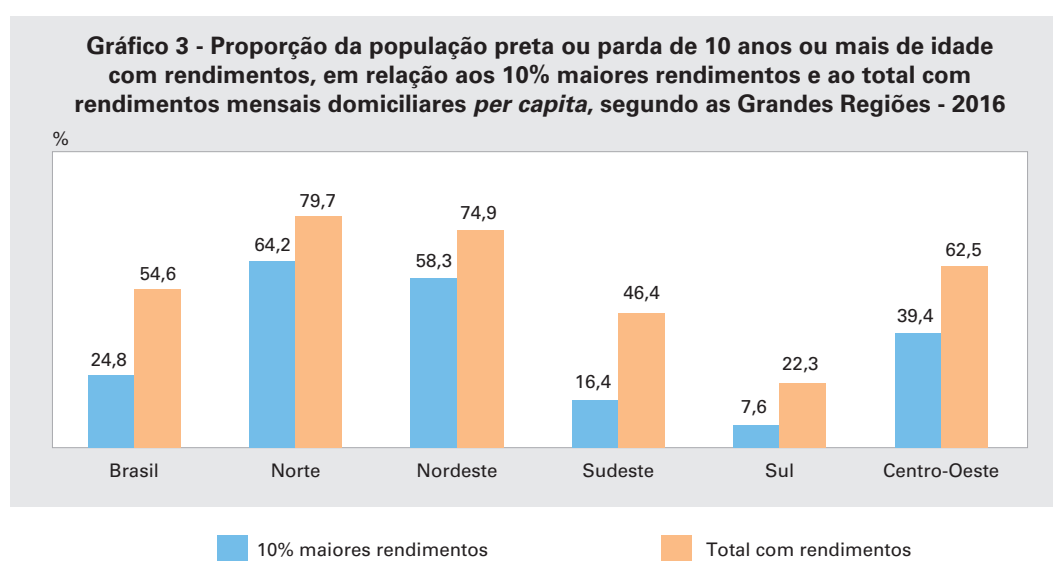
Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Índice de Palma se calcula pela razão dos rendimentos concentrados por 10% da população com maiores rendimentos, sobre os 40% da população com menores rendimentos.

3. Excluídas as pessoas sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

4. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Da mesma forma que a desigualdade varia no território, ela atinge a população segmentada por cor ou raça. Em 2016, pretos ou pardos eram 54,6% do total de pessoas com rendimentos, contra 44,5% de brancos. Já entre as pessoas com os 10% menores rendimentos, pretos ou pardos eram 78,5%, contra 20,8% de brancos. No outro extremo, dos 10% maiores rendimentos, pretos ou pardos eram apenas 24,8% (Tabela 2.7). O Gráfico 3 detalha a disparidade na composição por cor ou raça do total da população em relação ao estrato mais alto da distribuição de rendimentos por Grandes Regiões. A maior diferença estava no Sudeste, onde os pretos ou pardos representavam 46,4% da população com rendimentos, mas sua participação entre os 10% com maiores rendimentos era de 16,4%, uma diferença de 30 pontos percentuais.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Excluída população sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

3. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Pobreza monetária

Como dito, a erradicação da pobreza é um dos pressupostos da Agenda 2030, ao mesmo tempo em que a luta contra esse fenômeno já compunha os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio - ODM (OBJETIVOS..., 2005; OBJETIVOS..., 2010), sem contar que a temática figura há alguns anos nos esforços de desenvolvimento brasileiros (ROCHA, 2003; SOARES, 2009).

O conceito de pobreza remete a privações de diferentes tipos e ela tende a ser atualmente entendida como um fenômeno multidimensional, o que estaria ligado ao aumento da disponibilidade de dados e à influência dos escritos de Amartya Sen, entre outros (ALKIRE; FOSTER, 2008; ATHIAS; OLIVEIRA, 2016; COBO; ATHIAS; MATOS, 2014; SPICKER, 1999). Ao mesmo tempo, permanece mais recorrente a análise unidimensional e monetária (pela renda ou pelo consumo) por razões de preferências e/ou disponibilidade de dados monetários, conforme será explorado nesta seção.

Para determinar pobres e não pobres sob a ótica monetária é necessário optar por uma linha de corte. A escolha de uma linha (nacional ou diferenciando as regiões do país, quer dizer, variando segundo o nível de vida local³⁵) costuma ser influenciada por critérios científicos, administrativos, políticos, disponibilidade de dados e mesmo as preferências dos pesquisadores. No Brasil não há linha oficial de pobreza, sendo que alguns países têm uma ou mais linhas oficiais. Esse segundo caso inclui o Canadá, onde várias linhas são calculadas pelo órgão de estatística local e usadas pelas administrações para diversas finalidades (ATHIAS; OLIVEIRA, 2016).

No Brasil, há diversas linhas (chamadas administrativas) utilizadas pelas políticas, tais como linhas do Programa Brasil sem Miséria - PBSM – R\$ 85,00 (pobreza extrema) e R\$ 170,00 (pobreza)³⁶ em seus valores de 2016 – e a linha do Benefício de Prestação Continuada - BPC – definida como o rendimento domiciliar *per capita* abaixo de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Essas linhas podem ser definidas por lei (como o BPC na Lei n. 8.742, de 07.12.1993, atendendo ao princípio constitucional de as pessoas viverem e envelhecerem com dignidade) ou por decisões administrativas³⁷.

Qualquer linha tem vantagens e inconvenientes. Uma linha administrativa em reais pode estar defasada pela inflação, pois não costuma haver atualização sistemática – tornando-a então inadequada para aferir a evolução do padrão de vida. As linhas balizadas em uma porcentagem do salário mínimo têm o benefício de incluir um fator de correção implícito, mas sofrem de outro viés, pois o salário mínimo pode ter perdas ou ganhos reais no tempo³⁸. Por exemplo, em 2016, a linha de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e a de R\$ 85,00 e classificavam, com dados da PNAD Contínua, respectivamente, 12,1% e 4,2% das pessoas residentes em domicílios particulares na pobreza (Tabelas 1 e 2.12)³⁹.

³⁵ Tal tradição fundamentou-se em agregados de consumo coletados em pesquisas de orçamentos familiares e serviu para construir mapas de pobreza (MAPA..., 2008; ROCHA, 2003).

³⁶ “De uma forma geral, as linhas de pobreza monetárias ‘absolutas’ adicionam ao valor mínimo para aquisição alimentar (linha de pobreza extrema ou indigência), outras necessidades (habitação, transporte, higiene, etc.) que definem o ‘necessário’ para as famílias ‘viverem dignamente’ (linha de pobreza), teoricamente levando em conta algum aspecto relativo. Na maior parte dos casos, um multiplicador ‘k’ é usado para se chegar à linha de pobreza a partir da linha de indigência, porém sem grande discussão em torno desse valor e sua aderência a qualquer nível de padrão de vida mínimo. A CEPAL, por exemplo, tradicionalmente usa o valor 2 para esse multiplicador na América Latina” (COBO; ATHIAS; MATOS, 2014, p. 12). O PBSM usou esse mesmo critério de dobrar a linha de pobreza absoluta para chegar à linha de pobreza.

³⁷ Os valores das linhas administrativas costumam ser construídas tendo em mente os recursos possíveis de serem alocados para cada política (compromisso entre o factível e o aspiracional).

³⁸ No Brasil, o salário mínimo teve ganho real de 77% entre 2002 e 2016 (POLÍTICA..., 2017).

³⁹ Nas tabelas adicionais disponibilizadas na página do IBGE na Internet, é possível encontrar diversos conteúdos não apresentados nesta publicação, com mais detalhes sobre os variados recortes de rendimento (linhas de pobreza).

Tabela 1 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* selecionadas e valor de 50% da mediana do rendimento domiciliar *per capita* no nível geográfico, segundo as Grandes Regiões - 2016

Grandes Regiões	Pessoas residentes em domicílios particulares					
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> selecionadas (%)				
		Até ¼ de salário mínimo (R\$ 220)	Mais de ¼ a ½ salário mínimo (R\$ 440)	Até R\$85	Mais de R\$85 a R\$170	Até US\$ 1,9 PPC 2011 (1)
Brasil	205 386	12,1	17,8	4,2	4,3	6,5
Norte	17 420	22,7	26,0	6,2	9,6	11,2
Nordeste	56 733	23,1	25,9	7,9	8,8	12,9
Sudeste	86 305	6,3	13,5	2,6	1,6	3,3
Sul	29 393	4,7	10,9	1,8	1,3	2,4
Centro-Oeste	15 534	6,0	15,2	2,2	1,8	2,9

Grandes Regiões	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> selecionadas(%)				Valor de 50% da mediana no rendimento domiciliar <i>per capita</i> no nível geográfico (2)
	Até US\$ 3,1 PPC 2011 (1)	Até US\$ 5,5 PPC 2011 (1)	até 50% mediana nacional (2)	até 50% mediana regional (2)	
Brasil	11,9	25,4	30,1	..	443,51
Norte	22,7	43,1	49,1	32,4	296,39
Nordeste	22,9	43,5	49,4	31,1	285,15
Sudeste	6,1	15,9	19,9	25,4	511,26
Sul	4,8	12,3	16,0	22,5	553,78
Centro-Oeste	5,7	17,0	21,4	24,1	469,29

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC 2011) para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00, inflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA para anos recentes. (2) Mediana calculada no nível do domicílio, à exclusão dos domicílios com pessoas sem rendimento ou sem declaração de rendimentos.

Outra medida relevante é o recorte da linha de pobreza extrema internacional, construída a partir dos 15 países mais pobres, estabelecida como indicador global e calculada pelo Banco Mundial. Seu valor é atualmente de 1,90 dólares por dia de renda ou consumo⁴⁰ *per capita* em paridade de poder de compra - PPC⁴¹, revisada em 2011.

Mesmo se calculada a partir dos países mais pobres, essa linha tem muita relevância no nível mundial, pois o relatório global de acompanhamento da Agenda 2030 estimou que ainda havia 767 milhões de pessoas na pobreza extrema em 2013 (UNITED NATIONS, 2017). Um cálculo aproximado⁴² com a PNAD Contínua, em 2016, indica que 6,5% dos moradores de domicílios permanentes estavam na pobreza extrema segundo esse critério.

Alguns países, sobretudo os de nível de vida mais elevado, utilizam medidas ditas relativas⁴³, como a proporção de pessoas abaixo de 50% da mediana dos rendimentos. Esse tipo de medida costuma variar pouco no tempo, sendo interpretada por especialistas mais como uma medida de desigualdade do que de pobreza (FERES, VILLATORO, 2013). O quantitativo de pessoas com renda ou consumo abaixo de 50% da mediana nacional está, inclusive, proposto como indicador global para a meta 10.2 dos ODS: “até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra” (NAÇÕES UNIDAS, 2015)⁴⁴. Na Tabela 1 é explorada a diferença entre essa linha calculada com a mediana nacional e outra calculada no nível geográfico retido. Usar o nível geográfico mais desagregado leva em conta diferenças no padrão de vida, dessa forma, a população abaixo de 50,0% da mediana do rendimento domiciliar *per capita* representava 49,4% do total no Nordeste em 2016 com uma linha calculada para o total do país e 31,1% segundo uma linha regional.

⁴⁰ As Nações Unidas e o Banco Mundial iniciaram o acompanhamento da pobreza global com a medida de 1 dólar por dia em 1990. Essa medida foi consagrada pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e se mantém na Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável. Tal medida foi revisada para US\$1,08 em 1993, US\$1,25 em 2005 e chega a US\$1,90 em 2015. No Brasil, assim como nas Américas, é usual calcular pobreza com rendimentos, diferente de outras áreas do planeta onde costumam ser usadas medidas de despesa ou consumo (DEATON; ZAIDI, 2002).

⁴¹ O fator de conversão de PPC é o número de unidades da moeda de um país necessárias para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno como dólares comprariam nos Estados Unidos. Para a maioria das economias, os valores PPC são extrapolados a partir do Programa de Comparação Internacional (ICP na sigla em inglês), estimativas de referência ou imputados utilizando um modelo estatístico. Há revisões periódicas desses valores, a última disponível data de 2011.

⁴² Os cálculos de indicadores feitos nacionalmente não costumam coincidir com as estimativas internacionais. Estas, na maior parte das vezes, embutem esforços de harmonização para permitir a comparação global. Ademais, para cálculos de indicadores monetários, há uma série de decisões possíveis para ajustar dados de pesquisas domiciliares, por exemplo, com informações de contas nacionais, imputando aluguéis para proprietários de imóveis, ajustando o nível de vida em domicílios rurais, usando escalas de equivalência em vez de rendimento *per capita*, etc. (ATHIAS; OLIVEIRA, 2016; A GUIDE..., 2010). Optou-se aqui por evitar esses “ajustes” nos cálculos.

⁴³ Além das medidas absolutas (como a linha de pobreza extrema internacional) e relativas, há medidas subjetivas. Estas últimas, menos populares e não detalhadas aqui, teriam o valor de serem construídas a partir da percepção das pessoas sobre suas condições de vida, em vez de serem decididas por especialistas (GASPARINI et al., 2010; SOARES, 2009).

⁴⁴ O indicador proposto no nível global é a “proporção de pessoas vivendo abaixo de 50% do rendimento mediano”, desagregado por sexo, idade e deficiências.

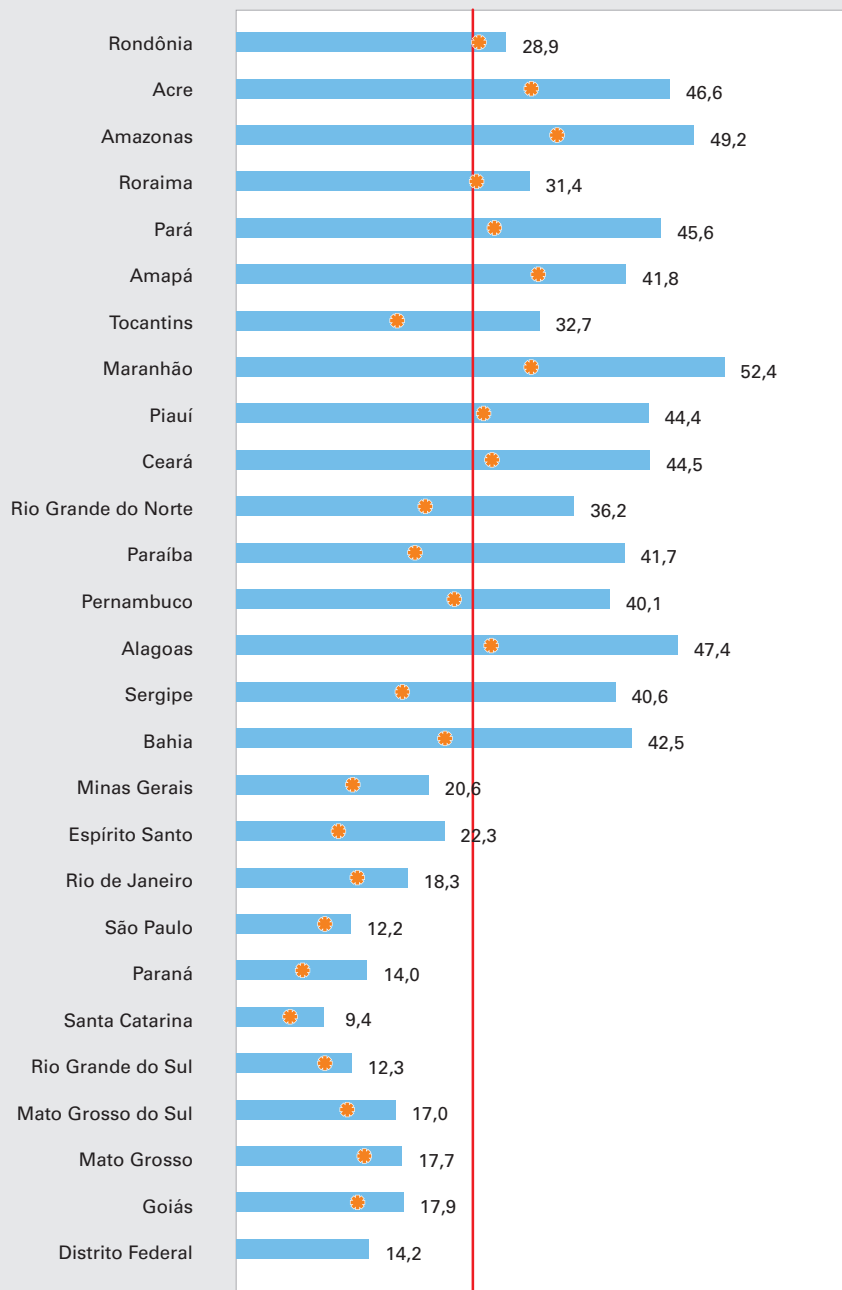
No nível internacional há, além da linha de pobreza extrema global, outras linhas que se constroem a partir de linhas nacionais e dão conta das diferenças de nível de desenvolvimento dos países. Atualmente, para países de nível médio-alto de desenvolvimento, como os da América Latina, o Banco Mundial usa a linha de 5,5 dólares por dia PPC (revisão 2011)⁴⁵. Tal abordagem está alinhada com o pressuposto que, para se conseguir os mesmos funcionamentos em diferentes países, são necessários conjuntos diferentes de bens e serviços, tais como já sugeria Amartya Sen (FERREIRA; SANCHES, 2017). Calculada a partir da PNAD Contínua, a linha de 5,5 dólares por dia correspondia a R\$ 387,07 em 2016⁴⁶ e incluía 25,4% da população brasileira na pobreza, tendo a maior incidência no Nordeste (43,5%) e a menor no Sul (12,3%).

Como visto acima, as proporções variam com cada recorte. A linha de 5,5 dólares é defendida aqui como um recorte válido para detalhar o nível de vida da população brasileira, revelando desigualdades. Avaliar as diferenças regionais é importante para apontar os lugares onde maiores e menores contingentes de pessoas estão passando por dificuldades econômicas em razão de não ter acesso a recursos monetários (que permitem aceder a bens e serviços oferecidos para a compra). Ao se avaliar essas desigualdades, as Unidades da Federação e capitais das regiões Norte e Nordeste despontam, com os maiores valores no Maranhão (52,4%), Amazonas (49,2%) e Alagoas (47,4%). Em todos os casos, a pobreza tem maior incidência nos domicílios do interior dos Estados do que nas capitais (Gráfico 4), o que está alinhado com a realidade global, onde a pobreza está 80% concentrada em áreas rurais (UNITED NATIONS, 2017).

⁴⁵ Essa linha consiste em uma atualização da linha de US\$ 4,00 (em paridade de compra, revisão 2005), utilizada em uma série de estudos do Banco Mundial e outros na América Latina, inclusive recentemente (SANTOS et al., 2010; INCHAUSTE, 2014; CHILDHOOD..., 2016).

⁴⁶ O valor para o total Brasil é uma média ponderada e serve para referência unicamente. A linha foi balizada no nível nacional a partir da conversão em reais do dólar PPC em 2011 e atualizada pelo IPCA aplicado a 16 recortes geográficos da PNAD Contínua, o que faz com que a linha varie no País. Os valores regionalizados estão detalhados na Tabela 2.16.

Gráfico 4 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar *per capita* inferior a 5,5 dólares por dia em paridade de poder de compra, segundo as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais - 2016



■ Unidades da Federação * Municípios das Capitais — Brasil

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Excluídas pessoas sem declaração de rendimento domiciliar *per capita* e pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

3. Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC 2011) para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00, inflacionado pelo IPCA para o ano recente.

Em complemento, no mundo, 50% dos pobres têm até 18 anos. A Tabela 2 permite detalhar a população abaixo da linha de 5,5 dólares por dia por grupos populacionais e mostra que a pobreza monetária atingia mais fortemente crianças e jovens (17,8 milhões de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, ou 42 em cada 100 crianças em 2016). Também há alta incidência em homens e mulheres pretas ou pardas, respectivamente 33,3% e 34,3%, contra cerca de 15,0% para homens e mulheres brancas.

Outro recorte relevante é dos arranjos domiciliares, no qual a pobreza medida pela linha de 5,5 dólares por dia mostra alta incidência no arranjo de mulheres sem cônjuge com filho(s) até 14 anos (55,6%) e ainda maior nesse tipo de arranjo formado por mulheres pretas ou pardas (64,0%), o que indica o acúmulo de desvantagens para este grupo que merece atenção das políticas públicas⁴⁷.

Tabela 2 - Total e proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar *per capita* inferior a 5,5 dólares PPC, segundo as características selecionadas de domicílios e pessoas - Brasil - 2016

Características selecionadas de domicílios e pessoas	Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a 5,5 dólares PPC	
	Total (1 000 pessoas)	Até US\$ 5,5 PPC 2011 (1) (%)
Total	205 511	25,4
Cor ou raça e sexo		
Homem branco	43 130	15,3
Homem preto ou pardo	55 591	33,3
Mulher branca	47 788	15,2
Mulher preta ou parda	57 154	34,3
Faixa etária		
0 a 14 anos de idade	42 059	42,4
15 a 29 anos de idade	48 590	28,8
30 a 59 anos de idade	85 297	21,3
60 anos ou mais de idade	29 566	7,5
Tipo de arranjo domiciliar		
Unipessoal	10 744	9,4
Casal sem filho	32 717	11,6
Casal com filho(s)	115 888	29,5
Mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	11 272	55,6
Mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s)	7 389	64,0
Outros	34 891	19,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Exclusive pessoas sem declaração de rendimento domiciliar *per capita* e pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC 2011) para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00, inflacionado pelo IPCA para ano recente.

⁴⁷ A Tabela 2.14 detalha a composição do total de pobres, descrevendo que quase $\frac{3}{4}$ ou 72,9% eram pessoas de cor ou raça preta ou parda, o que explicita a concentração de desvantagens.

Condições de moradia

Além do acesso a rendimentos, a moradia é uma dimensão central para estudar as condições de vida da população. A PNAD Contínua passou a produzir, em 2016, dados a respeito das características dos domicílios – materiais utilizados na construção, número de cômodos, valor do aluguel, entre outros. Ainda não é possível acompanhar, a partir dessa pesquisa, a evolução ao longo do tempo dos indicadores relacionados a moradia, já que os dados se referem a um único ano. Por outro lado, é possível explorar as variações das condições de moradia entre regiões e entre grupos populacionais.

Antes de passar à análise desses dados, duas observações são pertinentes. A primeira delas é que a PNAD Contínua coleta informações apenas em domicílios particulares permanentes, não incluindo domicílios coletivos (como penitenciárias, asilos, hospitais, alojamentos, etc.), nem domicílios particulares improvisados (como tendas, barracas, ou estabelecimentos comerciais utilizados como moradia sem ter instalações para tanto). Ainda assim, como os domicílios particulares permanentes abrigam a ampla maioria da população brasileira (99,5%, de acordo com o Censo Demográfico de 2010), a pesquisa permite uma boa visão das condições de moradia da população.

A segunda é que nesta publicação optou-se por construir os indicadores referentes às condições de moradia utilizando como unidade de análise os moradores e não os domicílios. Assim, ao descrever a frequência de ocorrência de alguma condição de moradia, é utilizada a proporção da população residindo em domicílios com aquela característica e não a proporção dos domicílios com tal característica, como às vezes ocorre em outras publicações. As duas formas de análise são válidas, mas utilizar os indivíduos como unidade de análise permite um retrato mais apurado das condições de vida da população, além de permitir uma comparação mais direta com os indicadores dos outros temas da publicação. Da mesma forma, tal esforço está alinhado à estratégia usada para análise de vida no nível internacional (HUMAN..., 2016; SOCIETY..., 2014).

O primeiro conjunto de indicadores analisados se refere a quatro tipos de inadequações nas condições de moradia.

A primeira inadequação é a ausência de banheiro ou sanitário de uso exclusivo dos moradores, o que pode significar que os moradores não têm acesso a nenhum tipo de instalação sanitária, ou ainda que dispõem apenas de instalações compartilhadas com moradores de outros domicílios – como acontece comumente em conjuntos de domicílios particulares do tipo cortiço, por exemplo.

A segunda inadequação analisada ocorre quando as paredes externas do domicílio foram construídas predominantemente com material não durável – considera-se aqui, como material durável, a alvenaria com ou sem revestimento, a taipa revestida e madeira apropriada para construção e, como não durável, a taipa não revestida e a madeira aproveitada, além de materiais classificados na categoria “outros”.

A terceira inadequação refere-se ao adensamento excessivo, ou seja, a presença de um número de moradores superior ao que seria adequado ao domicílio. Para

essa classificação, utilizou-se como critério considerar excessivamente adensado o domicílio com mais de três moradores por dormitório⁴⁸.

A quarta inadequação analisada é o ônus excessivo com aluguel – situação onde o valor do aluguel do domicílio iguala ou supera 30% do rendimento domiciliar, sinalizando que os custos da moradia podem estar comprometendo outras necessidades dos moradores.

Os impactos dessas diferentes inadequações são bastante diversos nas condições de vida da população, mas todas elas representam uma violação a algum aspecto do direito à moradia⁴⁹, tal como definido por organismos internacionais.

Todas elas também compõem, em conjunto com outros elementos, os critérios atualmente sugeridos para a construção de um indicador de inadequação de domicílios para monitoramento global da Meta 11.1 dos ODS: “Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas” (NAÇÕES UNIDAS..., 2015)⁵⁰.

Outro conjunto de indicadores diz respeito à cobertura de três serviços de saneamento básico: abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial e coleta direta ou indireta de lixo. Os serviços de saneamento básico são importantes fatores para prevenção de doenças, mas deve-se levar em consideração também que em áreas pouco adensadas é adequada a utilização de soluções individuais de saneamento como poços artesianos e fossas sépticas – nesses casos, a ausência de rede de água ou esgoto não necessariamente indica uma situação de precariedade.

O Gráfico 5 mostra o acesso a serviços de saneamento básico e deficiências nas condições de moradia para o total da população residente em domicílios particulares permanentes e para a população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a 5,5 dólares por dia, o que mostra uma conexão entre pobreza monetária e menor acesso a serviços de saneamento e boas condições de moradia.

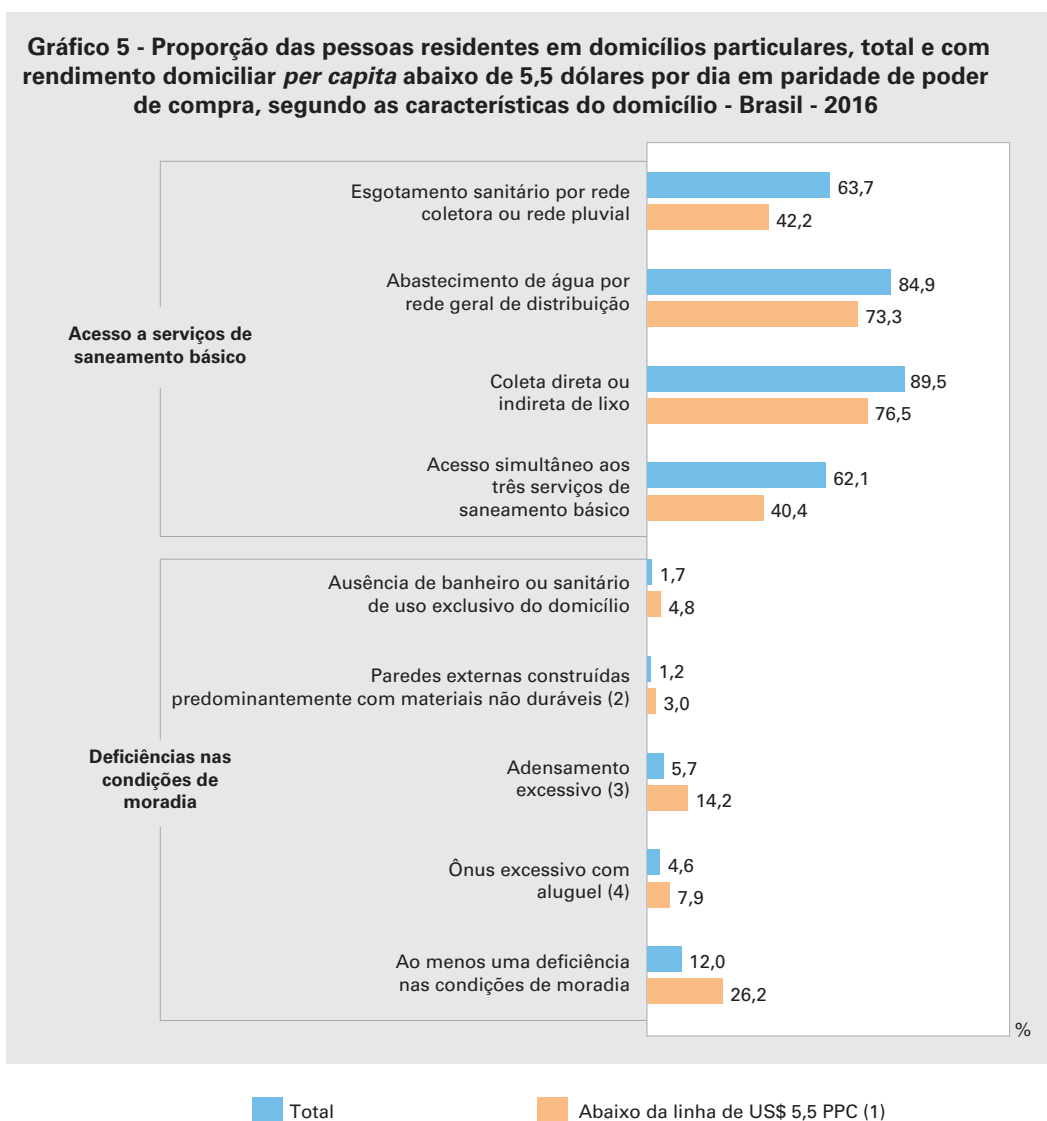
Os três serviços de saneamento têm cobertura significativamente menor entre a população com rendimento abaixo de 5,5 dólares por dia. Do total da população, 63,7% tinha acesso a esgotamento por rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede, enquanto esse percentual chegava a menos da metade (42,2%) da população abaixo da linha de 5,5 dólares por dia. O acesso simultâneo é ainda menor, pois concernia apenas 40,4% das pessoas abaixo da linha.

De forma similar, as quatro inadequações na moradia ocorrem em frequência maior entre a rendimento domiciliar abaixo de 5,5 dólares por dia. Ter ao menos uma dessas deficiências no domicílio concernia 12,0% da população total em 2016, ante 26,2% das pessoas com baixos rendimentos.

⁴⁸ Há diversos critérios possíveis para classificação de um domicílio na situação de adensamento excessivo. Nessa publicação optou-se por reproduzir o critério utilizado na Síntese de Indicadores Sociais 2015 e Síntese de Indicadores Sociais 2016 (SÍNTESE..., 2015; SÍNTESE..., 2016), bem como pela Fundação João Pinheiro na construção do indicador de Déficit Habitacional.

⁴⁹ Ressalte-se que há ainda outros tipos de violações a aspectos do direito à moradia que não se refletem nas inadequações abordadas aqui.

⁵⁰ Para mais detalhes, acessar o portal da Agenda 2030 na Internet, no endereço: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Exclui-se as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC 2011) para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00, inflacionado pelo IPCA para o ano recente. (2) Considera-se como de material durável as paredes de alvenaria (com ou sem revestimento), de taipa revestida e de madeira apropriada para construção. Considera-se como de material não durável as paredes de taipa não revestidas, de madeira aproveitada e de outros materiais. (3) Considera-se que há adensamento excessivo no domicílio em que há mais de 3 moradores por dormitório. (4) Considera-se que há ônus excessivo com aluguel nos domicílios alugados onde o valor declarado do aluguel iguala ou supera 30% da renda domiciliar declarada, exclusive domicílios sem rendimento, sem declaração de rendimentos ou sem declaração do valor do aluguel.

Além disso, as inadequações de moradia estão distribuídas de forma desigual no território. Os dados dos Cartogramas 2 a 5, do Gráfico 6 e da Tabela 3 retratam a proporção da população residindo em domicílios com presença de quatro tipos de inadequações.

A Tabela 2.18 contém também uma coluna referente à proporção da população residente em domicílios que registraram ao menos um dos quatro tipos de inadequação citados. A Tabela 2.19 traz, ademais, resultados por regiões metropolitanas (RMs),

Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) e municípios das capitais, outros recortes importantes para direcionar políticas de habitação.

As duas primeiras inadequações, relacionadas mais diretamente à precariedade da estrutura física do domicílio, são geograficamente determinadas, ocorrendo em maior proporção em áreas menos urbanizadas e com menor rendimento médio. Ambas são relativamente raras nacionalmente – a proporção da população brasileira residindo em domicílios sem banheiro ou sanitário de uso exclusivo em 2016 era de 1,7% (o que representava 3,4 milhões de pessoas) e a proporção residindo em domicílios com paredes externas construídas com material não durável era de 1,2% (equivalente a 2,5 milhões de pessoas) – mas mostram um peso importante em algumas UFs, como nota-se nos cartogramas 2 e 3. Piauí e Acre tinham, em 2016, respectivamente 12,3% e 10,2% de suas populações vivendo em domicílios sem banheiro ou sanitário de uso exclusivo.

Além disso, observa-se na Tabela 2.18 que a ocorrência dessas duas inadequações é menos comum nas RMs e nos municípios das capitais, do que nos resultados obtidos para as respectivas UFs. Assim, por exemplo, o Maranhão apresentava 10,3% de sua população residindo em domicílios com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis, mas quando olhamos exclusivamente para a Região Metropolitana da Grande São Luís, essa proporção foi de apenas 0,7%.

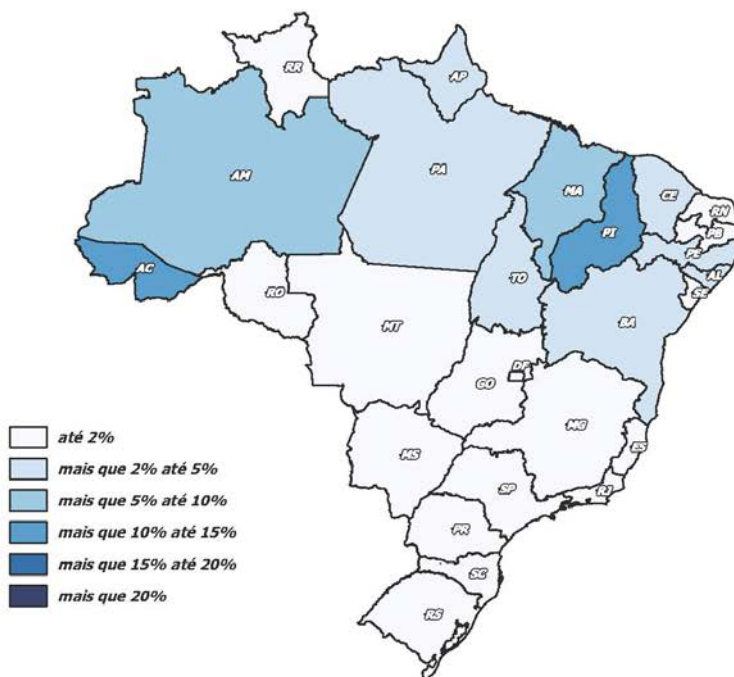
A terceira inadequação, o adensamento excessivo, é a mais comum entre as quatro analisadas, atingindo 11,7 milhões de brasileiros (ou 5,7% da população residente em domicílios particulares permanentes). Essa inadequação pode estar relacionada a escassez ou alto custo do espaço em áreas com alta densidade ou também a falta de recursos para construção de um domicílio com área e divisões internas adequadas, mesmo quando há espaço disponível. Reflete também a taxa de natalidade – uma família com muitos filhos pode ter dificuldade em prover o número adequado de dormitórios.

Como pode-se ver no Cartograma 4, essa inadequação ocorria em maior frequência em estados do Norte (atingindo 22,6% da população do Amazonas), mas era relevante também nos estados de São Paulo (5,7%) e Rio de Janeiro (6,5%). Em termos absolutos, o estado de São Paulo liderava a ocorrência dessa inadequação, com 2,6 milhões de pessoas atingidas.

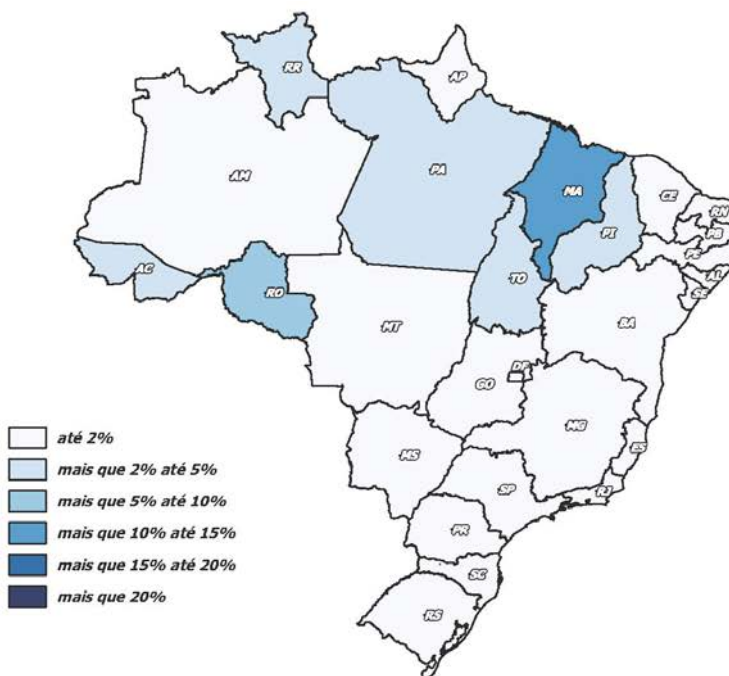
A Tabela 2.18 mostra também que, ao contrário das duas inadequações anteriores, não há uma tendência no sentido da ocorrência do adensamento excessivo ser menor em RMs e Capitais. Os resultados obtidos por RMs e capitais são em geral próximos ao registrado no conjunto do respectivo estado.

Já o ônus excessivo com aluguel tem uma distribuição geográfica diferente das inadequações anteriores. No Cartograma 5 observa-se que as duas UFs com maior ocorrência dessa situação eram o Distrito Federal, onde o ônus excessivo atingia 8,5% da população e São Paulo, onde o percentual era de 6,7%. São justamente as duas UFs de maior renda domiciliar (e custo de vida). Além disso, o percentual é em geral maior nas capitais e nas regiões metropolitanas do que no restante das respectivas UFs. O Gráfico 6 compara a ocorrência de ônus excessivo com aluguel em cada UF e nos respectivos municípios das capitais. No conjunto da população residente em domicílios particulares permanentes, essa inadequação atingia 4,6%, ou 9,5 milhões de pessoas.

Cartograma 2 - Proporção da população residente em domicílios sem banheiro ou sanitário de uso exclusivo dos moradores, segundo as Unidades da Federação - 2016



Cartograma 3 - Proporção da população residente em domicílios com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis, segundo as Unidades da Federação - 2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

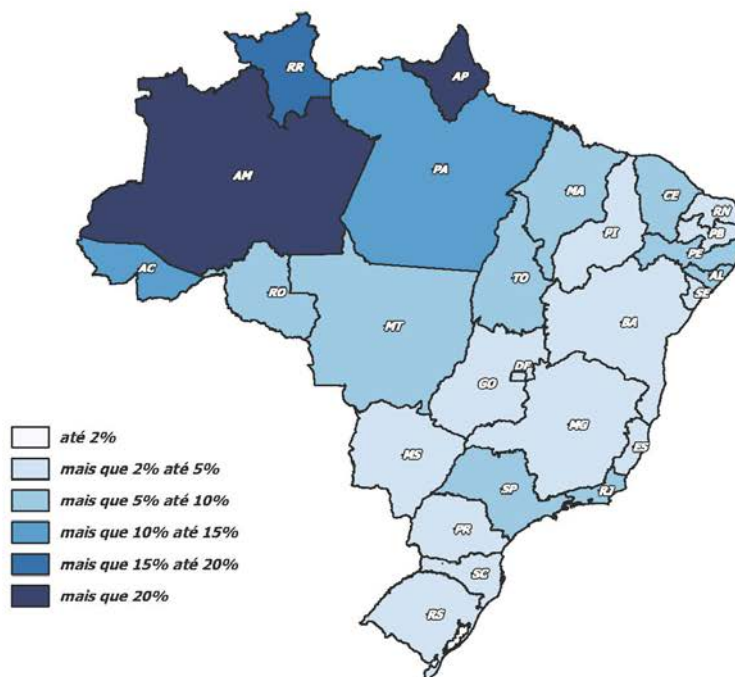
Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Considera-se como de material durável as paredes de alvenaria (com ou sem revestimento), de taipa revestida e de madeira apropriada para construção.

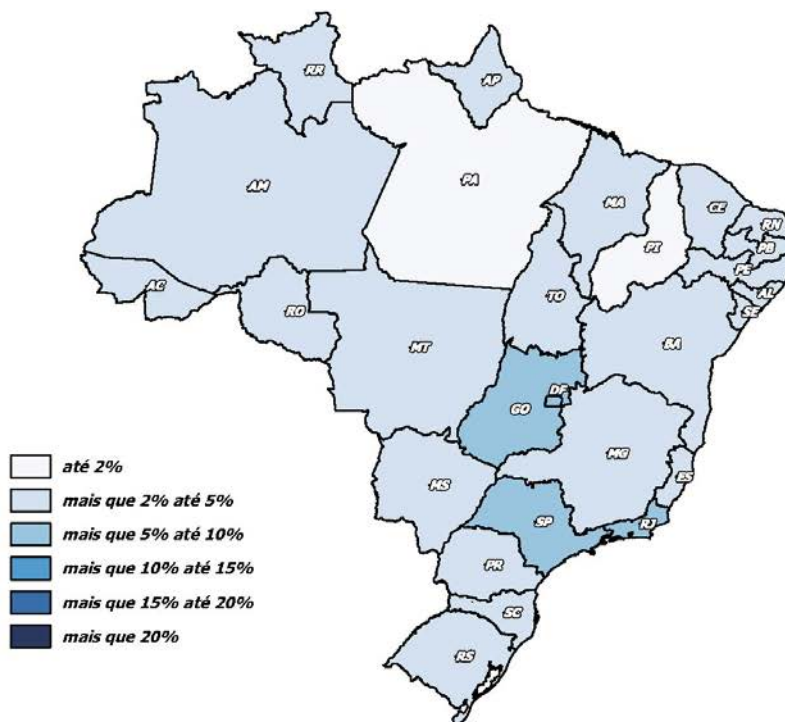
3. Considera-se que há adensamento excessivo no domicílio em que há mais de 3 moradores por dormitório.

4. Considera-se que há ônus excessivo com aluguel nos domicílios alugados onde o valor declarado do aluguel iguala ou supera 30% da renda domiciliar declarada.

Cartograma 4 - Proporção da população residente em domicílios excessivamente adensados, segundo as Unidades da Federação - 2016



Cartograma 5 - Proporção da população residente em domicílios com ônus excessivo com aluguel, segundo as Unidades da Federação - 2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

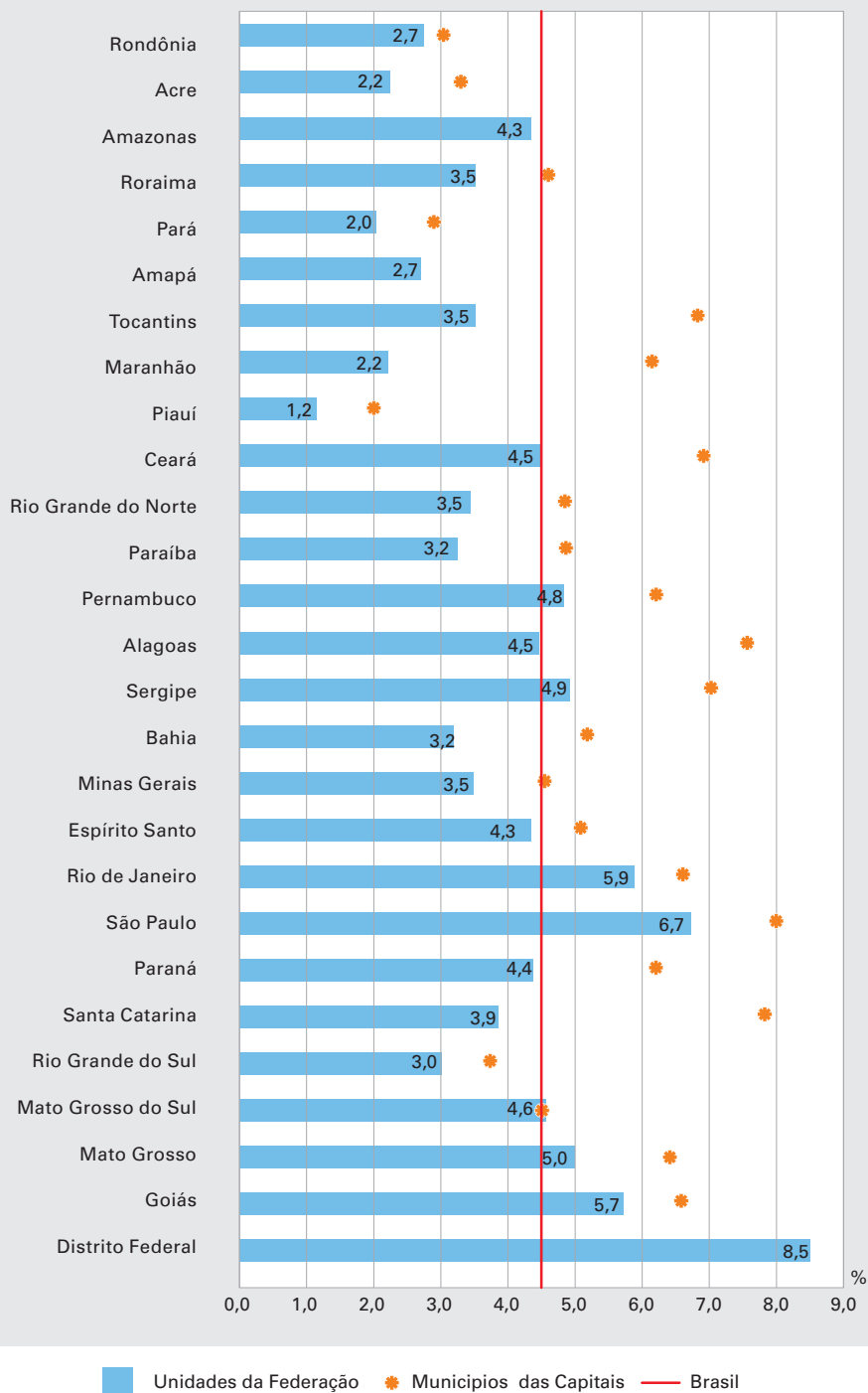
Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Considera-se como de material durável as paredes de alvenaria (com ou sem revestimento), de taipa revestida e de madeira apropriada para construção.

3. Considera-se que há adensamento excessivo no domicílio em que há mais de 3 moradores por dormitório.

4. Considera-se que há ônus excessivo com aluguel nos domicílios alugados onde o valor declarado do aluguel iguala ou supera 30% da renda domiciliar declarada.

Gráfico 6 - Proporção da população residente em domicílios em situação de ônus excessivo de aluguel, segundo as Unidades da Federação e Municípios das Capitais - 2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Considera-se que há ônus excessivo com aluguel nos domicílios alugados onde o valor declarado do aluguel iguala ou supera 30% da renda domiciliar declarada, exclusive domicílios sem rendimento, sem declaração de rendimentos ou sem declaração do valor do aluguel.

Apesar das diferenças na distribuição geográfica, as quatro restrições analisadas apresentam semelhanças em relação aos grupos sociais afetados. As quatro afetam em maior proporção os pretos ou pardos, relativamente aos brancos, e em maior proporção os jovens, relativamente aos mais velhos – ainda que a diferença, tanto entre as faixas etárias, como por cor ou raça seja menos marcada na ocorrência de ônus excessivo com aluguel do que na ocorrência das outras três inadequações (Tabela 3).

Já o sexo dos moradores não parece preponderante com relação à ocorrência dessas inadequações. Por outro lado, desagregando a população por tipo de arranjo domiciliar, nota-se que a ocorrência de ônus excessivo com aluguel, adensamento excessivo e as paredes externas construídas com material não durável eram consideravelmente mais frequentes entre os moradores de domicílios do arranjo “Mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos”. Esses resultados indicam que as dificuldades econômicas enfrentadas pelas mulheres sem cônjuge com filhos pequenos – a incidência de pobreza nesse tipo de arranjo domiciliar é bem superior ao registrado no total da população (Tabela 2) – reflete-se em condições precárias de moradia.

A Tabela 3 mostra também os resultados obtidos especificamente nos domicílios formados por “Mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos”, para os quais a frequência de adensamento excessivo e as paredes externas construídas com material não durável é ainda maior. O adensamento excessivo ocorria para 14,2% dos moradores de domicílios formados por “Mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos”, enquanto ocorria para apenas 1,0% dos moradores de domicílios formados por “Casal sem filho”.

Os moradores de domicílios de arranjo unipessoal apresentam maior ocorrência de ausência de banheiro ou sanitário de uso exclusivo (2,4%, enquanto a ocorrência na população total foi de 1,7%) e ônus excessivo com aluguel (9,4%). Esse último resultado está relacionado a proporção de arranjos unipessoais que vivem em domicílios alugados (21,7% em 2016, superior a proporção de 16,5% na população total), entre outros fatores.

Em relação ao ônus excessivo com aluguel, já foi mencionado que ele é mais frequente nas UFs com maior rendimento médio. Por outro lado, o Gráfico 5 mostrou que este indicador era mais frequente entre a população de menor renda. Entre a população com renda domiciliar *per capita* inferior a 5,5 dólares por dia, o ônus excessivo com aluguel afetava, em 2016, 7,9% (3,3 pontos percentuais acima do registrado para o conjunto da população). Pode-se dizer, ademais, que essa condição afeta tipicamente a população com menor rendimento, residente nas UFs e RMs de maior rendimento.

Os serviços de saneamento também sofrem variações significativas entre diferentes áreas geográficas e diferentes grupos populacionais. A Tabela 2.20 mostra a proporção da população em cada Grande Região, UF, RM, RIDE e capitais com acesso a cada um dos três serviços de saneamento básico, bem como a proporção da população que tinha acesso ao conjunto dos três serviços em 2016.

Dos três serviços, a coleta direta ou indireta do lixo tinha uma cobertura mais ampla, atingindo 89,5% da população brasileira residente em domicílios particulares permanentes, em 2016. Em seguida, vem o abastecimento de água por rede, que chegava a 84,9%. O esgotamento por rede coletora ou pluvial mostrou cobertura

sensivelmente inferior aos outros dois, atendendo apenas 63,7% da população⁵¹. A cobertura conjunta dos três serviços atingia 62,1% da população em 2016 – ou seja, para 37,9% da população (77,9 milhões de pessoas) faltava acesso a ao menos um dos serviços.

Tabela 3 - Proporção de pessoas residentes em domicílios com ocorrência de inadequações nas condições de moradia, segundo as características selecionadas de domicílios e pessoas - Brasil - 2016

Características selecionadas de domicílios e pessoas	Pessoas residentes em domicílios com ocorrência de inadequações nas condições de moradia (%)				
	Inadequações				
	Ausência de banheiro ou sanitário de uso exclusivo do domicílio	Paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis (1)	Adensamento excessivo (2)	Ônus excessivo com aluguel (3)	Presença de ao menos uma inadequação
Total	1,7	1,2	5,7	4,6	12,0
Cor ou raça e sexo					
Homem branco	0,7	0,7	3,4	4,1	8,4
Homem preto ou pardo	2,7	1,8	7,7	4,2	14,8
Mulher branca	0,5	0,6	3,3	4,9	8,7
Mulher preta ou parda	2,3	1,5	7,5	5,1	14,9
Faixa etária					
0 a 14 anos de idade	2,5	1,8	11,6	6,0	19,4
15 a 29 anos de idade	1,9	1,3	6,5	5,4	13,9
30 a 59 anos de idade	1,3	1,0	3,8	4,2	9,6
60 anos ou mais de idade	1,1	0,9	1,3	2,5	5,5
Tipo de Arranjo Domiciliar					
Unipessoal	2,4	1,3	-	9,4	12,5
Casal sem filho	1,2	1,1	1,0	4,0	6,8
Casal com filho(s)	1,9	1,2	7,6	3,6	12,8
Mulher sem conjuge e com filho(s) até 14 anos	2,1	2,1	11,6	13,6	26,4
Mulher preta ou parda sem conjuge e com filho(s) até 14 anos	2,8	2,8	14,2	12,8	28,6
Outros	1,1	0,9	3,7	4,3	9,5

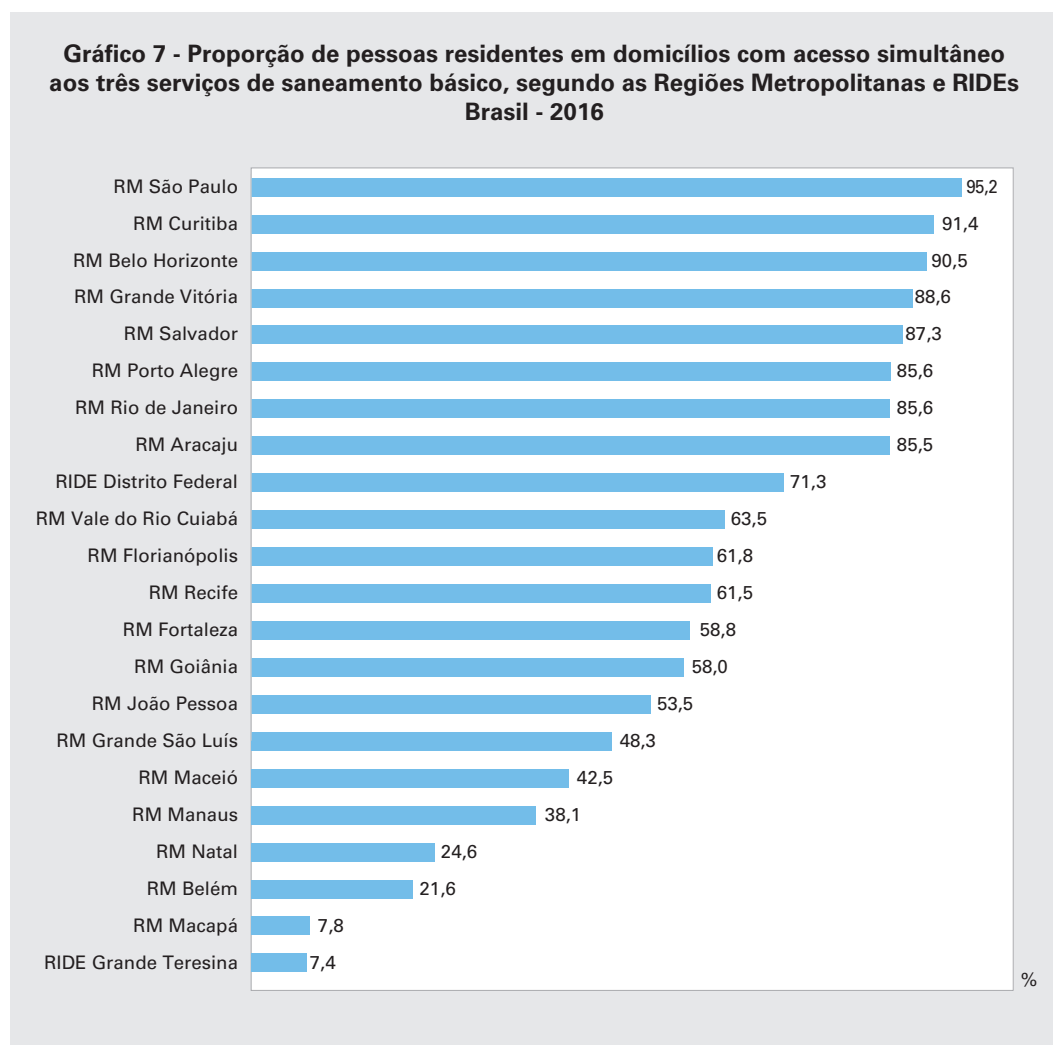
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

(1) Considera-se como de material durável as paredes de alvenaria (com ou sem revestimento), de taipa revestida e de madeira apropriada para construção. Considera-se como de material não durável as paredes de taipa não revestidas, de madeira aproveitada e de outros materiais. (2) Considera-se que há adensamento excessivo no domicílio em que há mais de 3 moradores por dormitório. (3) Considera-se que há ônus excessivo com aluguel nos domicílios alugados onde o valor declarado do aluguel iguala ou supera 30% da renda domiciliar declarada, exclusive domicílios sem rendimento, sem declaração de rendimentos ou sem declaração do valor do aluguel.

⁵¹ É importante destacar que o dado captado pela PNAD Contínua referente ao esgotamento por rede de esgoto ou pluvial concerne apenas ao afastamento do esgoto do domicílio – seja através de uma rede própria de esgoto, seja através da rede pluvial (de drenagem de águas da chuva) – não significando, portanto, que o esgoto será adequadamente tratado.

No Gráfico 7 destacamos a proporção de domicílios com acesso simultâneo aos três serviços de saneamento nas 20 RMs e 2 RIDEs sobre as quais a PNAD Contínua oferece dados. Em geral, a proporção de domicílios com acesso simultâneo aos três serviços é próxima, em cada RM ou RIDE, à proporção de domicílios com acesso a esgotamento por rede, uma vez que o esgotamento é o principal “gargalo” entre os serviços de saneamento.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Acesso simultâneo a coleta direta ou indireta de lixo, abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial.

Nota-se a grande variação geográfica desses indicadores. Nas RMs de São Paulo, Curitiba e Belo Horizonte, o percentual de pessoas com acesso simultâneo aos três serviços de saneamento supera a marca de 90%. Já a RM de Macapá registrava apenas 7,8% nesse indicador, e a RIDE de Teresina, 7,4%. Já os serviços de coleta de lixo e rede de abastecimento de água, examinados individualmente, têm uma distribuição mais homogênea, embora persistam diferenças. Em relação à coleta de lixo, o menor percentual entre RMs e RIDEs foi registrada na Grande Teresina, com 89,2%. Por sua vez, a proporção de cobertura do serviço de abastecimento de água por rede geral atingiu seus pontos extremos de na RM de Aracaju (com 99,7%) e RM de Macapá (59,9%) (Tabela 2.20).

A Tabela 4 mostra a proporção de acesso a cada serviço de saneamento, quando se desagrega a população por sexo, cor ou raça, faixa etária e tipo de arranjo domiciliar. A população preta ou parda tem uma proporção de acesso aos serviços de saneamento consideravelmente menor à verificada na população branca. Os dados da PNAD Contínua apontam que, em 2016, 53,1% dos homens pretos e pardos residentes em domicílios particulares permanentes urbanos tinham acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico, proporção que era de 55,0% entre as mulheres pretas ou pardas, 70,8% entre os homens brancos e 72,8% entre mulheres brancas. Na divisão por faixa etária, a proporção de acesso simultâneo aos três serviços de saneamento varia entre 56,3% para a população entre 0 e 14 anos e 66,6% entre a população com 60 anos ou mais.

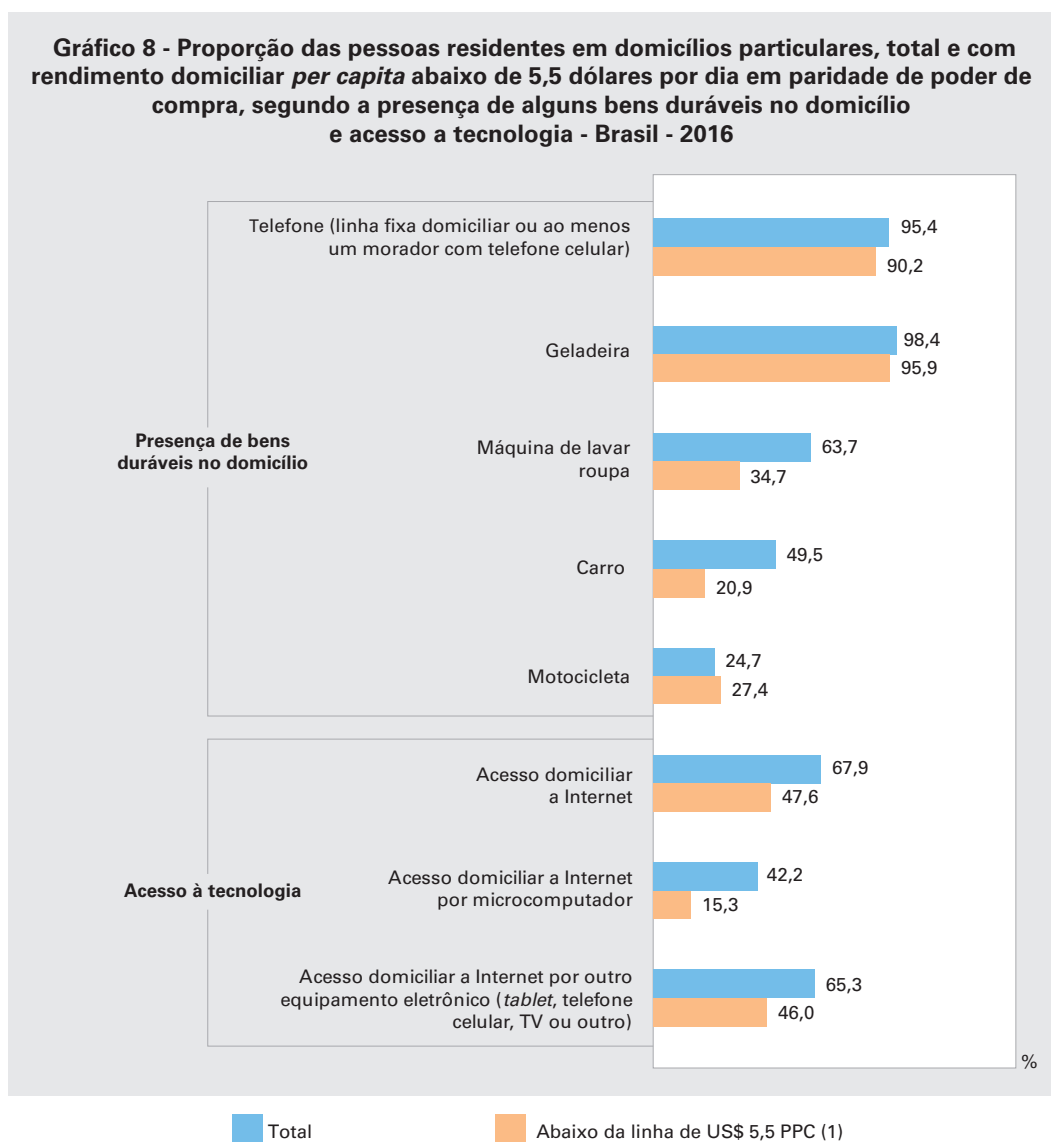
**Tabela 4 - Proporção de pessoas residentes em domicílios com acesso aos serviços de saneamento básico, segundo as características selecionadas de domicílios e pessoas
Brasil - 2016**

Características selecionadas de domicílios e pessoas	Pessoas residentes em domicílios com acesso aos serviços de saneamento (%)			
	Serviços de saneamento básico			
	Coleta direta ou indireta de lixo	Abastecimento de água por rede geral	Esgotamento Sanitário por rede coletora ou pluvial	Acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico
Total	89,5	84,9	63,7	62,1
Cor ou raça e sexo				
Homem branco	93,1	88,0	72,0	70,8
Homem preto ou pardo	85,1	80,8	54,9	53,1
Mulher branca	94,2	89,4	74,1	72,8
Mulher preta ou parda	87,0	82,5	56,8	55,0
Faixa etária				
0 a 14 anos de idade	86,9	82,4	57,9	56,3
15 a 29 anos de idade	89,5	84,8	62,2	60,7
30 a 59 anos de idade	90,6	85,8	65,8	64,2
60 anos ou mais de idade	89,9	85,8	68,0	66,6
Tipo de Arranjo Domiciliar				
Unipessoal	91,5	87,4	70,4	68,8
Casal sem filho	88,9	83,8	63,7	62,1
Casal com filho(s)	88,1	83,2	61,1	59,6
Mulher sem conjuge e com filho(s) até 14 anos	92,3	88,4	64,3	62,4
Mulher preta ou parda sem conjuge e com filho(s) até 14 anos	90,2	86,3	58,4	56,2
Outros	93,0	89,3	69,8	68,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Outros indicadores domiciliares dizem respeito à presença de bens e ao acesso domiciliar a tecnologia e também permitem detalhar os níveis de vida da população. O Gráfico 8 retrata os resultados para o total da população residente em domicílios particulares permanentes e para a população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a 5,5 dólares.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC 2011) para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00, inflacionado pelo IPCA para o ano recente.

Alguns bens têm papel essencial para o bem-estar, como a existência de geladeira e máquina de lavar roupa (que tem papel, ademais, para a emancipação feminina). A máquina de lavar estava presente em 63,7% dos domicílios particulares em 2016, e apenas em 34,7% dos domicílios com renda abaixo de 5,5 dólares por dia.

A expansão do acesso à internet compõe os ODS, na meta 9.c “Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020” (NAÇÕES UNIDAS..., 2015). A PNAD Contínua investigou a existência de acesso domiciliar, detalhando o tipo de acesso, por microcomputador ou outros equipamentos. Nos últimos anos, tem-se visto que o acesso tem crescido a partir de dispositivos móveis (ACESSO..., 2016), o que é positivo, mas estaria criando outra desigualdade, uma vez que não se tem o mesmo tipo de acesso (produção de conteúdo, alguns tipos de interação, etc.) possíveis com o microcomputador (MOSSBERGER; TOLBERT; FRANKO, 2012; PEARCE; RICE, 2013). Esse tipo de acesso, considerado com maior potencial, concernia apenas 42,2% dos domicílios e 15,3% dos mais pobres.

Pobreza multidimensional

Após ter avaliado aspectos da moradia, que mostraram acessos diferenciados regionalmente, por grupos e segundo o recorte monetário, vale voltar à avaliação da pobreza com um enfoque que vai além da renda. Esse passo adicional para avaliar as condições de vida da população se justifica porque a evolução de indicadores monetários pode diferir de indicadores não monetários, de tal forma que o crescimento econômico não seja suficiente para garantir progresso, uma vez que alguns aspectos importantes, tais como educação e saúde podem ficar para trás, especialmente para determinados grupos (ALKIRE et al., 2015; BOURGUIGNON et al., 2010).

Como foi dito, a pobreza é um fenômeno multidimensional, o que conversa, ademais com a meta 1.2 dos ODS: “até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais” (NAÇÕES UNIDAS..., 2015).

Com dados da PNAD Contínua é possível pensar em um recorte de pessoas sem acesso à educação, à proteção social, à moradia adequada, aos serviços de saneamento básico e à comunicação (internet)⁵². Uma análise com esse escopo complementa a análise da pobreza monetária e está em compasso com a abordagem sobre condições de moradia. Tal detalhamento permite observar a quantidade de pessoas sem acesso a essas dimensões (direitos), assim como a intensidade dessas privações. Para tal exercício, foram consideradas cinco restrições de acesso:

⁵² Tal abordagem, destacando “restrições de acesso”, que também podem ser entendidas como carências ou vulnerabilidades sociais, inspira-se nos esforços mexicanos de abordagem da pobreza multidimensional (CONSEJO..., 2011). Esse método já foi aplicado anteriormente a dados da PNAD pelo IBGE (SÍNTESE..., 2012).

- À educação: crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam escola, pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas e pessoas de 16 anos ou mais de idade que não possuíam Ensino Fundamental completo.
- À proteção social: foram consideradas carentes as pessoas que satisfaziam simultaneamente as duas condições a seguir: residentes em domicílios onde não havia nenhum morador de 16 anos ou mais de idade com trabalho formal ou aposentado/pensionista; domicílios com rendimento domiciliar *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e com nenhum membro recebendo rendimentos de outras fontes, o que inclui programas sociais (*proxy*).
- À moradia adequada: foram consideradas carentes as pessoas residindo em domicílios sem banheiro ou sanitário de uso exclusivo do domicílio, com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis, com adensamento excessivo ou com ônus excessivo com aluguel.
- Aos serviços de saneamento básico: foram consideradas carentes as pessoas residentes em domicílios que não tinham acesso simultâneo a três serviços de saneamento definidos por coleta direta ou indireta de lixo, abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial.
- À comunicação: foram consideradas carentes as pessoas residentes em domicílios sem acesso à internet.

Para o estudo da pobreza monetária (unidimensional) foi necessário identificar os pobres e os agregar, quer dizer, somaram-se as pessoas abaixo da linha escolhida para se chegar à proporção de pobres. No caso da pobreza multidimensional é necessária uma decisão adicional: em quantas dimensões é necessário haver privação para considerar a pessoa como pobre multidimensional? Pode-se escolher o recorte em ao menos uma privação, a “abordagem da união”, para identificar a pessoa na pobreza multidimensional. Pode-se também escolher um número intermediário de privações até ser necessário haver privação em todas as dimensões, método conhecido como “abordagem da interseção” (SANTOS et al., 2010, p. 4). A orientação pelos direitos humanos leva a escolher a abordagem da união, pois os direitos são irredutíveis e insubstituíveis.

A Tabela 5 mostra diferentes incidências de restrição de acesso, da mesma forma que 64,9% da população brasileira tinha restrição em ao menos uma das dimensões estudadas em 2016. Tal incidência variava segundo os grupos populacionais, atingindo 80,0% das pessoas de 60 anos ou mais de idade, com seu ápice (81,3%) concernindo as mulheres pretas ou pardas sem cônjuge com filhos pequenos no domicílio.

Tabela 5 - Total e proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições de acesso, segundo as características selecionadas de domicílios e pessoas - Brasil - 2016

Características selecionadas de domicílios e pessoas	Total (1 000 pessoas)	Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições de acesso (%)					Número médio de restrições	Taxa de incidência ajustada M_0 (6)	
		À educação (1)	À proteção social (2)	Às condições de moradia (3)	Aos serviços de saneamento básico (4)	À comunicação (Internet) (5)			Ao menos uma restrição (pobreza multidimensional)
Total	205 511	28,6	15,2	12,0	37,9	32,1	64,9	1,3	0,25
Cor ou raça e sexo									
Homem branco	43 130	23,9	8,4	8,4	29,2	24,7	53,9	0,9	0,19
Homem preto ou pardo	55 591	34,0	20,6	14,8	46,9	39,1	74,3	1,6	0,31
Mulher branca	47 788	23,5	8,3	8,7	27,2	24,5	54,2	0,9	0,18
Mulher preta ou parda	57 154	31,5	21,1	14,9	45,0	37,3	73,7	1,5	0,30
Faixa etária									
0 a 14 anos de idade	42 059	0,6	26,2	19,4	43,7	32,9	65,3	1,2	0,25
15 a 29 anos de idade	48 590	15,5	17,2	13,9	39,3	25,7	59,7	1,1	0,22
30 a 59 anos de idade	85 297	36,3	13,0	9,6	35,8	28,6	62,5	1,2	0,25
60 anos ou mais de idade	29 566	68,0	2,6	5,5	33,4	51,5	80,0	1,6	0,32
Tipo de Arranjo Domiciliar									
Unipessoal	10 744	49,5	5,6	12,5	31,2	60,5	75,7	1,6	0,32
Casal sem filho	32 717	41,9	8,2	6,8	37,9	43,7	68,6	1,4	0,28
Casal com filho(s)	115 888	22,9	17,4	12,8	40,4	26,5	62,2	1,2	0,24
Mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	11 272	16,9	39,7	26,4	37,6	32,6	75,0	1,5	0,31
Mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	7 389	19,2	46,5	28,6	43,8	37,3	81,3	1,8	0,35
Outros	34 891	32,6	9,6	9,5	31,7	30,6	63,9	1,1	0,23

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

(1) Foram consideradas carentes: crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam escola, pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas e pessoas com 16 anos ou mais de idade que não possuíam ensino fundamental completo. (2) Foram consideradas carentes: pessoas de 10 anos ou mais de idade que não contribuíam para instituto de previdência em qualquer trabalho e que não eram aposentadas ou pensionistas de instituto de previdência e residentes dos domicílios com rendimento domiciliar *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo em que nenhum membro recebesse rendimentos de outras fontes, o que inclui programas de previdência. (3) Foram consideradas carentes: pessoas residindo em domicílios sem banheiro ou sanitário de uso exclusivo do domicílio, com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis, com adensamento excessivo ou com ônus excessivo com aluguel. (4) Foram consideradas carentes as pessoas residentes em domicílios que não tinham acesso simultâneo a três serviços de saneamento definidos como: coleta direta ou indireta de lixo, abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial. (5) Foram consideradas carentes as pessoas residentes em domicílios sem acesso à Internet. (6) Medida de pobreza multidimensional, sensível à frequência e à amplitude da pobreza (ALKIRE; FOSTER, 2008).

Embora informativa, a incidência de pobreza multidimensional carrega algumas limitações. Por exemplo, se um domicílio em situação de pobreza passa a ter privações adicionais em outras dimensões, essa medida não se altera (ALKIRE; FOSTER, 2008; SANTOS et al., 2010). Dessa forma, uma segunda medida foi desenvolvida, o número médio de privações, obtendo-se em média 1,3 dimensão para o total da população brasileira em 2016, sendo 46% maior (média de 1,8) para o grupo mais vulnerável, moradores de arranjo domiciliar composto por mulher preta ou parda sem cônjuge com filhos pequenos.

Com o produto da incidência e o número médio de restrições é possível construir a medida de incidência ajustada (M_0)⁵³. Essa terceira medida é sensível à frequência e à amplitude da pobreza, além de corrigir o problema da medida de incidência, uma vez que, se uma pessoa se torna privada em uma nova dimensão, o número médio de restrições da população aumenta e, conseqüentemente, também M_0 . Essa medida pode, ademais, ser decomposta para explicitar quais dimensões mais contribuem para a pobreza multidimensional⁵⁴.

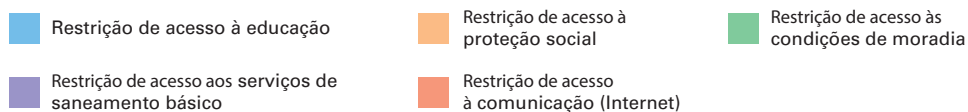
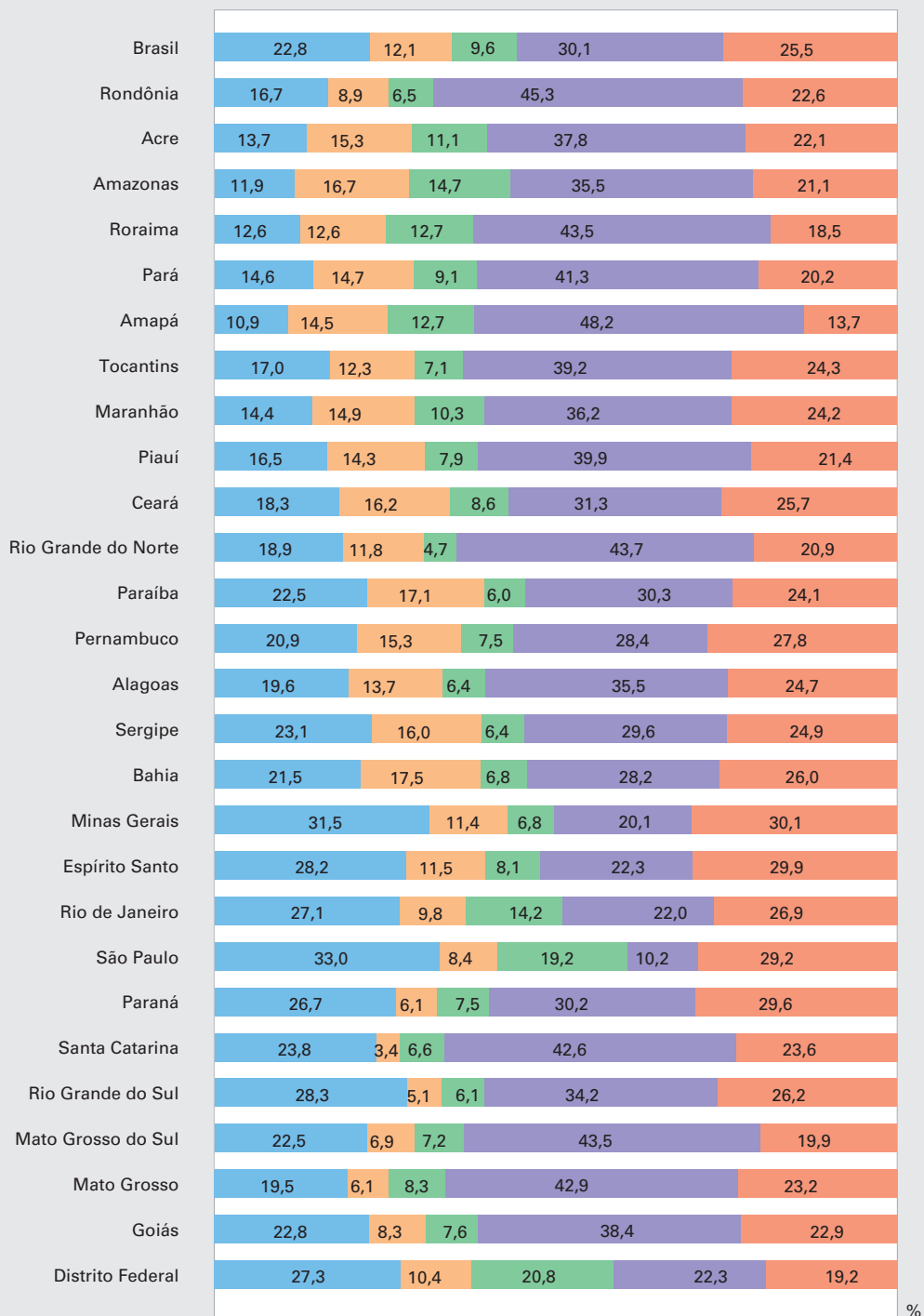
As restrições de acesso são detalhadas no Brasil e regionalmente no Gráfico 9 (e Tabela 2.24). Para o total do país, as dimensões que mais contribuíam para a pobreza multidimensional eram a restrição de acesso a saneamento básico (30,1%) e à comunicação (25,5%), sendo que a primeira mostrou forte variação regional, com maior papel nas UFs do Norte e Nordeste, contribuindo em 48,2% no Amapá e 45,3% em Rondônia.

Finalmente, descrevendo o papel das dimensões na pobreza multidimensional por grupos, a leitura do Gráfico 10 (além da Tabela 2.23) permite destacar que os grupos etários são afetados de forma diferenciada pelas restrições: a população idosa se mostrou sobretudo prejudicada na dimensão educação e acesso à internet, enquanto crianças e adolescentes até 14 anos foram mais afetados pelo acesso precário à comunicação e a serviços de saneamento básico. Arranjos monoparentais femininos com filhos até 14 anos mostram-se mais vulneráveis que o total da população nas dimensões de condições de moradia e de proteção social, sendo que esta última contribui em 26,5% para a incidência ajustada de pobreza de mulheres pretas ou pardas sem cônjuge com filhos pequenos, sendo então importante atenção ao acesso a trabalho formal por esse grupo.

⁵³ A medida M_0 aparece na literatura como “*adjusted headcount ratio*” (ALKIRE; FOSTER, 2008; SANTOS et al., 2010).

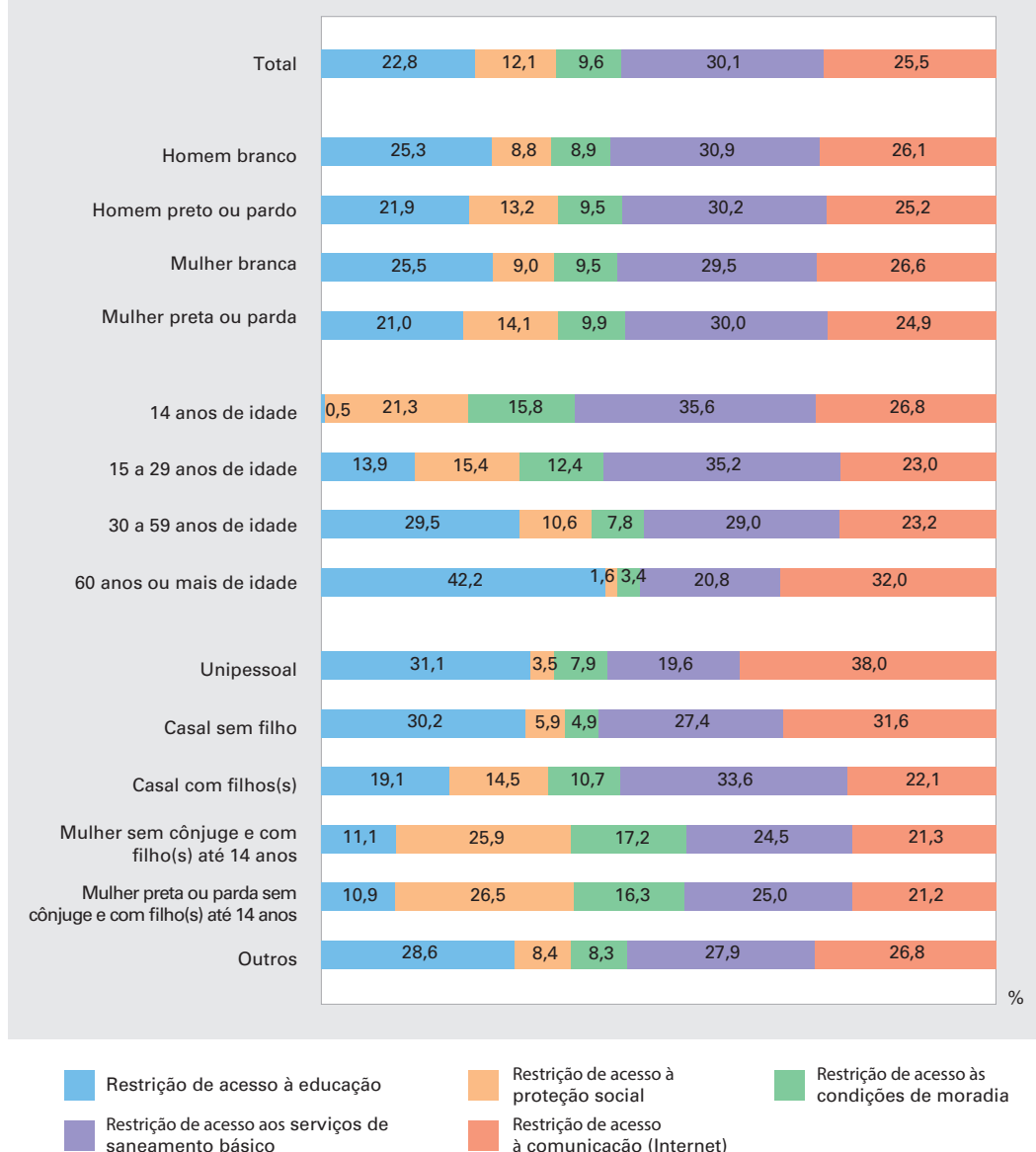
⁵⁴ A decomposição da incidência ajustada de acordo com cada uma das dimensões seguiu a proposta de Alkire e Foster (2008), dando igual valor a cada dimensão.

Gráfico 9 - Contribuição das diversas restrições de acesso na incidência ajustada M_0 , segundo as Unidades da Federação - 2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Gráfico 10 - Contribuição das diversas restrições de acesso na incidência ajustada M_0 , segundo as características selecionadas de domicílios e pessoas - Brasil - 2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

O acesso a direitos é uma questão fundamental para se ter um desenvolvimento inclusivo. Com isso em mente, foram abordadas nesse capítulo diversas dimensões das condições de vida a partir de dados da PNAD Contínua, passando pelo acesso à renda, condições de moradia, proteção social, educação, acesso a bens e comunicação (internet). A análise mostrou que há vários recortes possíveis para identificar as pessoas com privações, o que é relevante para direcionar políticas, sobretudo no nível subnacional. Ao mesmo tempo, alguns grupos se destacaram ao longo da análise, mostrando-se mais vulneráveis (com direitos violados): crianças e homens e mulheres de cor ou raça preta ou parda, além de pessoas que vivem em arranjo domiciliar composto por mulher sem cônjuge com filhos pequenos.

Mobilidade ocupacional e educacional

Os ideais de igualdade de oportunidades e de meritocracia foram mobilizados ao longo do século XIX como uma justificativa de superação das hierarquias sociais baseadas no nascimento e na hereditariedade. De acordo com Roemer (1998), há dois princípios que norteiam o conceito de igualdade de oportunidades. O primeiro prescreve que a sociedade deve nivelar inicialmente os indivíduos, durante seu período de formação, com o intuito de garantir oportunidades iguais para todos aqueles que competirão por posições de acordo com seus potenciais. O segundo, denominado de princípio não discriminatório ou meritocrático, afirma que todos os indivíduos que competem por determinada posição devem ser julgados apenas de acordo com suas habilidades. Dessa forma, quanto maior a igualdade de oportunidades, menor seria o peso do passado familiar e de outras características herdadas ou inatas (como sexo e cor ou raça) na determinação da educação e da posição social alcançadas.

De acordo com essa abordagem, há duas formas de medir a desigualdade de oportunidades: a associação entre as características socioeconômicas da família de origem e o nível educacional alcançado e a associação entre a situação socioeconômica da família de origem e a situação socioeconômica alcançada na vida adulta, isto é, via mobilidade educacional e mobilidade social (BREEN; JONSSON, 2005). É importante ressaltar que outras dimensões além da educacional e da relacionada ao mercado de trabalho influenciam na seleção das posições sociais e normalmente fogem ao escopo desses estudos. A reprodução das desigualdades de oportunidades depende também de outros fatores como o papel de heranças ou estoques de riqueza (MEDEIROS, 2005), capital social ou rede de contatos a que se tem acesso (GRANOVETTER, 1995) ou ainda esforço e habilidades inatas (MEURET, 1999).

Com base no arcabouço teórico de desigualdade de oportunidades, o estudo da mobilidade social se tornou um dos temas mais importantes da teoria social moderna e contemporânea, pois as probabilidades de mobilidade ascendente ou descendente refletem quão justas são as sociedades em relação aos critérios adotados para a seleção de posições no interior da pirâmide social (PASTORE; SILVA, 2000; RIBEIRO, 2006). Sociedades rigidamente estratificadas tendem a apresentar forte influência de fatores herdados nas chances de mobilidade em comparação com sociedades mais abertas, isto é, que promovem mais igualdade de oportunidades.

Como não há dados sobre renda da família de origem em pesquisas domiciliares devido à impossibilidade de se ter acesso a essa informação de forma retroativa, estudos sobre desigualdade de oportunidades tendem a abordar a mobilidade ocupacional entre gerações de pais e filhos e na mobilidade educacional, também em relação aos pais. Tais informações foram coletadas pelo IBGE por meio da PNAD para os anos de 1973, 1976, 1982, 1988, 1996 e 2014.

Neste capítulo, busca-se utilizar os dados do Suplemento de Mobilidade Sócio-Ocupacional da PNAD 2014 para atualizar resultados da mobilidade social no Brasil. Primeiramente, analisar-se-á a mobilidade ocupacional a partir da comparação entre o estrato ocupacional⁵⁵ dos filhos com o de seus pais. A subseção seguinte, de forma semelhante, analisará o nível educacional obtido pelo filho em contraponto ao de sua família de origem. Nas duas subseções, os resultados serão desagregados por grupos etários, sexo e cor ou raça dos filhos. Ao final, os principais resultados serão sumarizados.

Mobilidade ocupacional

A investigação sobre mobilidade social realizada no Suplemento de Mobilidade Sócio-Ocupacional da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014 atualiza informações extremamente relevantes para a compreensão das mudanças que ocorreram na estratificação social brasileira. Independentemente da perspectiva teórica adotada, a comparação entre status ou classe ocupacional dos filhos em relação à situação dos pais revela como são redistribuídas as oportunidades de inserção na estrutura social a cada nova geração. Quanto menor for a coincidência entre a situação dos filhos em relação à dos pais, mais igualitária é a sociedade em termos de oportunidades, pois as características da origem familiar são menos determinantes na posição social alcançada. Essa mobilidade entre gerações de pais e filhos é denominada mobilidade “intergeracional” e será o objeto de análise desta subseção conforme mencionado na introdução⁵⁶.

Os dados de mobilidade social, medida em termos de alterações no tipo de ocupação dos filhos em relação à de seus pais, evidenciam mudanças de longo prazo na estrutura ocupacional entre as gerações. As diferenças na composição dos estratos ocupacionais de pais e filhos podem ser calculadas de duas formas: por meio da mobilidade intergeracional absoluta ou relativa. A mobilidade absoluta informa o total de mobilidade observado na sociedade, ou seja, mede a proporção de indivíduos que estão em uma categoria ocupacional diferente da paterna. Quando as categorias ocupacionais de pais e filhos são iguais, não há mobilidade (imobilidade). Essas medidas são feitas por meio de um cálculo percentual simples, cruzando a ocupação do pai

⁵⁵ Para fazer uma análise de mobilidade ocupacional é necessário classificar as ocupações em estratos. Há diversas estratégias de classificação, mas se costuma utilizar uma avaliação que leva em conta o status socioeconômico relacionado às ocupações (rendimentos e educação).

⁵⁶ Já a mobilidade “intrageneracional”, que avalia a trajetória ocupacional dos indivíduos ao longo de sua carreira, não será abordada, pois se privilegia a análise clássica de desigualdade de oportunidades intergeracional.

com a ocupação do filho na tabela de mobilidade ocupacional⁵⁷. Além disso, os resultados de mobilidade absoluta são convencionalmente desagregados em mobilidade ascendente e mobilidade descendente. A mobilidade ocupacional ascendente ocorre quando a categoria ocupacional alcançada pelo filho está acima daquela possuída pelo pai na escala hierarquizada de ocupações. Por sua vez, a mobilidade relativa mensura as chances relativas dos filhos de diferentes origens mudarem de estrato ocupacional. Comumente, a razão de chances é utilizada para medir as chances relativas de mobilidade e estimada por meio de modelos *log*-lineares em estudos acadêmicos por serem independentes de mudanças no tamanho das categorias ocupacionais entre as gerações (RIBEIRO, 2017)⁵⁸.

De acordo com Pastore e Silva (2000), os dados das PNADs de 1973 e 1996 revelaram que entre as décadas de 1970 e 1990 o Brasil vivenciou uma intensa mobilidade estrutural⁵⁹, medida por meio da mobilidade absoluta, simultaneamente a uma acentuação da desigualdade social. Isso ocorreu porque a maior parte da população passou de um estrato social baixo, essencialmente de origem rural, para outro imediatamente superior. "Grosso modo, a mobilidade ascendente foi na base da pirâmide social" (PASTORE; SILVA, 2000, p. 3). Logo, em poucas décadas, houve uma mudança profunda na estrutura ocupacional brasileira com a passagem de uma sociedade basicamente agrária para uma sociedade urbana, ambas extremamente desiguais. Uma série de estudos que se debruçaram sobre diferenças na mobilidade por gênero (CAILLAUX, 1994; SCALON, 1999), cor ou raça (ATHIAS; MATOS, 2013; CAILLAUX, 1994; CARVALHO; NERI, 2000; HASENBALG, 1988; PASTORE; SILVA, 2000; RIBEIRO, 2006; TELLES, 1994) e regiões (PASTORE, 1979; SILVA, 1993) corroborou essas conclusões.

Estudos mais recentes concluíram, diferentemente de Pastore e Silva (2000), que apesar de a mobilidade ocupacional brasileira continuar sendo considerada extremamente rígida se comparada à de outros países, houve uma diminuição da desigualdade de oportunidades em termos de mobilidade social relativa (RIBEIRO, 2007, 2012, 2017; TORCHE; RIBEIRO, 2010). Em outras palavras, a magnitude das razões de chances que mede a associação entre origem e destino vem diminuindo ao longo das gerações, o que significa, por exemplo, que as chances de um indivíduo cujo pai pertencia a um estrato ocupacional elevado permanecer nesse estrato diminuíram em relação às chances de um indivíduo cujo pai era de um estrato ocupacional baixo ascender para um estrato ocupacional alto.

Os dados do Suplemento de Mobilidade Sócio-Ocupacional da PNAD 2014 são estudados a partir de seis estratos ocupacionais hierarquizados para pais e filhos. A análise consiste na comparação das categorias ocupacionais dos filhos com as informações de ocupação paterna. A definição desses estratos seguiu o critério adotado pelo IBGE na publicação *Mobilidade Sócio-Ocupacional 2014* (MOBILIDADE..., 2016)⁶⁰ e detalhada na Tabela 1.

⁵⁷ Esse tipo de tabela classifica os indivíduos de acordo com uma origem e destino ocupacional (em estratos). Para a análise da mobilidade ocupacional intergeracional costuma ser a ocupação do pai e a atual. Na diagonal dessa tabela tem-se a imobilidade. (PASTORE; SILVA, 2000).

⁵⁸ Exemplos de cálculo da razão de chances serão apresentados mais adiante nesta seção de mobilidade ocupacional.

⁵⁹ "As mudanças na estrutura ocupacional entre a geração dos pais e a geração dos filhos 'forçam' os indivíduos a se deslocarem no sentido de preencher as novas oportunidades criadas [...] O complemento da mobilidade estrutural é a mobilidade circular, oriunda da competição entre os indivíduos" (PASTORE; SILVA, 2000, p.28).

⁶⁰ Hierarquização em seis estratos baseada na "inserção do trabalhador no processo produtivo, na posse ou não dos meios de produção ou qualificação adquirida", valendo-se de critérios ligados ao rendimento e à vulnerabilidade, quer dizer, "foram observados os percentuais de trabalhadores ocupados com rendimento menor que 1 salário mínimo ou sem rendimento do trabalho, entendendo que quanto maior a participação de trabalhadores nessas duas classes de rendimento piores são as condições de trabalho devido à provável ausência de vínculos e acesso a direitos trabalhistas" (MOBILIDADE..., 2016, p. 24).

Tabela 1 - Distribuição das pessoas de 25 a 65 anos de idade, ocupadas na semana de referência e cujo pai com quem moravam quando tinham 15 anos de idade estava ocupado, entre os estratos e grupamentos ocupacionais e as principais ocupações de cada estrato e grupamento - 2014

Percentual em relação ao total de filhos	Grupamentos ocupacionais no trabalho principal da semana de referência para os filhos entre 25 e 65 anos de idade	Rendimento médio do trabalho principal da semana de referência (R\$) (1)	Principais ocupações
17,2%	Estrato A		
6,4%	Dirigentes em geral	4 681	Gerentes de produção e operações Gerentes de áreas de apoio Dirigentes de empresas - empregadores com mais de 5 empregados
10,8%	Profissionais das ciências e das artes	3 737	Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral de 1ª à 4ª séries do ensino fundamental Advogados Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral do ensino médio
7,4%	Estrato B		
7,4%	Técnicos de nível médio	2 457	Representantes comerciais e técnicos de vendas Técnicos e auxiliares de enfermagem Agentes da saúde e do meio ambiente
8,3%	Estrato C		
8,3%	Trabalhadores de serviços administrativos	1 564	Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos Recepcionistas Caixas e bilheteiros (exceto caixas de banco)
24,1%	Estrato D		
24,1%	Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	1 460	Trabalhadores de estruturas de alvenaria Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias) Ajudantes de obras civis
27,7%	Estrato E		
19,2%	Trabalhadores dos serviços	982	Trabalhadores dos serviços domésticos em geral Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros Cozinheiros
8,4%	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	1 263	Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados Vendedores ambulantes Vendedores a domicílio
14,5%	Estrato F		
14,5%	Trabalhadores agrícolas	628	Trabalhadores agrícolas Produtores agrícolas Trabalhadores na pecuária
0,8%	Não está nos Estratos		
0,8%	Membros das forças armadas e auxiliares	3 934	Cabos e soldados da polícia militar Militares do exército Subtenentes e sargentos da polícia militar

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: Excluídas as pessoas com ocupação mal definida no trabalho principal da semana de referência e as pessoas com atividade mal definida ou não declarada no trabalho principal do pai, quando tinham 15 anos de idade.

(1) Valores para pessoas de 25 anos de idade ou mais divulgados na publicação Mobilidade Sócio-ocupacional 2014.

Os resultados obtidos a partir das tabelas de mobilidade ocupacional se referem a pessoas de 25 a 65 anos de idade, ocupadas na semana de referência e cujos pais com quem moravam quando tinham 15 anos de idade estavam ocupados. Optou-se por desagregar os resultados em dois grupos etários (25 a 44 anos de idade e o de 45 a 64 anos de idade), pois o grupo de 25 a 44 anos de idade estava em uma fase mais inicial de sua carreira, além de vivenciar um contexto distinto de mercado de trabalho se comparado ao do grupo mais velho. Somada à dimensão etária, outras características, como sexo e cor ou raça, serão analisadas.

Os percentuais apresentados na Tabela 2 foram calculados a partir da distribuição dos estratos ocupacionais de pais e filhos. Observou-se, por meio da coluna "Total", o esvaziamento do Estrato F (trabalhadores rurais) para filhos de 25 a 65 anos de idade em comparação com a distribuição dos estratos ocupacionais dos pais. Essa proporção foi reduzida de 41,8% para 14,8%, ou seja, em 27,0 pontos percentuais. Em compensação, o estrato imediatamente acima, o Estrato E, obteve o maior aumento em pontos percentuais (15,4%), seguido do aumento observado no Estrato A (9,3%) na comparação entre as gerações de pais e filhos. Em termos relativos, o Estrato C foi o que apresentou maior aumento, triplicando sua participação (crescimento de 198,8%), enquanto o Estrato F diminuiu em 64,6%. Resumidamente, a comparação entre a estrutura ocupacional de filhos com a dos seus pais evidencia uma redução considerável dos estratos ligados à ocupação agrícola (Estrato F) e um aumento dos estratos ocupacionais formados por trabalhadores manuais e não manuais urbanos de baixa qualificação (Estratos E e D), conforme observaram Pastore e Silva (2000) com dados do suplemento da PNAD 1996.

Tabela 2 - Mudanças na estrutura ocupacional, por grupos de idade, segundo os estratos ocupacionais - Brasil - 2014

Estratos ocupacionais	Distribuição dos estratos ocupacionais dos pais por grupos de idade dos filhos (%)				Distribuição dos estratos ocupacionais dos filhos por grupos de idade dos filhos (%)				Diferença na distribuição dos estratos ocupacionais de filhos e pais		
	Total	25-44	45-65	Diferença entre os grupos	Total	25-44	45-65	Diferença entre os grupos	Total	25-44	45-65
Estrato A	7,8	8,9	6,2	2,7	17,1	18,0	15,8	2,3	9,3	9,2	9,5
Estrato B	3,6	4,0	3,1	0,9	7,4	8,1	6,2	1,9	3,7	4,2	3,1
Estrato C	2,8	3,0	2,4	0,6	8,4	10,2	5,7	4,5	5,6	7,1	3,2
Estrato D	31,4	34,8	26,5	8,3	24,4	24,6	24,2	0,4	(-) 7,0	(-) 10,2	(-) 2,3
Estrato E	12,6	13,4	11,3	2,1	27,9	27,5	28,6	(-) 1,0	15,4	14,1	17,2
Estrato F	41,8	35,9	50,5	(-) 14,6	14,8	11,5	19,6	(-) 8,1	(-) 27,0	(-) 24,4	(-) 30,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: Excluídas as pessoas com ocupação mal definida no trabalho principal da semana de referência e as pessoas com atividade mal definida ou não declarada no trabalho principal do pai, quando tinham 15 anos de idade.

Outra forma de avaliar a mudança na estrutura ocupacional brasileira é comparar as características ocupacionais dos pais para as duas coortes de filhos. Observa-se tendência similar àquela descrita na distribuição total dos estratos ocupacionais de pais e filho, ainda que as diferenças não sejam da mesma ordem de grandeza. Cerca

de metade (50,5%) dos entrevistados mais velhos (45 a 65 anos de idade) possuía pais provenientes do Estrato F enquanto que essa proporção era de 35,9% para os entrevistados mais novos (25 a 44 anos de idade), ou seja, o perfil de ocupação paterna é consideravelmente distinto quando comparamos as duas gerações de filhos. O estrato ocupacional paterno que apresentou maior crescimento entre os dois grupos de idade dos filhos foi o Estrato D, composto por trabalhadores da produção de bens e serviços, totalizando um aumento de 8,3 pontos percentuais entre as duas gerações de filhos. No caso dos filhos, o estrato com maior variação positiva entre as duas coortes foi o C, com um acréscimo de 4,5 pontos percentuais (trabalhadores de serviços administrativos), enquanto o Estrato F foi aquele que apresentou maior queda (8,1 pontos percentuais). Pais e filhos tiveram incrementos similares na proporção de ocupados no Estrato A para os dois grupos etários, cujos aumentos foram de 2,7 e 2,3 pontos percentuais respectivamente.

Os parâmetros gerais de mobilidade social podem ser sumarizados a partir dos resultados da Tabela 3, que mostra uma mobilidade ocupacional absoluta de 67,0%, o que significa que, do total de filhos entrevistados, 67,0% estavam em estratos ocupacionais distintos dos estratos paternos. A mobilidade absoluta total pode ser decomposta em mobilidade ascendente (50,0%), na qual o estrato ocupacional alcançado pelo filho tem status socioeconômico superior ao do pai, e em mobilidade descendente (16,9%), que representa a situação inversa. O percentual restante dos filhos permaneceu no mesmo estrato que possuíam os seus pais, ou seja, o Brasil apresentou 33,0% de imobilidade intergeracional. Do total de respondentes que obtiveram mobilidade ascendente, praticamente metade (49,1%) tiveram destino nos Estratos D ou E, o que caracteriza uma mobilidade ascendente de curta distância na base da pirâmide ocupacional. Por outro lado, apenas 21,2% do total de filhos que ascenderam passaram dos Estratos de origem D, E ou F para o Estrato de destino A, ou seja, alcançaram uma mobilidade ascendente de longa distância (Tabela 3.9).

Tabela 3 - Mobilidade ocupacional das pessoas de 25 a 65 anos de idade, por cor ou raça e sexo, segundo a mobilidade ocupacional - Brasil - 2014

Mobilidade ocupacional	Pessoas de 25 a 65 anos de idade (%)				
	Total	Brancos	Pretos ou pardos	Homens	Mulheres
Mobilidade total	67,0	68,8	65,1	61,0	74,7
Ascendente	50,0	51,8	48,3	46,9	54,0
Descendente	16,9	17,0	16,9	14,1	20,7
Imobilidade	33,0	31,2	34,9	39,0	25,3

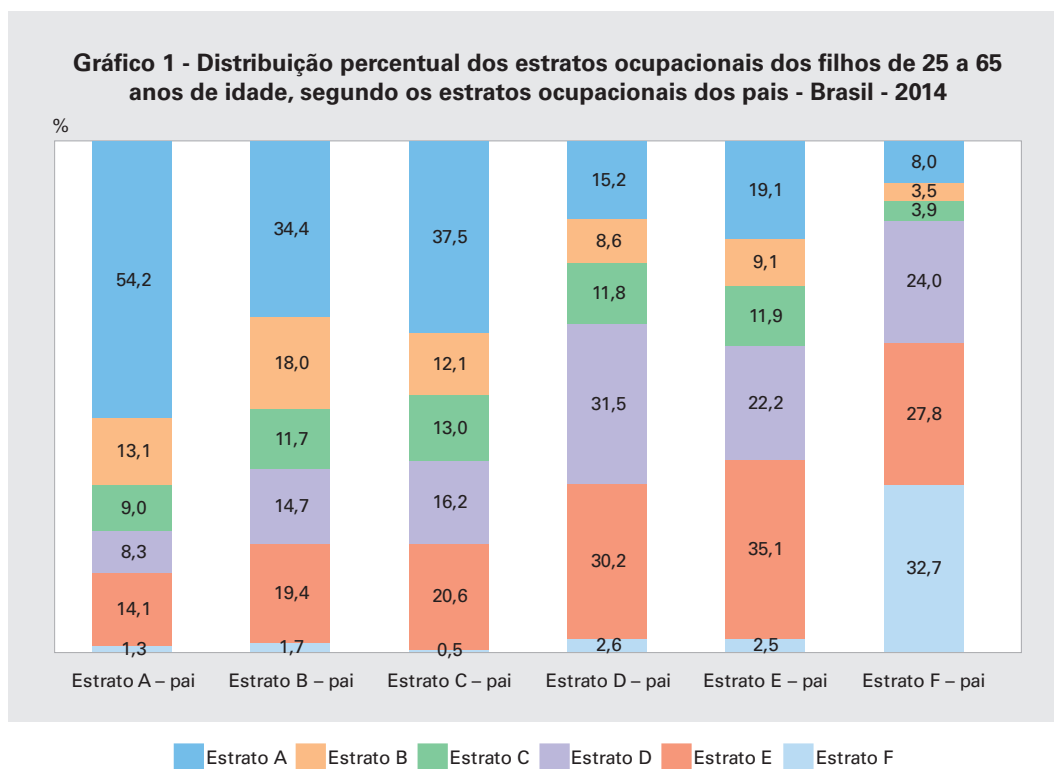
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: Excluídas as pessoas com ocupação mal definida no trabalho principal da semana de referência e as pessoas com atividade mal definida ou não declarada no trabalho principal do pai, quando tinham 15 anos de idade.

Quando se desagrega por cor ou raça, observa-se maior mobilidade total, tanto ascendente quanto descendente entre os brancos (68,8%) em relação aos pretos ou pardos (65,1%), o que aponta para uma estrutura ocupacional intergeracional mais rígida para a população preta ou parda se comparada à população branca. Diversos estudos que analisaram as chances relativas de mobilidade entre brancos e não

brancos confirmam a existência de barreiras raciais à mobilidade intergeracional no Brasil (OSÓRIO, 2003; SILVA, 2000; TELLES, 2003). Quando comparamos mulheres e homens, observa-se que a mobilidade das mulheres é maior do que a dos homens, de 74,7% e 61,0% respectivamente (Tabela 3). Esse resultado já foi apontado por estudos anteriores, pois a expansão do setor de serviços, que contribuiu para aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho desde a década de 70, gerou muita mobilidade estrutural das mulheres em relação à ocupação majoritariamente agrícola de seus pais. Entretanto, a estrutura ocupacional de homens e mulheres permanece bastante desigual (SCALON, 1999).

Os dados provenientes da tabela de mobilidade também permitem verificar como se distribuem os indivíduos provenientes de cada estrato ocupacional paterno e qual a distância entre o ponto de partida, a origem, e o resultado ocupacional alcançado pelo filho, o destino. O Gráfico 1 ilustra a distribuição percentual dos estratos ocupacionais dos filhos por estrato ocupacional paterno a partir dessa abordagem “origem-destino”. A maioria dos indivíduos cuja origem era o Estrato F vivenciou mobilidade ascendente para os estratos imediatamente superiores, sendo que 51,7% das pessoas com essa origem tiveram como destino os Estratos “D” e “E”. Além disso, o estrato de origem que apresentou o maior percentual de imobilidade ocupacional foi o Estrato “A”, dado que 54,2% dos indivíduos originários desse estrato nele permanecem. O Estrato de origem “C” foi aquele que mais proporcionou mobilidade total (87,0%), sendo que a maior parte correspondeu à mobilidade ascendente (49,7%).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: Excluídas pessoas com ocupação mal definida no trabalho principal da semana de referência e as pessoas com atividade mal definida ou não declarado trabalho principal do pai, quando tinham 15 anos de idade

A análise dos dados de origem e destino por sexo fornece informações relevantes para entender melhor os diferenciais de mobilidade ocupacional de homens e mulheres. Entre os 54,0% de mulheres que tiveram mobilidade ascendente, 40,7% dessa mobilidade se deu nos Estratos de destino D ou E. De forma similar, para os 46,9% dos homens com mobilidade ascendente, 56,6% foram para os Estratos de destino D ou E (Tabela 3.11). A mobilidade ascendente de homens e mulheres que ocorreu na base da pirâmide ocupacional é distinta, pois um terço do total de mulheres que ascenderam foram para o Estrato E, enquanto que um terço dos homens que ascenderam foram para o Estrato D (Tabela 3.11).

Esse resultado pode ser entendido pela estrutura ocupacional de filhos e filhas, pois 40,3% das respondentes mulheres estavam ocupadas no Estrato “E”, especialmente nas ocupações “trabalhadores do serviço doméstico em geral” e “vendedores ou demonstradores em loja ou mercado”. No caso dos homens, 37,5% dos respondentes estavam ocupados no Estrato “D”, cujas ocupações mais comuns eram “trabalhadores de estrutura de alvenaria” e “condutores de veículo sobre roda” (Tabela 4).

Tabela 4 - Distribuição ocupacional, por sexo, segundo os estratos ocupacionais Brasil - 2014

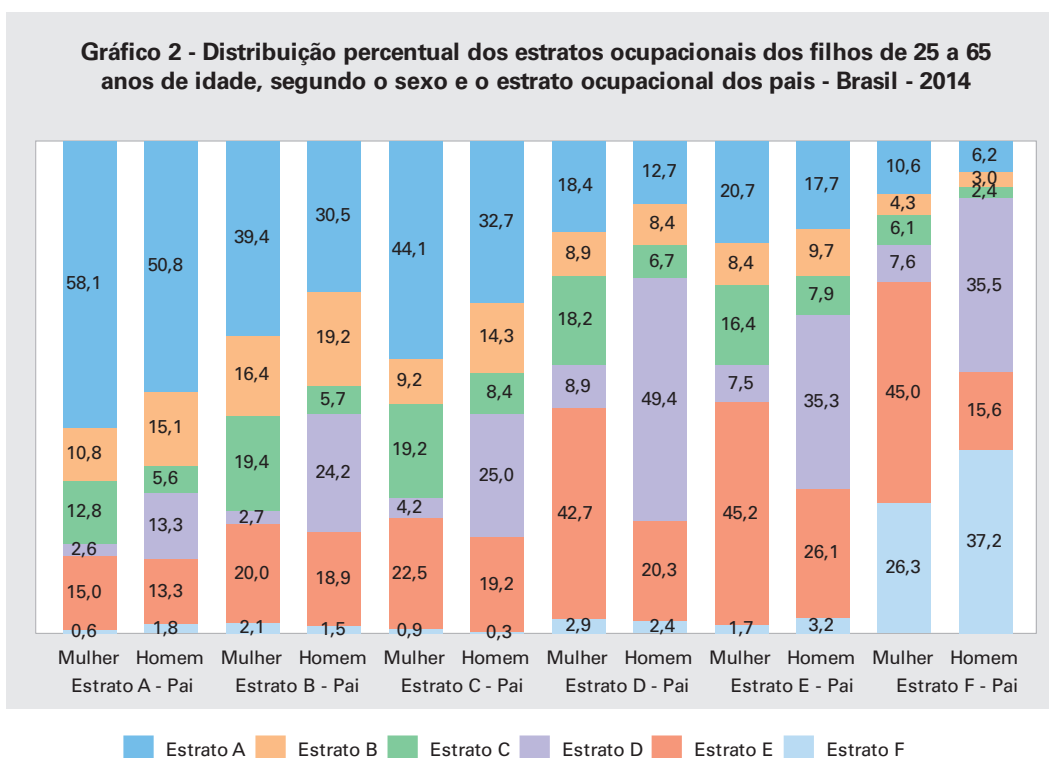
Estratos ocupacionais	Distribuição dos estratos ocupacionais por sexo (%)				Distribuição das pessoas segundo os estratos ocupacionais, por sexo (%)		
	Total	Homem	Mulher	Diferença entre os grupos	Total	Homem	Mulher
Total	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	56,6	43,4
Estrato A	17,1	14,6	20,4	(-) 5,8	100,0	48,2	51,8
Estrato B	7,4	7,3	7,5	(-) 0,2	100,0	56,0	44,0
Estrato C	8,4	4,9	12,8	(-) 7,9	100,0	33,3	66,7
Estrato D	24,4	37,5	7,3	30,2	100,0	87,0	13,0
Estrato E	27,9	18,5	40,3	(-) 21,8	100,0	37,4	62,6
Estrato F	14,8	17,2	11,6	5,6	100,0	65,9	34,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: Excluídas pessoas com nível de instrução indeterminado e pessoas que não sabiam o nível de instrução do pai quando tinham 15 anos de idade.

O Gráfico 2 descreve o destino ocupacional de homens e mulheres de 25 a 65 anos de idade por categoria ocupacional paterna e confirma as diferenças no padrão de mobilidade por sexo. Do total de filhas cuja ocupação paterna situava-se no Estrato F, a maior proporção (45,0%) foi para o Estrato E, enquanto para os filhos com mesma origem, a maior movimentação foi para o Estrato D (35,5%). Outro dado relevante é que a estrutura ocupacional das mulheres é mais fluida do que a dos homens, não apenas pela maior mobilidade ascendente como também pela maior mobilidade descendente. O Estrato de origem com o maior percentual de mobilidade descendente para as mulheres foi o D, com 45,6%. A ocupação de destino que mais atraiu a mobilidade descendente feminina proveniente do Estrato de origem D foi o Estrato de destino E, abrangendo 42,7% desse movimento, enquanto os outros 2,9% restantes foram para o Estrato F (totalizando 45,6%). Por sua vez, o estrato ocupacional paterno com o maior percentual de mobilidade descendente para os homens foi o B com 50,3%, dos quais 24,2% tiveram destino no estrato D (somado aos 5,7% que foram para o Estrato C, 18,9% para o Estrato E e 1,5% para o Estrato F). Finalmente, observou-se que os homens e mulheres têm maior imobilidade quando têm origem no Estrato A, 50,8% e 58,1%, respectivamente.

Gráfico 2 - Distribuição percentual dos estratos ocupacionais dos filhos de 25 a 65 anos de idade, segundo o sexo e o estrato ocupacional dos pais - Brasil - 2014

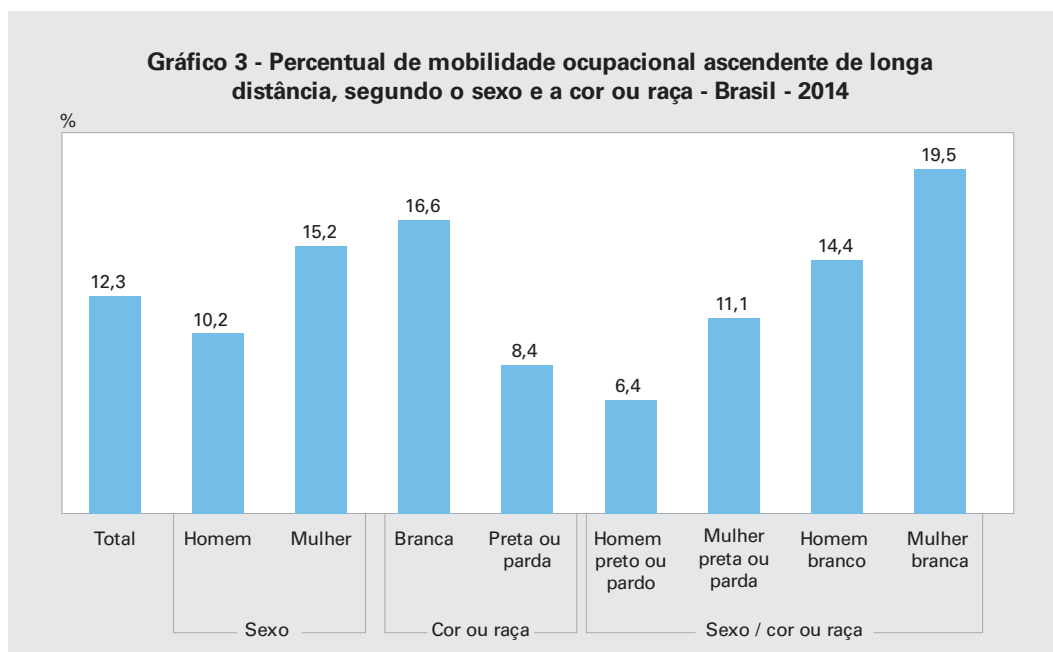


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: Excluídas pessoas com ocupação mal definida no trabalho principal da semana de referência e as pessoas com atividade mal definida ou não declarado trabalho principal do pai, quando tinham 15 anos de idade.

As desigualdades de oportunidades também podem ser analisadas a partir das diferenças observadas no percentual de mobilidade ocupacional de longa distância de filhos com distintas características de sexo e cor ou raça. A mobilidade ascendente para o Estrato A, composto por “dirigentes em geral e profissionais das ciências e das artes”, de pessoas provenientes dos Estratos D, E ou F foi definida como mobilidade ascendente de longa distância.

O Gráfico 3 a seguir mostra a proporção de filhos segundo características de sexo e cor ou raça que tiveram mobilidade ascendente de longa distância conforme definido anteriormente. É interessante notar que o percentual das pessoas pretas ou pardas com mobilidade ascendente de longa distância é de cerca de metade daquele das pessoas brancas. No mesmo sentido dos resultados de mobilidade total descritos anteriormente, as mulheres apresentaram maior percentual de mobilidade ascendente de longa distância em relação aos homens, com percentuais de 15,2% e 10,2%, respectivamente. Essa vantagem das mulheres também pode ser observada para o grupo das mulheres pretas ou pardas, cuja mobilidade ascendente de longa distância foi maior do que a dos homens. A maior diferença entre esses grupos ocorreu entre homens pretos ou pardos e mulheres brancas, visto que a proporção dos homens pretos ou pardos com mobilidade ascendente de longa distância é apenas um terço do percentual calculado para as mulheres brancas. Os percentuais médios de cada grupo não permitem controlar o efeito de outras características, como o nível educacional mais elevado das mulheres além da maior retenção de homens em ocupações rurais, que pode ser um fator explicativo desse resultado.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: Exclui pessoas com nível de instrução indeterminado e pessoas que não sabiam o nível de instrução do pai, quando tinham 15 anos de idade.

Modelos estatísticos de mobilidade, que levam em conta o efeito simultâneo de diversas características observadas, como sexo, nível educacional e cor ou raça utilizam a razão de chances como variável dependente conforme explicado na introdução (GOLDTHORPE; MILLS, 2008). Para ilustrar a metodologia desses estudos, apresentar-se-á exemplos de cálculo das chances relativas de mobilidade por meio da razão de chances. Em um contexto internacional, o Brasil é considerado um país com elevada desigualdade de oportunidades em termos de chances relativas de mobilidade social (RIBEIRO; SCALON, 2001).

Os dados da Tabela 5 apresentam razões de chances⁶¹ para distintos grupos de cor ou raça. Analisou-se a possibilidade de um indivíduo branco, cujo pai pertencia ao Estrato A, permanecer no Estrato A ao invés de descender para os Estratos inferiores, com a possibilidade de um indivíduo preto ou pardo cujo pai pertencia ao Estrato A, permanecer no Estrato A ao invés de descender para os Estratos inferiores. De maneira similar, comparou-se a possibilidade de um indivíduo branco, cujo pai pertencia ao Estrato B, permanecer no Estrato B ao invés de descender para os Estratos C, D, E ou F, com a mesma possibilidade para um indivíduo preto ou pardo. Como a Tabela 5 indica, brancos possuem 2,1 vezes mais chance de permanecerem no Estrato A do que pretos ou pardos. Quando se compara as chances de permanência no Estrato B a diferença diminui, mas os brancos ainda possuem 1,2 vezes mais chances de permanência que pretos ou pardos.

⁶¹ A razão de chances é calculada a partir da divisão das chances dos filhos estarem em duas situações de origem e destino dentre as várias possibilidades presentes na tabela de mobilidade (GOLDTHORPE; MILLS, 2008). Formalmente: $F_{1,1}/F_{2,1} = (F_{11}/F_{12})/(F_{21}/F_{22})$

Onde, F_{1,1} é a chance de um indivíduo manter-se imóvel em determinada classe (por exemplo na classe A); F_{1,2} é a chance de um indivíduo ter origem nesta determinada classe (por exemplo na classe A) e destino em uma classe diferente (por exemplo na classe D); F_{2,1} é a chance de um indivíduo ter origem nesta classe diferente (por exemplo na classe D) e destino naquela classe determinada (por exemplo na classe A); F_{2,2} é a chance de um indivíduo manter-se imóvel nesta classe diferente (por exemplo na classe D).

Também foi considerada a chance de ascendência aos estratos superiores para esses mesmos grupos de cor ou raça. A possibilidade de um indivíduo branco, cujo pai pertencia aos Estratos B, C, D, E ou F ascender ao Estrato A, ao invés de permanecer nos Estratos B, C, D, E ou F, é 2,3 vezes maior do que a chance desta mesma ascensão para pretos ou pardos. Agora comparando as chances de ascensão para o Estrato B, em relação à permanência nos Estratos inferiores, entre indivíduos brancos e pretos ou pardos, os brancos possuem 1,5 vezes mais chance de chegar aos estratos superiores. Estes resultados apontam que para pretos e pardos é mais difícil tanto ascender quanto permanecer nos Estratos superiores (especialmente ascender ao Estrato A). Lembrando que, se não há relação entre origem e destino nas chances de mobilidade, a razão de chances é igual a 1.

Tabela 5 - Razões de chances de ascendência e descendência de brancos em relação a pretos ou pardos - Brasil - 2014

Permanecer em A x cair para estratos B,C,D,E ou F	2,1
Permanecer em B x cair para estratos C,D,E ou F	1,2
Subir para o Estrato A x permanecer nos estratos B,C,D,E ou F	2,3
Subir para o Estrato B x permanecer nos estratos C,D,E ou F	1,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: Excluídas as pessoas com ocupação mal definida no trabalho principal da semana de referência e as pessoas com atividade mal definida ou não declarada no trabalho principal do pai, quando tinham 15 anos de idade.

Além das desigualdades de mobilidade relativa de cor ou raça, calculou-se as razões de chance de mobilidade de longa distância, conforme definido anteriormente, e a de curta distância, considerada como sendo a mobilidade dos estratos D e E para o estrato imediatamente acima "C". De forma detalhada, o cálculo da chance de mobilidade relativa de longa distância foi feito da seguinte forma: comparou-se a possibilidade de um indivíduo, cujo pai pertencia ao Estrato A, permanecer no Estrato A ao invés de descender para os Estratos D, E ou F, em relação à possibilidade de um indivíduo, cujo pai era dos Estratos D, E ou F, ascender ao Estrato A ao invés de permanecer nos Estratos de origem. Para o total da população investigada, observou-se que o indivíduo proveniente do Estrato A tem 13,7 vezes mais chance de permanecer nesse estrato se comparado à probabilidade de ascensão do indivíduo proveniente dos Estratos D, E ou F. Por sua vez, notou-se que a razão de chances de mobilidade de curta distância foi de 1,8, o que indica que a chance de mobilidade relativa de longa distância é bem menor do que a de curta distância.

Em suma, a mobilidade de longa distância no Brasil parece ser mais improvável do que a de curta distância, ilustrando a hipótese de fechamento social desenvolvido por Scalón (1999). Segundo a autora, "o fluxo mais alto de mobilidade acontece entre indivíduos que ocupam posições próximas na estrutura social, o que previne a mobilidade de longa distância" (SCALÓN, 1999, p. 111).

Mobilidade educacional

A desigualdade de oportunidades educacionais é considerada a segunda dimensão da desigualdade de oportunidades (RIBEIRO, 2017), complementando os efeitos da estrutura ocupacional. Basicamente, mensurar a desigualdade de oportunidades

educacionais envolve avaliar o efeito da família de origem e de outras características herdadas ou inatas nas chances de escolarização. Isso pode ser feito por meio das tabelas de origem e destino por nível educacional de pais e filhos, sob os mesmos moldes da análise feita para a mobilidade ocupacional. Outro tipo de análise é avaliar o impacto da família de origem nas chances de atingir determinados níveis educacionais. Nesse último caso, estudos sobre desigualdades de oportunidades educacionais enfatizam o efeito da família de origem, em especial da educação da mãe, na trajetória escolar (FRESNEDA, 2012). Pretende-se apresentar resultados de mobilidade educacional a partir dessas duas abordagens. Para tanto, utilizaram-se cinco níveis de instrução conforme a organização do sistema educacional brasileiro: sem instrução; fundamental incompleto; fundamental completo e médio incompleto; médio completo e superior incompleto; e superior completo.

A Tabela 6 resume as principais mudanças na estrutura educacional entre as gerações, apresentando a distribuição de pais e filhos pelos cinco níveis educacionais analisados. Tendo em vista que o processo de expansão educacional, que foi mais intenso para as gerações mais novas (25-44 anos de idade), é de se esperar que nível de instrução dos filhos seja ainda maior do que o dos pais nesse caso em relação à coorte mais velha (45-65 anos de idade).

Tabela 6 - Mudanças na estrutura educacional, por grupos de idade - Brasil - 2014

Nível de instrução	Distribuição dos níveis de instrução dos pais, por grupos de idade dos filhos (%)			
	Total	25-44	45-65	Diferença entre os grupos de idade
Sem instrução	34,3	27,6	43,3	(-) 15,6
Fundamental incompleto	42,2	42,4	42,0	0,4
Fundamental completo e Médio incompleto	8,2	10,2	5,4	4,9
Médio completo e Superior incompleto	10,0	13,2	5,7	7,5
Superior completo	5,3	6,5	3,7	2,8

Nível de instrução	Distribuição dos níveis de instrução dos filhos, por grupos de idade dos filhos (%)			
	Total	25-44	45-65	Diferença entre os grupos de idade
Sem instrução	7,8	4,2	12,5	(-) 8,3
Fundamental incompleto	26,3	19,6	35,2	(-) 15,6
Fundamental completo e Médio incompleto	13,7	14,6	12,5	2,1
Médio completo e Superior incompleto	34,2	42,0	23,8	18,2
Superior completo	18,0	19,5	16,0	3,5

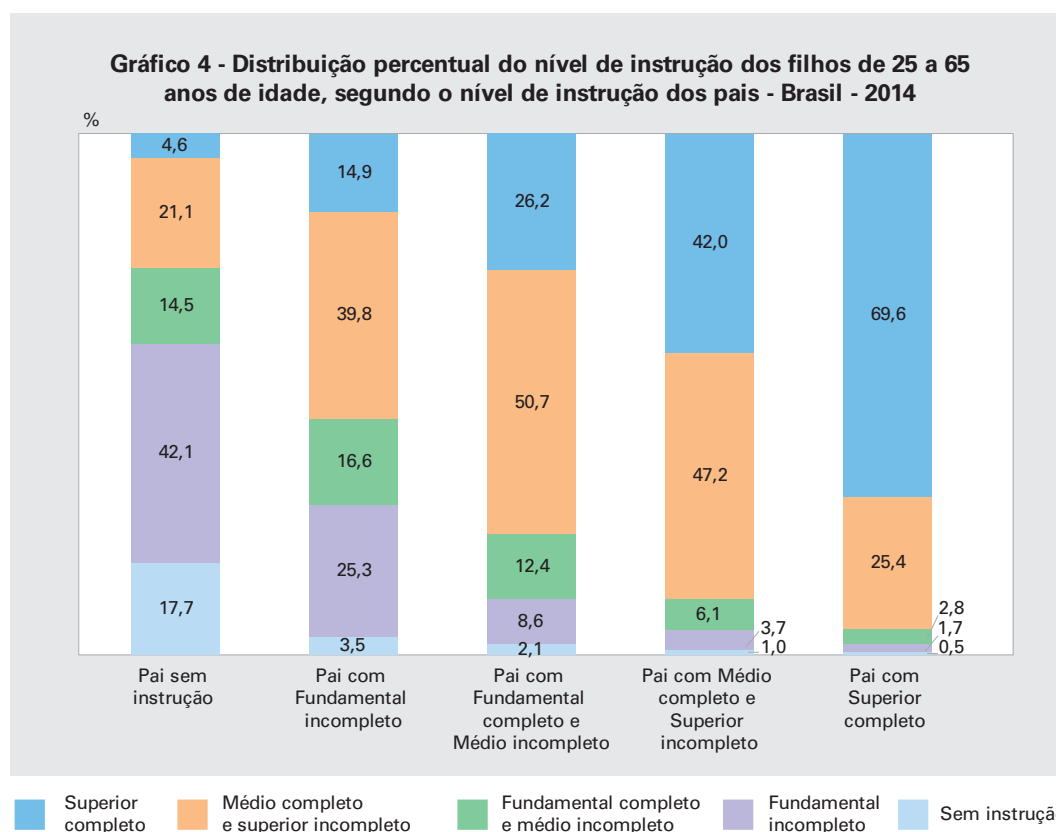
Nível de instrução	Diferença na distribuição dos níveis de instrução de filhos e pais		
	Total	25-44	45-65
Sem instrução	(-) 26,6	(-) 23,4	(-) 30,8
Fundamental incompleto	(-) 15,9	(-) 22,8	(-) 6,8
Fundamental completo e Médio incompleto	5,6	4,4	7,2
Médio completo e Superior incompleto	24,3	28,8	18,2
Superior completo	12,6	13,0	12,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: Exclusive pessoas com nível de instrução indeterminado e pessoas que não sabiam o nível de instrução do pai quando tinham 15 anos de idade.

De fato, enquanto 34,3% dos pais eram sem instrução, esse percentual caiu para 7,8% no grupo dos filhos. Logo, o percentual de pais sem instrução era 4,4 vezes maior que o percentual dos filhos nessa categoria, evidenciando a intensidade da expansão educacional brasileira. O nível imediatamente acima, ensino fundamental incompleto, concentrou o maior percentual de pais (42,2%), enquanto este grupo representava apenas 26,3% do total de filhos. Constatou-se que, em 2014, a proporção de filhos com nível superior era 3,4 vezes maior do que a dos pais, uma diferença entre as gerações de 12,6% (5,3% dos pais *versus* 18,0% dos filhos). O nível “médio completo e superior incompleto” obteve o maior acréscimo intergeracional, de 24,3 pontos percentuais, pois esse nível apresentou a maior proporção de filhos com essa escolaridade (34,2%). De forma similar, ao se comparar as duas gerações de filhos, com 25 a 44 anos de idade e 45 a 65 anos de idade, é possível observar que o nível de instrução mais frequente passou a ser o “médio completo e superior incompleto” para a geração mais nova ao invés de “fundamental incompleto” para a geração mais velha de filhos.

Os resultados gerais confirmam essa tendência, pois a mobilidade educacional total foi de 73,9%, ou seja, 73,9% dos filhos possuíam um nível educacional diferente do paterno, sendo que 68,9% deles apresentaram mobilidade ascendente e apenas 5,0% descendente (Tabela 3.1). O Gráfico 4 permite visualizar como se distribuiu o nível educacional alcançado pelos filhos para cada nível de instrução paterno, ou seja, detalha o movimento intergeracional de origem e destino educacional.



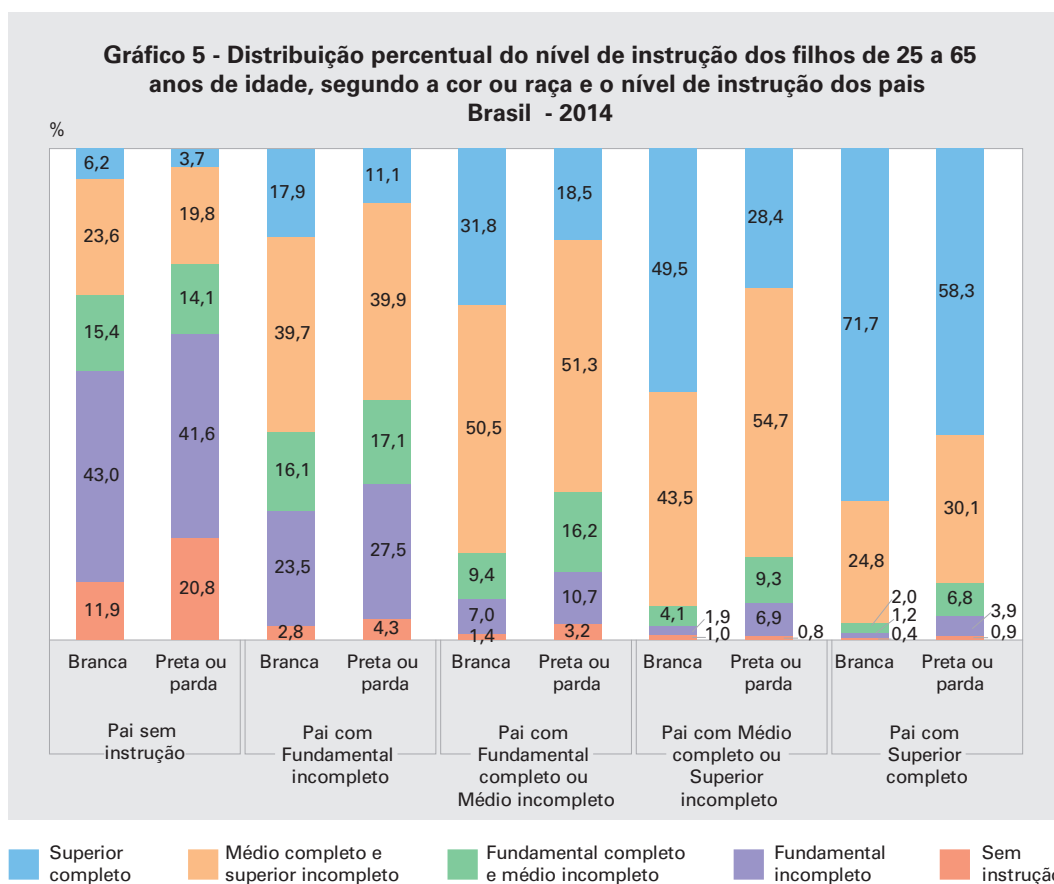
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: Excluídas pessoas com nível de instrução indeterminado e pessoas que não sabiam o nível de instrução do pai, quando tinham 15 anos de idade.

Desigualdades no acesso a níveis educacionais mais elevados entre gerações de pais e filhos, dependendo do nível de instrução dos pais, são indícios de desigualdade de oportunidades educacionais. O Gráfico 4 resume os resultados da tabela de mobilidade a partir dos fluxos de “origem-destino”, adotando análise similar à realizada para a mobilidade ocupacional. É possível verificar que quanto maior o nível de instrução dos pais, maior a proporção de filhos que alcançaram o nível “superior completo”. Enquanto apenas 4,6% dos filhos cujos pais não tinham instrução conseguiram concluir o ensino superior, 69,6% deles concluíram esse nível de ensino, dado que seus pais também possuíam ensino superior completo. A mesma tendência pode ser observada em relação à conclusão do ensino médio. Os filhos de pais com ensino superior apresentam um percentual 3,7 vezes maior de possuírem ao menos o ensino médio completo se comparados aos filhos de pais sem instrução, totalizando 95,1% e 25,8%, respectivamente. Esses exemplos evidenciam a existência de uma barreira intergeracional para acréscimo de escolaridade, dependendo da educação paterna.

A desigualdade de oportunidades educacionais não se manifesta com a mesma intensidade para todos os grupos de filhos. O Gráfico 5 apresenta os fluxos de “origem-destino” educacional por cor ou raça do entrevistado de 25 a 65 anos de idade e mostra que, tanto para brancos quanto para pretos ou pardos, o aumento do nível educacional paterno é acompanhado pelo aumento do percentual de filhos que alcançam o ensino superior. Entretanto, esse impacto da educação paterna é maior entre os brancos do que entre os pretos ou pardos, evidenciando a vantagem da população branca em converter sua herança educacional em acesso a esse nível de ensino. Por exemplo, o percentual de filhos brancos cujo pai possuía ensino médio completo ou superior incompleto que concluíram o ensino superior foi de 49,5%, enquanto esse percentual para os filhos pretos ou pardos foi de 28,4%. Esses resultados vão ao encontro de estudos anteriores que concluíram que a desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil é marcada pela estratificação racial e que essa desigualdade parece ser ainda mais acentuada nos níveis mais elevados do sistema educacional (FERNANDES, 2005; HASENBALG, 1979; RIBEIRO, 2009, 2011, 2017; SILVA, 2003).

Como consequência da desigualdade de oportunidades educacionais por cor ou raça, constata-se um diferencial considerável no nível de instrução de brancos e pretos ou pardos, a partir do perfil educacional de pais e filhos da população 25 a 65 anos de idade. Analisando os dados da Tabela 7 abaixo, dentre os filhos brancos, 24,6% possuem ensino superior completo, enquanto essa proporção para pretos ou pardos era de 10,6%. No outro extremo, o percentual de pretos ou pardos e de brancos sem instrução foi de 11,2% e 4,4%, respectivamente. Ainda comparando os extremos, observa-se que, em relação ao total da população analisada com ensino superior completo, 71% eram brancos e apenas 29% pretos ou pardos. Por sua vez, dentre aqueles sem instrução, 29,4% eram brancos e 70,6%, pretos ou pardos.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: Excluídas pessoas com nível de instrução indeterminado e pessoas que não sabem o nível de instrução do pai, quando tinham 15 anos de idade.

**Tabela 7 - Distribuição educacional, por cor ou raça, segundo o nível de instrução
Brasil - 2014**

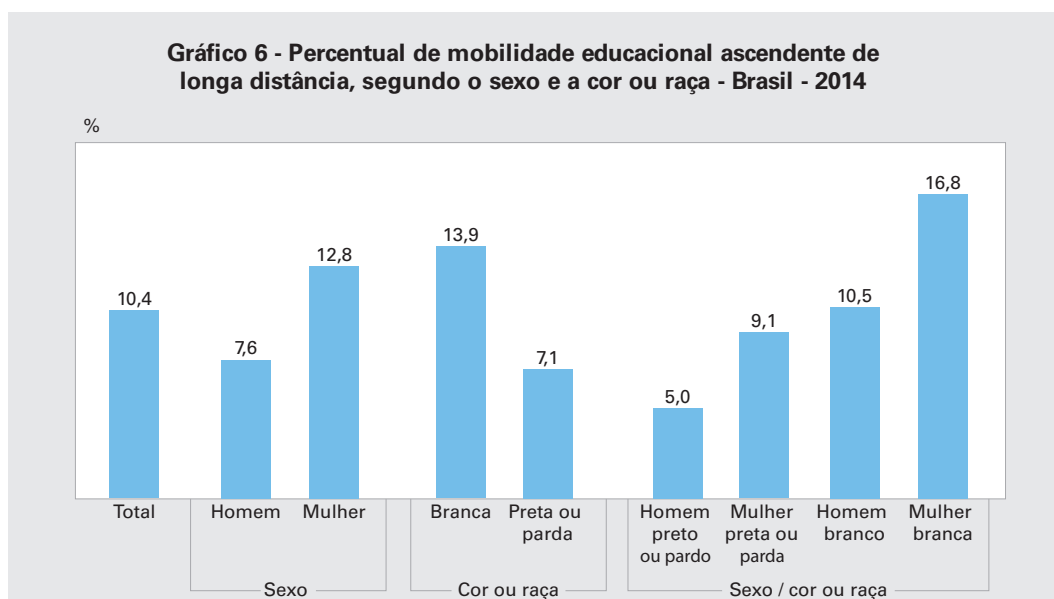
Nível de instrução	Distribuição dos níveis de instrução por cor ou raça (%)				Distribuição das pessoas por cor ou raça, segundo os níveis de instrução (%)		
	Total(1)	Branca	Preta ou parda	Diferença entre os grupos	Total(1)	Branca	Preta ou parda
Sem instrução	7,7	4,4	11,2	(-) 6,8	100,0	29,4	70,6
Fundamental incompleto	26,1	22,3	30,6	(-) 8,3	100,0	43,5	56,5
Fundamental completo e Médio incompleto	13,6	12,7	14,9	(-) 2,2	100,0	47,3	52,7
Médio completo e Superior incompleto	34,1	36,0	32,7	3,3	100,0	53,7	46,3
Superior completo	17,6	24,6	10,6	14,0	100,0	71,0	29,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: Excluídas pessoas com nível de instrução indeterminado e pessoas que não sabem o nível de instrução do pai, quando tinham 15 anos de idade.

(1) Excluídas as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

As diferenças de mobilidade educacional também podem ser observadas a partir da comparação entre os percentuais de mobilidade educacional de longa distância de filhos com distintas características de sexo e cor ou raça. Definiu-se mobilidade ascendente de longa distância como sendo o percentual de filhos cujos pais eram sem instrução ou tinham ensino fundamental incompleto (76,5% do total de pais) que alcançaram o ensino superior. De acordo com os dados do Gráfico 6, observamos que as pessoas de cor ou raça preta ou parda e os filhos homens eram os grupos com menor percentual de mobilidade ascendente de longa distância. Como consequência, apenas 5,0% do grupo que acumula a dupla desvantagem de ser homem e da cor preta ou parda alcançaram o ensino superior completo. Por sua vez, as mulheres brancas possuíam os maiores percentuais de ascensão ao ensino superior completo, atingindo 16,8%. Novamente, esses resultados evidenciam a vantagem das pessoas brancas em alcançar o topo da estrutura educacional brasileira. Eles também estão condizentes com os resultados relativos ao efeito da variável sexo em estudos de desigualdade de oportunidades educacionais que indicam vantagem para as mulheres em todas as etapas de escolarização em relação aos homens (FERNANDES, 2005; HASENBALG, 1979; RIBEIRO, 2009, 2011, 2017; SILVA, 2003).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

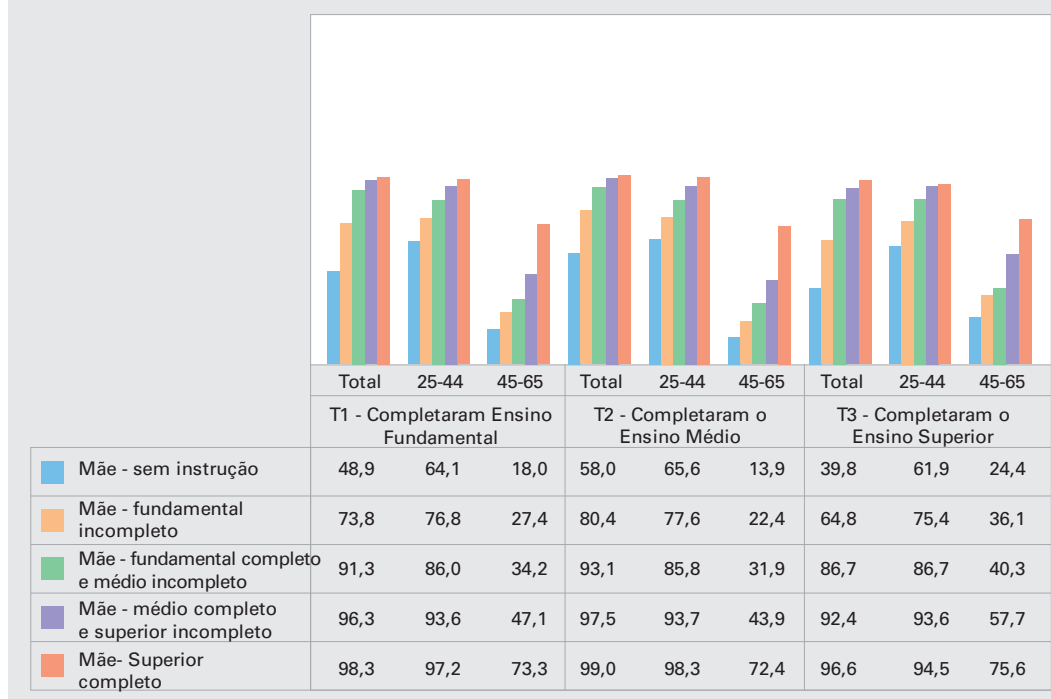
Nota: Excluiu-se pessoas com nível de instrução indeterminado e pessoas que não sabiam o nível de instrução do pai, quando tinham 15 anos de idade.

Finalmente, existe uma longa tradição de estudos na Sociologia que analisa as desigualdades educacionais por meio da progressão escolar (BOUDON, 1973; JONSSON, 1996; RAFTERY; HOUT, 1993; SHAVIT; BLOSSFELD, 1993). Independentemente do processo de expansão educacional que ocorreu no Brasil a partir dos anos 80, diversos estudos apontaram a permanência de níveis elevados de desigualdades de oportunidades educacionais, especialmente no que diz respeito ao acesso às etapas mais avançadas do nosso sistema de ensino (FERNANDES, 2005; GUIMARÃES; RIOS-NETO, 2010; MONT'ALVÃO, 2011; RIBEIRO, 2009, 2011; SILVA, 2003; SOUZA, RIBEIRO, CARVALHAES, 2010; TORCHE, 2010; TORCHE, RIBEIRO, 2010).

Esse tipo de análise da desigualdade de oportunidades educacionais avalia a evolução das chances de transições educacionais sequenciais, ou seja, procura mensurar o efeito da família de origem, especialmente da educação da mãe, nas chances de completar determinada etapa do sistema de ensino dado que a pessoa tenha concluído a etapa anterior. Analisou-se descritivamente o resultado de três transições educacionais em relação à educação materna: completar o ensino fundamental, dado que a pessoa tenha ingressado nesse nível de ensino (primeira transição, a partir daqui “T1”), completar o ensino médio, dado que tenha concluído o ensino fundamental (T2), e completar o ensino superior, dado que tenha concluído o ensino médio (T3). Os percentuais da população de 25 a 65 anos de idade que completaram as transições condicionais T1, T2 e T3 foram: 71,5%, 79,2% e 34,4%.

A partir dos resultados do Gráfico 7, é fácil observar que, para a geração de 25 a 44 anos de idade, o efeito do perfil educacional materno é mais homogêneo do que para a geração de 45 a 65 anos nas três transições analisadas. Isso significa, por exemplo, que a diferença entre o percentual de pessoas que concluíram a transição “T2” cuja mãe era sem instrução em relação àquelas cuja mãe possuía nível superior completo é menor para a geração mais jovem. Esse diferencial era de 58,5 pontos percentuais entre os filhos mais velhos e de 32,7 entre os mais novos. Além disso, o percentual de pessoas do grupo jovem que concluíram com sucesso as três transições, independentemente da educação materna, é maior do que o mesmo percentual para o grupo mais velho, evidenciando novamente os resultados da expansão educacional brasileira.

Gráfico 7 - Proporção de pessoas de 25 a 65 anos de idade que completaram três transições educacionais condicionais por nível de instrução da mãe, segundo os grupos de idade - Brasil - 2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: Excluídas pessoas com nível de instrução indeterminado e pessoas que não sabiam o nível de instrução do pai, quando tinham 15 anos de idade.

Conclusão

Adotando como referência os estudos de desigualdade de oportunidades, procurou-se analisar os dados do Suplemento de Mobilidade Sócio-Ocupacional da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014 em relação aos resultados de mobilidade ocupacional e educacional da população brasileira, trazendo recortes por sexo e cor ou raça.

Os dados de mobilidade ocupacional, medida em termos de alterações no tipo de ocupação dos filhos em relação à de seus pais, evidenciam mudanças na estrutura ocupacional brasileira concentradas na redução das ocupações ligadas ao setor agrícola, acompanhando o processo de urbanização. Essas mudanças resultaram no esvaziamento do estrato rural e em uma mobilidade ascendente de 50,0%, especialmente destinada aos estratos ocupacionais inferiores. As mulheres apresentaram um percentual de mobilidade superior àquele observado para homens, tanto ascendente quanto descendente, o que foi condizente com os diferenciais no perfil ocupacional por sexo. Isso está também relacionado aos melhores resultados educacionais das mulheres, fator que, em conjunto com a remuneração, identifica os estratos ocupacionais mais altos, para os quais as mulheres se destinaram quando comparadas aos pais, muitos desses originários de ocupações rurais e urbanas manuais.

Os dados de mobilidade educacional evidenciam o impacto do processo de expansão educacional na medida em que o nível de instrução dos filhos é consideravelmente superior ao dos pais, totalizando uma mobilidade ascendente de 68,9%. Conforme esperado, constatou-se a existência de desigualdades educacionais em função do nível de instrução dos pais, especialmente no acesso a níveis educacionais mais elevados. Há uma barreira intergeracional mais intensa para se alcançar o ensino superior entre as pessoas da cor ou raça preta ou parda em relação às brancas e entre os homens em comparação às mulheres.

Em termos gerais, é esperado que mais indivíduos decidam investir em educação, devido à queda geral dos custos relativos da escolarização proporcionada pela expansão educacional. Como consequência, mudanças na estrutura educacional tendem a ocorrer de forma mais acelerada do que na ocupacional, fazendo com que fique cada vez mais difícil garantir a inserção dessa nova geração mais escolarizada em um estrato ocupacional ao qual os indivíduos com o mesmo nível educacional tinham acesso na geração anterior (ANDERSON, 1961; BOUDON, 1973). Apesar de a educação continuar sendo a principal determinante das chances de mobilidade, a perda do efeito da educação nas chances de mobilidade ocupacional que foi observada em estudos recentes pode ser resultado dessa tendência para o Brasil (SOUZA, RIBEIRO, CARVALHAES, 2010).

Referências

ACESSO à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 82 p. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?edicao=9131&t=publicacoes>>. Acesso em: nov. 2017.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. *Counting and multidimensional poverty measurement*. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative - OPHI, 2008. 33 p. (OPHI working papers, n. 7). Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp7.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

ALKIRE, S. et al. *Multidimensional poverty measurement and analysis*. 1st. ed. New York: Oxford University Press, 2015. 356 p.

ANDERSON, C. A. A skeptical note on the relation of vertical mobility to education. *American Journal of Sociology*, Chicago: University of Chicago Press, v. 66, n. 6, p. 560-570, May 1961.

ANKER, R. et al. *Measuring decent work with statistical indicators*. Geneva: International Labour Office - ILO, Policy Integration Department, 2002. 74 p. (Working paper, n. 2). Disponível em: <http://www.oit.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---integration/documents/publication/wcms_079089.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

ATHIAS, L.; MATOS, G. Mobilidade social. In: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (Org.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. p. 160-192. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 2). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

ATHIAS, L.; OLIVEIRA, L. Indicadores de padrão de vida e distribuição de renda. In: SIMÕES, A.; FRESNEDA, B. (Org.). *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016. p. 110-157. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 5). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98624.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

BARR, N. *The economics of the welfare state*. 5th ed. Oxford: Oxford University Press, c2012. 386 p.

BOUDON, R. *L'inégalité des chances: la mobilité sociale dans les sociétés industrielles*. Paris: A. Colin, 1973. 237 p. (Collection U: sociologie).

BOURGUIGNON, F. et al. The millennium development goals: an assessment. In: KANBUR, R.; SPENCE, M. (Ed.). *Equity and growth in a globalizing world*. Washington, DC: World Bank, Commission on Growth and Development, 2010. p. 17-39. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTPREMNET/Resources/489960-1338997241035/Growth_Commission_Equity_Growth_Globalizing_World.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 136, n. 241-E, 16 dez. 1998. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm>. Acesso em: nov. 2017.

_____. Decreto n. 76.900, de 23 de dezembro de 1975. Institui a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 113, n. 246, 24 dez. 1975. Seção 1, p. 17046. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d76900.htm>. Acesso em: nov. 2017.

_____. Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Brasília, DF, ano 82, n. 184, 9 ago. 1943. Seção 1, p. 11937-11984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: nov. 2017.

_____. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 131, n. 233, 8 dez. 1993. Seção 1, p. 18769-18772. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: nov. 2017.

_____. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - Sinajuve. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 150, n. 150, 6 ago. 2013. Seção 1, p. 1-4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: nov. 2017.

_____. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1^a de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 154, n. 134, 14 jul. 2017. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em: nov. 2017.

BREEN, R.; JONSSON, J. O. Inequality of opportunity in comparative perspective: recent research on educational attainment and social mobility. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto: Annual Reviews, v. 31, p. 223-243, 2005.

CAILLAUX, E. L. Cor e mobilidade social no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 26, p. 53-66, set. 1994.

CARVALHO, A. P. de; NERI, M. C. Mobilidade ocupacional e raça: origens, destinos e riscos dos afro-brasileiros. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, Escola de Pós-Graduação em Economia - EPGE, 2000. 62 p. (Ensaio econômico, n. 392). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/408/1238.pdf?sequence=2>>. Acesso em: nov. 2017.

CHILDHOOD poverty in Latin America and the Caribbean. Washington, DC: World Bank Group, 2016. 4 p. Acima do título: Poverty and inequality monitoring: Latin America and the Caribbean. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/556441468196194868/pdf/106573-BRI-PUBLIC.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

COBHAM, A. *Palma vs Gini*: measuring post-2015 inequality. London: Center for Global Development, 2013. Disponível em: <<http://www.cgdev.org/blog/palma-vs-gini-measuring-post-2015-inequality>>. Acesso em: nov. 2017.

COBO, B.; ATHIAS, L.; MATOS, G. G. de. A multidimensionalidade da pobreza a partir da efetivação de direitos sociais fundamentais: uma proposta de análise. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, Brasília, DF: Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Avaliação, n. 8, p. 4-31, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/_rbma_8.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE ESTADÍSTICOS DEL TRABAJO, 19., 2008, Ginebra. *Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo*: resolución I. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2013. 22 p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

CONFERENCIA REGIONAL SOBRE POBLACIÓN Y DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2., 2015, Ciudad de México. *Guía operacional para la implementación y el seguimiento del consenso de Montevideo sobre población y desarrollo*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2015. 145 p. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/38935/S1500860_es.pdf;jsessionid=16484629A2D58D8522CD1B0E90175762?sequence=1>. Acesso em: out. 2017.

CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOCIAL (México). Metodología para la medición multidimensional de la pobreza en México. *Realidad, Datos y Espacio: revista internacional de estadística y geografía*, Aguascalientes [México]: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - Inegi, v. 2, n. 1, p. 36-63, enero/abr. 2011. Disponível em: <<http://www.inegi.org.mx/rde/2011/01/10/metodologia-para-la-medicion-multidimensional-de-la-pobreza-en-mexico/>>. Acesso em: nov. 2017.

DEATON, A.; ZAIDI, S. *Guidelines for constructing consumption aggregates for welfare analysis*. Washington, DC: World Bank, 2002. 104 p. (Living standards measurement study. Working paper, n. 135). Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTPA/Resources/429966-1092778639630/deatonZaidi.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

DECENT work country profile: a sub-national perspective in Brazil. Brasília, DF: International Labour Office - ILO, Country Office for Brazil, 2013. 392 p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/dgreports/--integration/documents/publication/wcms_228791.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

ESTATÍSTICAS de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 162 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 33). Acima do título: Sistema nacional de informações de gênero. Acompanha 1 CD- ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10411&t=publicacoes>>. Acesso em: nov. 2017

FERES, J. C.; VILLATORO, P. *A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2013. 88 p. (Cadernos de estudos desenvolvimento social em debate, n. 15). Disponível em: <<http://docplayer.com.br/14827709-Cadernos-de-estudos-desenvolvimento-social-em-debate-a-viabilidade-de-se-erradicar-a-pobreza-uma-analise-conceitual-e-metodologica.html>>. Acesso em: nov. 2017.

FERNANDES, D. C. Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor. In: PRÊMIO IPEA 40 anos: IPEA-Caixa 2004: monografias premiadas. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2005. p. 21-72.

FERREIRA, F.; SANCHEZ, C. A richer array of international poverty lines. In: WORLD BANK. *Let's Talk Development*. Washington, DC, 2017.

Disponível em: <<http://blogs.worldbank.org/developmenttalk/richer-array-international-poverty-lines>>. Acesso em: out. 2017.

FRESNEDA, B. Desigualdades educacionais no ensino médio brasileiro: avanços e persistências. 2012. 209 p. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6925>. Acesso em: nov. 2017.

GASPARINI, L. et al. *Multidimensional poverty in Latin America and the Caribbean: new evidence from the Gallup World Poll*. Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata - UNLP, Centro de Estudios Distributivos, Laborales y Sociales - Cedlas, 2010. 30 p. (Documento de trabajo, n. 100). Disponível: <<https://pdfs.semanticscholar.org/205e/2cd56c7f20eea4d095435fd12b6c434db730.pdf>>. Acesso em: nov. 2017

GHOSHEH JUNIOR, N. S.; LEE, S.; McCANN, D. *Conditions of work and employment for older workers in industrialized countries: understanding the issues*. Geneva: International Labour Organization - ILO, 2006. 52 p. (Conditions of work and employment series, n. 15). Disponível em: <http://www.ilo.int/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_travail_pub_15.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

GOLDTHORPE, J. H.; MILLS, C. Trends in intergenerational class mobility in Britain: evidence from national surveys, 1972-2005. *National Institute Economic Review*, London: National Institute of Economic and Social Research - NIESR, v. 205, n. 1, p. 83-100, 2008.

GRANOVETTER, M. *Getting a job: a study of contacts and careers*. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, c1995. 251 p.

A GUIDE to the Sedlac: socio-economic database for Latin America and the Caribbean. Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata - UNLP, Centro de Estudios Distributivos, Laborales y Sociales - Cedlas; Washington, DC: World Bank, 2014. 63 p. Disponível em: <http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/wp/wp-content/uploads/Methodological_Guide_v201404.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

GUIMARÃES, R. R. de M.; RIOS-NETO, E. L. G. *Desigualdade de oportunidades educacionais: seletividade e progressão por série no Brasil, 1986 a 2008*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar, 2010. 32 p. (Texto para discussão, n. 385). Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20385.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 302 p. (Biblioteca de ciências sociais. Sociologia, v. 10).

_____. Raça e mobilidade social. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro:

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, 1988. cap. 6, p. 164-182. (Grande Brasil: veredas, v. 7).

HUMAN development report 2016: human development for everyone. New York: United Nations Development Programme - UNDP, 2016. 270 p. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

IGUALDADE de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho - OIT, 2010. 214 p. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/igualdade_genero_262.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

IN it together: why less inequality benefits all. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2015. 332 p. Disponível em: <http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/employment/in-it-together-why-less-inequality-benefits-all_9789264235120-en#page1>. Acesso em: nov. 2017.

INCHAUSTE, G. et al. *Understanding changes in poverty*. Washington, DC: World Bank Group, 2014. 171 p. (Directions in development. Poverty). Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/275271468336660502/pdf/802480PUB0978100Box385239B00PUBLIC0.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

INDICADORES sociais: relatório 1979. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 441 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=28120>>. Acesso em: nov. 2017.

INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 19., 2008, Geneva. *Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization: resolution I*. Geneva: International Labour Office - ILO, 2013. 19 p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_230304.pdf> Acesso em: nov. 2017.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Decent work indicators: guidelines for producers and users of statistical and legal framework indicators: ILO manual: second version*. Geneva, ILO, 2013. 257 p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---integration/documents/publication/wcms_229374.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

JOLLIFFE, D.; PRYDZ, E. B. Estimating international poverty lines from comparable national thresholds. *The Journal of Economic Inequality*, New York: Springer, v. 14, n. 2, p. 185-198, June 2016.

JONSSON, J. O. Stratification in post-industrial society: are educational qualifications of growing importance?. In: ERIKSON, R.; JONSSON, J. O. (Ed.). *Can education be equalized?: the swedish case in comparative perspective*. Boulder: Westview Press, 1996. p. 113-144. (Social inequality series).

MANUAL de orientação [da] relação anual de informações sociais - RAIS: ano-base 2016. Brasília, DF: Ministério do Trabalho, 2016. 49 p. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/rais_ftp/ManualRAIS2016.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

MAPA de pobreza e desigualdade: municípios brasileiros 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 1 DVD. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=241385>>. Acesso em: nov. 2017.

MEASURING of decent work: discussion paper for the tripartite meeting of experts on measurement of decent work. Geneva: International Labour Office - ILO, 2008. 61 p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---integration/documents/meetingdocument/wcms_098027.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

MEDEIROS, M. *O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo: Hucitec: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, 2005. 299 p.

MEURET, D. Rawls, l'éducation et l'égalité des chances. In: _____. (Ed.). *La justice du système éducatif*. Paris: De Boeck Université, c1999. p. 37-54. (Pédagogies en développement).

MOBILIDADE sócio-ocupacional 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 76 p. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?edicao=17983&t=publicacoes>>. Acesso em: nov. 2017.

MONT'ALVÃO, A. Estratificação educacional no Brasil do século XXI. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP, v. 54, n. 2, p. 389-430, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000200006>. Acesso em: nov. 2017.

MORGAN, M. Extreme and persistent inequality: new evidence for Brazil combining national accounts, surveys and fiscal data, 2001-2015. [S.l.]: World Wealth and Income Database, 2017. 49 p. (Working paper series, n. 12) Disponível em: <<http://wid.world/document/extreme-persistent-inequality-new-evidence-brazil-combining-national-accounts-surveys-fiscal-data-2001-2015-wid-world-working-paper-201712/>>. Acesso em: nov. 2017.

MOSSBERGER, K.; TOLBERT, C. J.; FRANKO, W. *Digital cities: the internet and the geography of opportunity*. New York: Oxford University Press, 2012. 349 p.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Declaração universal dos direitos humanos*. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, 1998. [6] p. Adotada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, Paris,

em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio, 2015. Adotada pela Resolução A/RES/70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: nov. 2017.

OBJETIVOS de desarrollo del milenio: una mirada desde América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2005. 335 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/objmilperspalec.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

OBJETIVOS de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília, DF: Presidência da República: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010. 182 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408_relatoriiodm.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

OSÓRIO, R. G. *Mobilidade social sob a perspectiva da distribuição de renda*. 2003. 168 p. Dissertação (Mestrado)–Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília - UnB, Brasília,DF, 2003.

PALMA, J. G. *Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the “inverted-u”*: the share of the rich is what it’s all about. Cambridge [Reino Unido]: University of Cambridge, Faculty of Economics, 2011. 65 p. (Cambridge working papers in economics - CWPE, 1111). Disponível em: <<http://www.econ.cam.ac.uk/research-files/repec/cam/pdf/cwpe1111.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz: EdUSP, 1979. 217 p. (Biblioteca básica de ciências sociais. Série 1: estudos brasileiros, 1).

PASTORE, J.; SILVA, N. do V. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000. 98 p.

PEARCE, K. E.; RICE, R. E. Digital divides from access to activities: comparing mobile and personal computer internet users. *Journal of Communication*, Washington, DC: International Communication Association - ICA, v. 63, n. 4, p. 721-744, Aug. 2013.

PERFIL do trabalho decente no Brasil. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho - OIT, 2009. 57 p. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/perfil_do_trabalho_decente_301.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

PERFIL do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da federação. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho - OIT, 2012. 412 p. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/indicadorestdnovo_880.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

PERSPECTIVAS sociais e de emprego no mundo: tendências para mulheres no mercado de trabalho 2017. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho - OIT, 2017. 1 p. Disponível em: <<http://www>.

ilo.org/wcm5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_558014.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua. Nota técnica: divulgação do rendimento domiciliar calculado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 1 p. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: out. 2017.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua. Nota técnica 02/2016: medidas de subutilização da força de trabalho. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 8 p. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: out. 2017.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua: notas técnicas: versão 1.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 36 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101237.pdf>>. Acesso em: nov. 2017

PIKETTY, T.; SAEZ, E. Inequality in the long run. *Science*, Washington, DC: American Association for the Advancement of Science - AAAS, v. 344, n. 6186, p. 838-843, May 2014. Disponível em: <<https://eml.berkeley.edu/~saez/piketty-saezScience14.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

POLÍTICA de valorização do salário mínimo: depois de 20 anos, reajuste fica abaixo da inflação (INPC). São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese, 2017. 13 p. (Nota técnica, n. 166). Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTecsalariomimimo2017.pdf>>. Acesso em: out. 2017.

RAFTERY, A. E.; HOUT, M. Maximally maintained inequality: expansion, reform, and opportunity in irish education, 1921-75. *Sociology of Education*, Washington, DC: American Sociological Association - ASA, v. 66, n. 1, p. 41-62, Jan. 1993. Disponível em: <<https://www.csss.washington.edu/~raftery/Research/PDF/hout1993.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

RIBEIRO, C. A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000400006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: nov. 2017.

_____. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: nov. 2017.

_____. Desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil: classe, gênero e raça. In: _____. *Desigualdade de oportunidades no Brasil*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009. p. 21-71. (Trabalho e desigualdade).

_____. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: EdUSC; São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, 2007. 370 p. (Ciências sociais).

_____. Quatro décadas de mobilidade social no Brasil. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP, v. 55, n. 3, p. 641-679, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: nov. 2017.

_____. Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, ano 23, n. 62, p. 49-65, abr. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29977&Itemid=9>. Acesso em: nov. 2017.

RIBEIRO, C. A. C.; SCALON, M. C. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP, v. 44, n. 1, p. 53-96, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000100004>. Acesso em: nov. 2017.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2003. 244 p.

ROEMER, J. E. *Equality of opportunity*. Cambridge [Estados Unidos]: Harvard University Press, 1998. 120 p.

SACHS, J. D. *The end of poverty: economic possibilities for our time*. Foreword by Bono. New York: Penguin Press, 2005. 396 p. Disponível em: <http://www.economia.unam.mx/cedrus/descargas/jeffrey_sachs_the_end_of_poverty_economic_possibilities_for_our_time__2006.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

SANTOS, M. E. et al. *Refining the basic needs approach: a multidimensional analysis of poverty in Latin America*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2010. 25 p. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Medición Multidimensional de la Pobreza en América Latina, realizado em Santiago de Chile, 2010. Disponível em: <http://www.cepal.org/deype/noticias/noticias/0/38360/Santos_Lugo__Lopez_Calva__Cruces_and_Battiston.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

SCALON, M. C. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, 1999. 190 p.

SEN, A. *Inequality reexamined*. New York: Russell Sage Foundation; Cambridge [Estados Unidos]: Harvard University Press, 1992. 207 p.

SHAVIT, Y.; BLOSSFELD, H. (Ed.) *Persistent inequality: changing educational attainment in thirteen countries*. Boulder: Westview Press, 1993. 396 p. (Social inequality series).

SILVA, N. do V. Cor e mobilidade ocupacional. In: PASTORE, J.; SILVA, N. do V. *Mobilidade social no Brasil*. Prefácio Fernando Enrique Cardoso. São Paulo: Makron Books, 2000. p. 85-98.

_____. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (Org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, c2003. p. 105-146.

SILVA, N. do V.; HASENBALG, C. Família, cor e acesso à escola no Brasil. *The Journal of Afro-Latin American Studies and Literatures*, Knoxville: New Paradigm Press, v. 1, n. 1, p. 109-134, Fall 1993-1944.

SILVA, S. P. da. Políticas de acesso à internet no Brasil: indicadores, características e obstáculos. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, ano 16, n. 3, p. 151-171, 2015. Disponível em: <<http://www.kas.de/brasilien/pt/publications/42202/>>. Acesso em: nov. 2017.

SÍNTESE de indicadores sociais 2012: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 289 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 29). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=17068&t=publicacoes>>. Acesso em: ago. 2016.

SÍNTESE de indicadores sociais 2015: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 132 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 35). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=10738&t=publicacoes>>. Acesso em: nov. 2017.

SÍNTESE de indicadores sociais 2016: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 138 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 36). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=9222&t=publicacoes>>. Acesso em: nov. 2017.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 12, 23 p. (Contas nacionais, n. 56). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?&t=publicacoes>>. Acesso em: nov. 2017.

SOARES, S. S. D. *Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2009. 50 p. (Texto para discussão, n. 1381). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1381.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

SOCIETY at a glance 2014: OECD social indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2014. 143 p. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/society-at-a-glance-2014_soc_glance-2014-en>. Acesso em: nov. 2017.

SOCIETY at a glance 2016: OECD social indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2016. 135 p. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/society-at-a-glance_19991290>. Acesso em: nov. 2017.

SOUZA, P. F. de; RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Desigualdade de oportunidades no Brasil: considerações sobre classe, educação e raça. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, v. 25, n. 73, p. 77-100, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: nov. 2017.

SPICKER, P. Definitions of poverty: twelve clusters of meaning. In: GORDON, D.; SPICKER, P. (Ed.). *The international glossary on poverty*. Londres: Zed Books, 1999. p. 229-243. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/dbdf/ddfcf874980cf46197ca5912bdd780aa3b11.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

THE SUSTAINABLE development goals report 2016. New York: United Nations, 2016. 52 p. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/07/The_Sustainable_Development_Goals_Report_2016.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

THE SUSTAINABLE development goals report 2017. New York: United Nations, 2017. 60 p. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/files/report/2017/TheSustainableDevelopmentGoalsReport2017.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

TELLES, E. E. Industrialização e desigualdade racial no emprego: o exemplo brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 26, p. 21-51, set. 1994.

_____. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: Ford Foundation, 2003. 347 p.

TORCHE, F. Economic crisis and inequality of educational opportunity in Latin America. *Sociology of Education*, Washington, DC: American Sociological Association - ASA, v. 83, n. 2, p. 85-110, Apr. 2010.

TORCHE, F.; RIBEIRO, C. A. C. Pathways of change in social mobility: industrialization, education and growing fluidity in Brazil. *Research in Social Stratification and Mobility*, Amsterdam: Elsevier, v. 28, n. 3, p. 291-307, Sept. 2010.

UNITED NATIONS. *Sustainable development goals*. New York, 2015. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/sdgs>>. Acesso em: nov. 2017.

WHAT do we mean by “youth”? Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - Unesco, [2017?]. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/youth/youth-definition/>>. Acesso em: nov. 2017.

WHAT does NEETs mean and why is the concept so easily misinterpreted?. Geneva: Internacional Labour Office - ILO, 2015. 13 p. (Technical brief, n. 1). Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/publication/wcms_343153.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

Anexos

- 1 Notas sobre a PNAD Contínua**
- 2 Grupamentos e divisões de atividade**
- 3 Composição dos estratos ocupacionais**

1 Notas sobre a PNAD Contínua⁶²

O Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, implantado progressivamente no Brasil a partir de 2006, teve como finalidade a reformulação das pesquisas domiciliares do IBGE, cujo objetivo foi, entre outros, proporcionar indicadores sobre o mercado de trabalho de curto prazo, com abrangência nacional, produzindo informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. O SIPD constitui um modelo de produção de pesquisas amostrais domiciliares no qual o planejamento, a execução, a análise e a disseminação dos resultados são conduzidos de forma coordenada, não só facilitando o atendimento de novas demandas como também otimizando os recursos utilizados. Destaca-se, entre outros aspectos, que a amostra de cada uma das pesquisas desse sistema corresponde a uma parte ou à integralidade de uma amostra mestra, e os conceitos e os processos são harmonizados entre elas.

Dentre as pesquisas que fazem parte do SIPD, está a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua que, a partir de janeiro de 2012, foi implantada em todo o Território Nacional, passando a fazer parte, em caráter definitivo, do conjunto de pesquisas correntes do IBGE. Ela destina-se a produzir informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho associada a características demográficas e de educação, e, também, para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País, agregando a produção de resultados anuais sobre temas permanentes da pesquisa (como trabalho infantil e outras formas de trabalho, migração, fecundidade etc.) e outros aspectos relevantes selecionados de acordo com as necessidades de informação.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes, investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais, sendo produzidos, também, com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares.

Data e períodos de referência

Semana de entrevista - Semana de domingo a sábado destinada à realização das entrevistas nas unidades domiciliares de um determinado grupo de setores.

Semana de referência - Semana de domingo a sábado que precede a semana de entrevista. Esse período é utilizado, por exemplo, na captação de informações sobre pessoas ocupadas, dias e horas trabalhados efetivamente, dedicação à atividade de produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso, e dedicação à atividade de cuidado de pessoas.

Último dia da semana de referência - Data que finaliza a semana de referência. É utilizada como data de referência para calcular a idade das pessoas, o tempo de

⁶² Extraído das notas técnicas da PNAD Contínua, que podem ser acessadas no portal do IBGE na Internet, no endereço: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101237.pdf>>.

permanência no trabalho das pessoas ocupadas, e o tempo de procura de trabalho para as não ocupadas.

Período de referência de 30 dias - Período de 30 dias que finaliza no último dia da semana de referência. Esse período é utilizado na captação de informações sobre a procura efetiva de trabalho.

Período de referência de 30 dias contados a partir do 1º dia da semana de referência - Período utilizado na captação de informações sobre a disponibilidade das pessoas ocupadas para iniciar um trabalho adicional ou trocar de trabalho.

Mês de referência - Mês anterior ao que contém a semana de referência. Esse período é utilizado na captação de informações sobre os rendimentos de trabalho efetivamente recebidos, além de outros rendimentos, tais como: pensão alimentícia, seguro-desemprego etc.

Plano amostral

O plano amostral adotado na PNAD Contínua é conglomerado em dois estágios de seleção, com estratificação das unidades primárias de amostragem. A definição de tais unidades levou em consideração o tamanho dos setores censitários, sendo que cada uma delas devia possuir ao menos 60 domicílios particulares permanentes, incluindo os ocupados, os ocupados sem entrevista realizada e os vagos. Um setor censitário que possuía 60 ou mais domicílios particulares permanentes constituiu sozinho uma unidade primária de amostragem. Por outro lado, os setores censitários com tamanho menor que o mínimo definido foram agrupados dentro do mesmo subdistrito, respeitando a contiguidade, o tipo e a situação dos setores, até que o grupo formado tivesse ao menos 60 domicílios particulares permanentes. Cada um dos grupos assim formados constituiu uma unidade primária de amostragem.

Esquema de rotação da amostra de domicílios

A PNAD Contínua tem periodicidade de coleta trimestral, ou seja, a amostra total de domicílios é coletada em um período de três meses para, ao final desse ciclo, serem produzidas as estimativas dos indicadores desejados.

Um dos principais interesses em pesquisas contínuas que acompanham mercado de trabalho é a inferência a respeito de mudanças no comportamento dos indicadores, considerando o período de divulgação definido. Nessas situações, a amostra é planejada de tal forma que haja rotação dos domicílios selecionados, mantendo uma parcela sobreposta entre dois períodos de divulgação subsequentes.

No caso da PNAD Contínua, o esquema de rotação da amostra adotado foi o esquema 1-2(5), que é o mais eficiente quando um dos principais interesses da pesquisa é a inferência a respeito de mudanças em indicadores trimestrais. Nesse esquema, o domicílio é entrevistado um mês e sai da amostra por dois meses seguidos, sendo esta sequência repetida cinco vezes. Para a operacionalização desse esquema, foi necessário definir 15 grupos de rotação de domicílios (painéis), dividindo a amostra de unidades primárias de amostragem nesses grupos. A cada mês do trimestre, são pesquisados cinco grupos e, ao final do período, a amostra é acumulada para produção dos indicadores.

Tamanho da amostra

A PNAD Contínua visita, trimestralmente, 15 096 unidades primárias de amostragem espalhadas em todo o Território Nacional. Em cada uma delas, 14 domicílios são visitados, totalizando 211 344 domicílios por trimestre. A coleta das 15 096 unidades primárias de amostragem de um trimestre é distribuída em 12 semanas, de forma a manter um equilíbrio na carga de trabalho. Assim, a cada semana, aproximadamente 1 310 ($\frac{1}{12}$ da amostra) unidades primárias de amostragem são entrevistadas, e, a cada mês, cerca de 5 032 unidades primárias de amostragem ($\frac{1}{3}$ da amostra) são visitadas.

Características de trabalho

O conceito de trabalho abrange diferentes formas de produção de bens e serviços para consumo próprio ou de terceiros:

- a) Trabalho em ocupação - Trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens e serviços; ou trabalho sem remuneração direta ao trabalhador, realizado em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, que recebe em conjunto a remuneração pelo trabalho;
- b) Trabalho na produção de bens e serviços destinados somente ao próprio consumo das pessoas moradoras do domicílio ou de parentes que residem em outro domicílio;
- c) Trabalho voluntário;
- d) Trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas; ou
- e) Trabalho nos afazeres domésticos.

O item a), trabalho em ocupação, apresenta a forma de trabalho adotada para definir a força de trabalho. Este conceito de trabalho em ocupação, utilizado a partir do quarto trimestre de 2015, já está ajustado à Resolução I da 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho - CIET. Anteriormente, no que concerne ao Notas técnicas, versão 1.0 15 trabalho sem remuneração direta ao trabalhador, somente era assim considerado se fosse em ajuda na atividade econômica de membro do domicílio.

Classificações utilizadas

Ocupações

As ocupações foram classificadas utilizando-se a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar, que foi desenvolvida pelo IBGE para as pesquisas domiciliares, tendo como referência a International Standard Classification of Occupations - ISCO-08 (Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones - CIUO-88), da Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO). A CBO-Domiciliar mantém-se idêntica à ISCO-08 no nível mais agregado (grande grupo) e reagrupa alguns subgrupos principais, subgrupos e grupos de base, considerando as especificidades nacionais e as dificuldades de sua captação com precisão nas pesquisas domiciliares.

Atividade

A classificação da atividade do empreendimento foi obtida por meio da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade à qual a pessoa estava vinculada. Para a pessoa que trabalhava por conta própria, a classificação foi feita de acordo com a natureza da atividade exercida. As atividades foram classificadas utilizando-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar 2.0, que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0. A CNAE-Domiciliar 2.0 mantém-se idêntica à CNAE 2.0 nos níveis mais agregados (seção e divisão), com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o atacado do varejo; reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares; e desagrega algumas atividades de interesse para as pesquisas domiciliares. A CNAE 2.0 tem como referência a International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC (Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIU), 4ª revisão, das Nações Unidas.

Disseminação dos resultados

As tabelas de resultados da PNAD Contínua e os coeficientes de variação associados às estimativas constantes nas tabelas são divulgados no portal do IBGE na Internet, como indicado a seguir:

Periodicidade mensal

Conjunto restrito de indicadores nacionais relacionados à força de trabalho, obtidos por médias móveis trimestrais, apenas no nível geográfico de Brasil.

Periodicidade trimestral

Conjunto detalhado de indicadores relacionados à força de trabalho, para todos os níveis geográficos da pesquisa: Brasil; Grandes Regiões; Unidades da Federação; 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia); Municípios das Capitais; e Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Grande Teresina.

Periodicidade anual

Conjunto de indicadores relacionados aos demais temas suplementares permanentes da pesquisa e indicadores complementares relacionados à força de trabalho, com detalhamento variável, para todos os níveis geográficos da 22 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua pesquisa: Brasil; Grandes Regiões; Unidades da Federação; 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia); Municípios das Capitais; e Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Grande Teresina

Periodicidade variável

Indicadores para outros temas ou tópicos dos temas permanentes da pesquisa, investigados ocasionalmente para suprir necessidades de informações para a formulação e gestão de políticas públicas, com abrangência geográfica também variável.

2 Grupamentos e divisões de atividade

Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Agropecuária)

Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados

Produção florestal

Pesca e aquicultura

Indústria geral (Indústria)

Indústrias extrativas

Indústrias de transformação

Eletricidade e gás

Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação

Construção

Construção e incorporação de edifícios

Obras de infraestrutura

Serviços especializados para construção

Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (Comércio e reparação)

Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas

Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas

Administração pública, defesa e seguridade social (Administração pública)

Administração pública, defesa e seguridade social

Educação, saúde humana e serviços sociais (Educação, saúde e serviços sociais)

Educação

Atividades de atenção à saúde humana

Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, inclusive prestadas em residências coletivas e particulares

Serviços de assistência social sem alojamento

Serviços domésticos

Serviços domésticos

Demais serviços

Transporte terrestre

Transporte aquaviário

Transporte aéreo

Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes

Correio e outras atividades de entrega

Alojamento

Alimentação

Edição e edição integrada à de impressão

Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e de música

- Atividades de rádio e de televisão
 - Telecomunicações
 - Atividades dos serviços de tecnologia da informação
 - Atividades de prestação de serviços de informação
 - Atividades de serviços financeiros
 - Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde
 - Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde
 - Atividades imobiliárias
 - Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria
 - Atividades de consultoria em gestão empresarial
 - Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas
 - Pesquisa e desenvolvimento científico
 - Publicidade e pesquisas de mercado
 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas
 - Atividades veterinárias
 - Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros
 - Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra
 - Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas
 - Atividades de vigilância, segurança e investigação
 - Serviços para edifícios e atividades paisagísticas
 - Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados a empresas
 - Atividades artísticas, criativas e de espetáculos
 - Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental
 - Atividades de exploração de jogos de azar e apostas
 - Atividades esportivas e de recreação e lazer
 - Atividades de organizações associativas
 - Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos
 - Outras atividades de serviços pessoais
 - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
- Atividades mal definidas**
- Atividades mal definidas

3 Composição dos estratos ocupacionais

(Classificação Brasileira de Ocupações – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)

Estrato A

Dirigentes em geral

Membros superiores e dirigentes do poder público
Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)
Gerentes

Profissionais das ciências e das artes

Profissionais policientíficos
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins
Profissionais do ensino (com formação de nível superior)
Profissionais das ciências jurídicas
Profissionais das ciências sociais e humanas
Comunicadores, artistas e religiosos

Estrato B

Técnicos de nível médio

Técnicos polivalentes
Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins
Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins
Professores leigos e de nível médio
Técnicos de nível médio em serviços de transportes
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas
Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos
Outros técnicos de nível médio

Estrato C

Trabalhadores de serviços administrativos

Escriturários
Trabalhadores de atendimento ao público

Estrato D

Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção

Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil
Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos
Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica
Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais
Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins
Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas

Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário
Trabalhadores de funções transversais
Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias
Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção
Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos
Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
Operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água
Outros trabalhadores elementares industriais
Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica
Polimantenedores
Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação

Estrato E

Trabalhadores dos serviços

Trabalhadores dos serviços

Vendedores e prestadores de serviço do comércio

Vendedores e prestadores de serviços do comércio

Estrato F

Trabalhadores agrícolas

Produtores na exploração agropecuária

Trabalhadores na exploração agropecuária

Pescadores, caçadores e extrativistas florestais

Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal

Glossário

adensamento domiciliar excessivo Categoria em que se classifica o domicílio particular permanente que tem um número médio superior a três moradores por cômodo utilizado como dormitório.

aluguel mensal Valor do aluguel do domicílio particular permanente alugado relativo ao mês de referência da pesquisa.

atividade econômica: Conjunto de unidades de produção para o qual a pessoa trabalha caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

banheiro Cômodo destinado a banho e que também dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejeções.

coleta direta do lixo Quando o lixo do domicílio é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atende ao logradouro em que se situa o domicílio.

coleta indireta de lixo Quando o lixo do domicílio é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolhe.

condição de ocupação do domicílio Classificação do domicílio particular permanente em: próprio - já pago – quando o domicílio é de propriedade, total ou parcial, de morador, estando integralmente quitado, independentemente da condição de ocupação do terreno; próprio – ainda pagando aquisição – quando o domicílio é de propriedade, total ou parcial, de morador, e não está integralmente quitado, independentemente da condição de ocupação do terreno; alugado – quando o aluguel do domicílio é, total ou parcialmente, pago por morador; cedido – quando o domicílio é cedido gratuitamente por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora (parente ou não), ainda

que mediante a uma taxa de ocupação ou conservação, inclusive o domicílio cujo aluguel é integralmente pago, direta ou indiretamente, por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora; ou outra – quando o domicílio é ocupado em condição diferente das anteriormente arroladas, como, por exemplo, no caso de invasão.

consumo final das famílias Despesa de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

contribuinte para instituto de previdência Pessoa que contribui para instituto de previdência, federal (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou Plano de Seguridade Social do Servidor Público Civil da União), estadual (instituto de previdência estadual, incluindo os servidores das forças auxiliares estaduais), ou municipal (instituto de previdência municipal, incluindo os servidores das forças auxiliares municipais), no trabalho principal, no secundário e em pelo menos um dos demais trabalhos que tem na semana de referência. Na base de dados da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, o contribuinte pessoa física constitui toda pessoa física que contribui para a Previdência Social a partir do cruzamento de informações de distintas bases a fim de se evitar a duplicidade de a mesma pessoa ser registrada como “empregado” ou na categoria “outros contribuintes”, consolidando suas contribuições.

cor ou raça Característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa que se declara de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda ou indígena.

decis de renda Ver divisão em percentis de renda.

divisão em percentis de renda Procedimento que visa agrupar as unidades de análise desejadas em grupos definidos a partir de uma medida de rendimento. Um exemplo é a divisão em quintos de renda, na qual se obtém cinco grupos, cada um com 20% das unidades desejadas. Assim, o primeiro quinto de renda possui as 20% unidades com menores rendimentos, e o último quinto possui as 20% unidades com maiores rendimentos. Tal divisão foi realizada por meio de um procedimento que calcula a proporção da população acumulada após ordenação da base pela variável de renda desejada para realizar a divisão, após randomização inicial para evitar influência da ordem geográfica original da base.

domicílio Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

domicílio particular Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. O domicílio particular é classificado em: permanente – localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento ou cômodo); ou improvisado – localizado em unidade que não possui dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc. que esteja servindo de moradia.

domicílio particular improvisado *Ver* domicílio particular

domicílio particular permanente *Ver* domicílio particular

dormitório Cômodo que está em caráter permanente sendo utilizado para esta finalidade por morador do domicílio particular permanente.

educação de jovens e adultos Modalidade da educação oferecida às pessoas de 15 anos ou mais de idade que não tiveram acesso ou continuidade de estudo, na idade apropriada, no ensino fundamental ou às pessoas de 18 anos de idade que não tiveram acesso ou continuidade de estudo, na idade apropriada, no ensino médio. No passado, a educação de jovens e adultos teve as seguintes denominações: artigo 99 e supletivo.

empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, inclui-se a pessoa que presta serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

empregador Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial Forma de esgotamento em que o escoamento do banheiro ou sanitário de uso dos moradores do domicílio particular permanente está ligado a um sistema de coleta que os conduz a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada. Inclui também os domicílios onde o esgotamento é feito por meio de fossa séptica conectada à rede coletora ou pluvial.

força de trabalho ampliada Soma das pessoas que compõem a força de trabalho com a parcela das pessoas que se encontram na força de trabalho potencial.

força de trabalho potencial Conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho. Este contingente é formado por dois grupos:

1. pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; 2. pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência. Na presente publicação, optou-se por selecionar apenas as pessoas de 16 anos ou mais de idade.

frequência escolar Frequência, na semana de referência, a creche, curso pré-escolar, curso regular do ensino fundamental, regular do ensino médio, superior de graduação, educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental, educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio, alfabetização de jovens e adultos, pré-vestibular, mestrado ou doutorado.

horas trabalhadas no trabalho principal Número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal.

imobilidade Categoria ocupacional ou o nível de instrução alcançado pelo filho igual ao já alcançado pelo pai ou mãe na escala hierarquizada de ocupações e dos níveis de instrução.

índice (ou coeficiente) de Gini Medida de desigualdade relativa obtida a partir da Curva de Lorenz, que relaciona o percentual acumulado da população em ordem crescente de rendimentos (eixo x) e o percentual acumulado de rendimentos (eixo y). Quando os percentuais acumulados de população correspondem aos percentuais acumulados de rendimentos (10% da população com 10% dos rendimentos, por exemplo), tem-se a linha de perfeita igualdade. A Curva de Lorenz representa a distribuição real de rendimentos de uma dada população tendo, em geral, formato convexo. Quanto mais afastada da linha de perfeita igualdade, mais desigual a distribuição. O índice de Gini é uma medida numérica que representa o afastamento de uma dada distribuição de renda (Curva de Lorenz) da linha de perfeita igualdade, variando de "0" (situação onde não há desigualdade) e "1" (desigualdade máxima, ou seja, toda a renda apropriada por um único indivíduo).

índice (ou coeficiente) de Palma Medida de desigualdade relativa também conhecida como "razão 10/40". É obtida a partir da razão entre o rendimento acumulado pelos 10% da população com maiores rendimentos em relação aos 40% da população com menores rendimentos.

linha de pobreza Recorte na distribuição de consumo ou rendimentos que separa as unidades de análise (pessoas, famílias, domicílios) em pobres e não pobres. Existem diversas metodologias para gerar linhas de pobreza, as mais comuns são as linhas absolutas (com valores numéricos específicos), relativas (uma proporção da média ou mediana dos rendimentos, por exemplo) ou subjetivas (baseadas na percepção das pessoas).

média de moradores por dormitório Total de habitantes residentes em domicílio particulares permanentes dividido pelo total de cômodos utilizados de forma permanente como dormitório nos domicílios particulares permanentes.

mobilidade ascendente Categoria ocupacional ou nível de instrução alcançado pelo filho acima daquele possuído pelo pai ou mãe na escala hierarquizada de ocupações e dos níveis de instrução.

mobilidade descendente Categoria ocupacional ou nível de instrução alcançado pelo filho abaixo daquele possuído pelo pai ou mãe na escala hierarquizada de ocupações e dos níveis de instrução.

nível da ocupação Percentagem das pessoas ocupadas de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

nível de instrução Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau que a pessoa frequenta ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores e o vigente, nos seguintes níveis: sem instrução; fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; superior incompleto; superior completo; ou não determinado.

nível de instrução do pai (da mãe) Classificação estabelecida em função do grau ou nível mais elevado que o pai (a mãe) da pessoa residente no mesmo domicílio quando tinha 15 anos de idade havia frequentado, e da sua conclusão ou do término da sua primeira série com aprovação, nessa ocasião, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores e o vigente. O nível de instrução do pai (da mãe) foi classificado em: sem instrução; fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; superior incompleto; superior completo; ou não sabe – quando a pessoa não sabe o nível de instrução do pai (da mãe) na ocasião em que tinha 15 anos de idade.

nível fundamental completo Grau ou nível atingido pela pessoa que: a) frequenta: a 1ª série de curso do ensino médio, regular ou da educação de jovens e adultos; b) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação: curso do médio 1º ciclo, regular do 1º grau ou do ensino fundamental com duração de oito anos ou nove anos, da educação de jovens e adultos ou supletivo do 1º grau ou do ensino fundamental; ou c) não frequenta, mas já frequentou: curso do médio 2º ciclo, regular do 2º grau ou do ensino médio, da educação de jovens e adultos ou supletivo do 2º grau ou do ensino médio, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série destes cursos; ou curso de médio 2º ciclo não seriado, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do 2º grau ou do ensino médio não seriados, mas não concluiu estes cursos.

nível fundamental completo do pai (da mãe) Grau ou nível atingido pelo pai (pela mãe) que, na ocasião em que o filho residente no mesmo domicílio tinha 15 anos de idade: a) havia frequentado, no máximo, o médio 1º ciclo, 1º grau ou o ensino fundamental e havia concluído este curso; ou b) havia frequentado, mas não concluído, a 1ª série do médio 2º ciclo, do 2º grau ou do ensino médio.

nível fundamental incompleto Grau ou nível atingido pela pessoa que: a) frequenta: da 2ª a 8ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de oito anos ou da educação de jovens e adultos do ensino

fundamental; da 3ª a 9ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de nove anos; ou b) não frequenta, mas já frequentou: curso elementar e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série deste curso; curso de médio 1º ciclo, mas não concluiu este curso; curso regular do 1º grau ou do ensino fundamental de duração de oito anos, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do 1º grau ou ensino fundamental e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série e, no máximo, a 7ª série destes cursos; ou curso regular do ensino fundamental de duração de nove anos e concluiu, com aprovação, pelo menos a 2ª série e, no máximo, a 8ª série deste curso.

nível fundamental incompleto do pai (da mãe) Grau ou nível atingido pelo pai (pela mãe) que, na ocasião em que o filho residente no mesmo domicílio tinha 15 anos de idade: a) havia concluído, no mínimo, a 1ª série do elementar, sendo este o curso mais elevado que havia frequentado; ou b) havia concluído, no mínimo, a 1ª série do médio 1º ciclo, do 1º grau ou do ensino fundamental, mas não havia terminado o curso.

nível médio completo Grau ou nível atingido pela pessoa que: a) frequenta: a 4ª série de curso regular do ensino médio; curso pré-vestibular; ou a 1ª série de curso superior de graduação; ou b) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, pelo menos a 3ª série de curso do médio 2º ciclo, ou regular do 2º grau ou do ensino médio; c) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, curso de educação de jovens e adultos ou supletivo do 2º grau ou do ensino médio; ou d) não frequenta, mas já frequentou curso superior de graduação, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série deste curso.

nível médio completo do pai (da mãe) Grau ou nível atingido pelo pai (pela mãe) que, na ocasião em que o filho residente no mesmo domicílio tinha 15 anos de idade: a) havia frequentado, no máximo, o médio 2º ciclo, o 2º grau ou o ensino médio e havia concluído este curso; ou b) havia frequentado, mas não concluído, a 1ª série de curso superior.

nível médio incompleto Grau ou nível atingido pela pessoa que: a) frequenta: a 2ª ou a 3ª série de curso do ensino médio, regular ou de educação de jovens e adultos; ou b) não frequenta, mas já frequentou e concluiu a 1ª série ou, no máximo, a 2ª série de curso do médio 2º ciclo, regular do 2º grau ou do ensino médio, da educação de jovens e adultos ou supletivo do 2º grau ou do ensino médio.

nível médio incompleto do pai (da mãe) Grau ou nível atingido pelo pai (pela mãe) que, na ocasião em que o filho residente no mesmo domicílio tinha 15 anos de idade: havia concluído, no mínimo, a 1ª série do médio 2º ciclo, o 2º grau ou o ensino médio, mas não havia terminado o curso.

nível não determinado Grau ou nível da pessoa que frequenta curso de educação de jovens e adultos do ensino fundamental não seriado ou do ensino médio não seriado.

nível sem instrução Grau ou nível da pessoa que: a) nunca frequentou escola; b) frequenta: creche; classe de alfabetização; maternal, jardim de infância etc.; curso de alfabetização de jovens e adultos; a 1ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de oito anos ou da educação de jovens e adultos do ensino fundamental; a 1ª ou a 2ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de nove anos; ou c) não frequenta, mas já frequentou: creche; classe de alfabetização; maternal, jardim de infância etc.; alfabetização de jovens e adultos; curso elementar, regular do 1º grau ou do ensino fundamental de duração de oito anos, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do 1º grau ou do ensino fundamental, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série destes cursos; curso regular do ensino fundamental de duração de nove anos, mas, no máximo, concluiu, com aprovação, a 1ª série deste curso; curso da educação de jovens e adultos ou supletivo do 1º grau ou do ensino fundamental não seriados, mas não concluiu estes cursos.

nível sem instrução do pai (da mãe) Grau ou nível do pai (da mãe) que, na ocasião em que o filho residente no mesmo domicílio tinha 15 anos de idade: a) nunca havia frequentado escola; b) havia frequentado, no máximo, o maternal ou jardim de infância, a classe de alfabetização ou o curso de alfabetização de jovens e adultos; ou c) havia frequentado, mas não concluído, a 1ª série do elementar, 1º grau ou ensino fundamental.

nível superior completo Grau ou nível da pessoa que: a) frequenta curso de mestrado ou doutorado; b) não frequenta, mas já frequentou curso de mestrado ou doutorado; ou c) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, curso superior de graduação.

nível superior completo do pai (da mãe) Grau ou nível atingido pelo pai (pela mãe) que, na ocasião em que o filho residente no mesmo domicílio tinha 15 anos de idade: a) havia frequentado, no máximo, curso superior de graduação e havia concluído este curso; ou b) havia frequentado curso de mestrado ou doutorado.

nível superior incompleto Grau ou nível da pessoa que: a) frequenta da 2ª a 6ª série de curso superior de graduação; ou b) não frequenta, mas já frequentou curso superior de graduação e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série, mas não concluiu o curso.

nível superior incompleto do pai (da mãe) Grau ou nível atingido pelo pai (pela mãe) que, na ocasião em que o filho residente no mesmo domicílio tinha 15 anos de idade: havia concluído, no mínimo, a 1ª série de curso superior, mas não havia terminado este curso.

ônus excessivo com aluguel Categoria em que se classifica o domicílio particular permanente alugado, cujo valor do aluguel iguala ou supera a proporção de 30% da renda domiciliar mensal.

paredes construídas predominantemente com materiais duráveis

Quando as paredes externas do prédio onde se localiza o domicílio particular permanente são predominantemente de alvenaria (tijolo, adobe, pedra, concreto pré-moldado ou aparente), taipa revestida ou madeira aparelhada.

pessoa desocupada Pessoa de 14 anos ou mais de idade sem trabalho em ocupação na semana de referência que tomou alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estava disponível para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência. Na presente publicação, optou-se por selecionar apenas as pessoas de 16 anos ou mais de idade.

pessoa em idade de trabalhar Pessoa de 14 anos ou mais de idade na data de referência. Na presente publicação, optou-se por selecionar apenas as pessoas de 16 anos ou mais de idade.

pessoa fora da força de trabalho Pessoa de 14 anos ou mais de idade que não estava ocupada nem desocupada na semana de referência. Na presente publicação, optou-se por selecionar apenas as pessoas de 16 anos ou mais de idade.

pessoa na força de trabalho Pessoa de 14 anos ou mais de idade ocupada ou desocupada na semana de referência. Na presente publicação, optou-se por selecionar apenas as pessoas de 16 anos ou mais de idade.

pessoa ocupada Pessoa de 14 anos ou mais de idade que, na semana de referência, trabalhou pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana por motivo de férias, licença, falta, greve etc. Na presente publicação, optou-se por selecionar apenas as pessoas de 16 anos ou mais de idade.

pessoa subocupada por insuficiência de horas trabalhadas Pessoa que, na semana de referência, atendia a quatro condições: 1. tinha 14 anos ou mais de idade; 2. trabalhava habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos; 3. gostaria de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; 4. estava disponível para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência. Na presente publicação, optou-se por selecionar apenas as pessoas de 16 anos ou mais de idade.

pobreza Condição de pessoas, famílias ou domicílios em situação de vulnerabilidade por não ter acesso a rendimentos, consumo ou uma

cesta de bens e serviços considerados essenciais para o sustento. A pobreza é um fenômeno multidimensional e pode ser medida com uma abordagem que dá conta de diversas dimensões de restrição de acesso (pobreza multidimensional). Ao mesmo tempo, a abordagem mais recorrente utiliza valores monetários, quer dizer, rendimentos ou consumo (pobreza monetária).

pobreza monetária Condição de pessoas, famílias ou domicílios que se encontram abaixo de uma linha de pobreza baseada em rendimentos ou consumo. A linha ou as linhas utilizadas podem ser únicas no país ou variar regionalmente, além de serem construídas segundo diversas metodologias. *Ver também* linha de pobreza.

pobreza multidimensional Classificação pessoas, famílias ou domicílios como pobres multidimensionais a partir da identificação em uma situação de restrição de acesso quanto a dimensões consideradas relevantes para se ter condições de vida satisfatórias (por exemplo, acesso a educação, saneamento básico, proteção social, etc.). Para se chegar ao número de pobres multidimensionais é necessário definir em quantas das dimensões avaliadas é necessário haver restrição de acesso. Após essa decisão, devem-se somar as unidades de análise com restrição de acesso para se chegar à incidência de pobreza. Costuma-se usar também uma medida de "incidência ajustada", que leva em conta o quantitativo de pobres multidimensionais e também a amplitude da pobreza (em quantas dimensões se tem restrição de acesso em média).

posição na ocupação Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, a pessoa é classificada em: empregado, trabalhador doméstico, conta própria, empregador, trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar, outro trabalhador não remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo, ou trabalhador na construção para o próprio uso. Para efeito de divulgação, as categorias "trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar" e "outro trabalhador não remunerado" são reunidas em uma única, denominada "não remunerado".

posse de máquina de lavar roupa Existência de máquina de lavar roupa (aparelho que desenvolve, de forma automática, todas as etapas da lavagem de roupa, desde a entrada de água na máquina, passando pelos processos de agitação e enxágue, até o de centrifugação), no domicílio particular permanente.

posse de microcomputador com acesso à Internet no domicílio Existência de microcomputador, inclusive portátil, exclusive aparelhos de tipo *tablet*, no domicílio particular permanente.

posse de telefone Existência de telefone, fixo ou celular, no domicílio particular permanente.

posse de televisão Existência de televisão, preto e branco ou em cores, no domicílio particular permanente.

procura de ocupação Tomada de alguma providência efetiva para conseguir ocupação: contato estabelecido com empregadores; prestação de concurso; inscrição em concurso; consulta a agência de emprego, sindicato ou órgão similar; resposta a anúncio de emprego; solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou por meio de anúncio; tomada de medida para iniciar negócio etc.

produto interno bruto (PIB) Bens e serviços produzidos no país descontadas as despesas com os insumos utilizados no processo de produção durante o ano. É a medida do total do valor adicionado bruto gerado por todas as atividades econômicas.

quintos de renda: Ver divisão em percentis de renda.

razão de rendimentos Relação entre os rendimentos médios mensais das pessoas de determinado grupo etário, com rendimento, em determinados estratos (décimos) populacionais ordenados em forma crescente de rendimentos. A razão 10/40 relaciona o rendimento dos 10% com maiores rendimentos com os 40% com menores rendimentos. A razão 20/20 relaciona os rendimentos dos 20% com maiores rendimentos com os 20% com menores rendimentos. A razão 1/50 representa a razão de rendimentos entre o 1% com maiores rendimentos e os 50% com menores rendimentos.

rendimento do trabalho principal Rendimento do único trabalho que a pessoa tem na semana de referência. Para a pessoa que tem mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotam-se os seguintes critérios para definir o trabalho principal desse período: o trabalho da semana de referência no qual tem maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Este mesmo critério é adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados e que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona maior rendimento.

rendimento-hora do trabalho principal Média do rendimento do trabalho principal dividido pela média do número de horas trabalhadas.

rendimento mensal domiciliar Soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal domiciliar per capita Resultado da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de componentes da unidade domiciliar, exclusive os daqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

salário mínimo Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para o cálculo dos rendimentos em salários mínimos, considera-se o valor nacional em vigor no mês de referência da pesquisa.

semana de referência Semana de domingo a sábado que precede a semana de entrevista da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Esse período é utilizado, por exemplo, na captação de informações sobre pessoas ocupadas, dias e horas trabalhados efetivamente, dedicação à atividade de produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso, e dedicação à atividade de cuidado de pessoas. Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014, foi a semana de 21 a 27 de setembro de 2014.

subocupação por insuficiência de horas trabalhadas Condição na qual o trabalhador possui disponibilidade para trabalhar mais horas, seja em um segundo trabalho ou mesmo substituindo o trabalho atual por um outro que tenha carga horária maior. Nesta medida torna-se importante separar os trabalhadores que possuem as horas habituais e efetivas de trabalho abaixo de um mínimo de horas definido – tendo disponibilidade para serem contratados em outro emprego – daqueles cujas horas efetivas sejam superiores às horas habituais de trabalho.

taxa composta da subutilização da força de trabalho Proporção da população subocupada por insuficiência de horas somada à população desocupada e à força de trabalho potencial, tendo como denominador a força de trabalho ampliada.

taxa de desocupação Proporção de pessoas desocupadas em relação ao total de pessoas economicamente ativas em um determinado grupo etário.

taxa de participação Proporção da população ocupada ou desocupada (população economicamente ativa) em relação às pessoas em idade de trabalhar.

taxa de sindicalização Proporção de trabalhadores formais que contribui voluntariamente para os sindicatos de suas respectivas categorias profissionais, em relação ao total de trabalhadores formais. Excluem-se deste indicador os trabalhadores que realizam a contribuição sindical compulsória.

trabalhador familiar auxiliar Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era conta própria, empregador ou empregado.

trabalhador por conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

trabalho Exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens e serviços; ou trabalho sem remuneração direta ao trabalhador, realizado em ajuda à atividade econômica de

membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, que recebe em conjunto a remuneração pelo trabalho; b) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços destinados somente ao próprio consumo das pessoas moradoras do domicílio ou de parentes que residem em outro domicílio; c) trabalho voluntário; d) ocupação sem remuneração no cuidado de pessoas; ou e) ocupação sem remuneração nos afazeres domésticos.

trabalho formal Trabalho com carteira assinada, incluindo os trabalhadores domésticos; militares e funcionários públicos estatutários, bem como os empregadores e trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social.

trabalho informal Trabalho sem carteira assinada, incluindo os trabalhadores domésticos, empregadores e trabalhadores conta própria que não contribuem para a previdência social, trabalhadores não remunerados, bem como os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso.

trabalho principal Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa. Para a pessoa com mais de um trabalho, isto é, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, considera-se como principal o trabalho da semana de referência no qual tem mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Adota-se este mesmo critério para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona o maior rendimento.

uso do banheiro ou sanitário Classificação do uso do banheiro ou sanitário do domicílio particular permanente em: só do domicílio - quando o banheiro ou sanitário é de uso exclusivo dos moradores do domicílio; ou comum a mais de um domicílio - quando o banheiro ou sanitário é de uso comum dos moradores do domicílio e de pelo menos um outro domicílio localizado no mesmo terreno ou propriedade.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Claudio Dutra Crespo

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Barbara Cobo Soares

Coordenação geral da Síntese de Indicadores Sociais

André Simões

Revisão final dos textos

André Simões

Barbara Cobo Soares

Betina Fresneda

Bruno Mandelli Perez

Caroline Santos

Cíntia Simões Agostinho

Claudio Dutra Crespo

João Hallak Neto

Leonardo Athias

Luanda Botelho

Pedro Rocha de Moraes

Programação, processamento e tabulação dos resultados

Ailton Furtado

Isabel Luzia Nori dos Santos

Paulo César Dick

Júlia Carvalho Azevedo

Gabriela de Santana Domingos)

Elaboração dos mapas

Nilo César Coelho da Silva

Análise dos resultados**Mercado de trabalho**

André Simões
Caroline Santos
Cíntia Simões Agostinho
João Hallak Neto
Luanda Botelho

Padrão de vida e distribuição de renda

Bruno Mandelli Perez
Leonardo Athias

Mobilidade ocupacional e educacional

Betina Fresneda
Pedro Rocha de Moraes

Colaboradores

Karina Porciuncula Santos (Estagiária)
Theo Veiga de Azevedo (Estagiário)

Projeto Editorial**Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração**Diagramação tabular e de gráficos**

Aline Carneiro Damacena
Marisa Sigolo
Solange Maria Mello de Oliveira

Diagramação textual

Solange Maria Mello de Oliveira

Programação visual da publicação

Fernanda Jardim
Luiz Carlos Chagas Teixeira
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação**Pesquisa e normalização documental**

Ana Raquel Gomes da Silva
Juliana da Silva Gomes
Juliana Chagas Moreira
Kleiton Moura Silva (Estagiário)
Lioara Mandoju

Nadia Bernuci dos Santos
Solange de Oliveira Santos
Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva
Juliana da Silva Gomes

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Impressão e acabamento

Newton Malta de Souza Marques
Helvio Rodrigues Soares Filho

Série Estudos e Pesquisas

Números Divulgados

Informação demográfica e socioeconômica - ISSN 1516-3296

Síntese de indicadores sociais 1998, n. 1, 1999.

Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil, n. 2, 1999.

População jovem no Brasil, n. 3, 1999.

Síntese de indicadores sociais 1999, n. 4, 2000.

Síntese de indicadores sociais 2000, n. 5, 2001.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000, n. 6, 2001.

Mapa do mercado de trabalho no Brasil 1992-1997, n. 7, 2001.

Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 8, 2002.

Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 9, 2002.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2000, n. 10, 2002.

Síntese de indicadores sociais 2002, n. 11, 2003.

Síntese de indicadores sociais 2003, n. 12, 2004.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000, n.13, 2004.

Indicadores sociais municipais: uma análise da amostra do censo demográfico 2000, n.14, 2004.

Síntese de indicadores sociais 2004, n. 15, 2005.

Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000, n. 16, 2005.

Síntese de indicadores sociais 2005, n. 17, 2006.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003, n. 18, 2006.

Síntese de indicadores sociais 2006, n. 19, 2006.

Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos 1940 e 2000, n. 20, 2007.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2007, n. 21, 2007.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005, n. 22, 2008.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008, n. 23, 2008.

Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050, revisão 2008, n. 24, 2008.

Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil 2009, n. 25, 2009.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009, n. 26, 2009.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010, n. 27, 2010.

Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010, n. 28, 2010.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012, n. 29, 2012.

Tábuas abreviadas de mortalidade por sexo e idade - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, n. 30, 2013.

Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007- 2010, n. 31, 2013

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013, n. 32, 2013.

Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, n. 33, 2014.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2014, n. 34, 2014.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015, n. 35, 2015.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016, n. 36, 2016.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017, n. 37, 2017.

Informação geográfica - ISSN 1517-1450

Saneamento básico e problemas ambientais em Goiânia, n. 1, 1999.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002, n. 2, 2002.

Reserva ecológica do IBGE: ambientes e plantas vasculares, n. 3, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004, n. 4, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2008, n. 5, 2008.

Vetores Estruturantes da Dimensão Socioeconômica da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2009, n.6, 2009.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2010, n. 7, 2010.

Geoestatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal 2003, n. 8, 2011.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2012, n. 9, 2012.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2015, n. 10, 2015.

Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: Uma primeira aproximação, n. 11, 2017.

Informação econômica - ISSN 1679-480X

As micros e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001, n. 1, 2003.

Caracterização do setor produtivo de flores e plantas ornamentais no Brasil, n. 2, 2004.

Indicadores agropecuários 1996-2003, n. 3, 2004.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002, n. 4, 2004. 2. ed. 2004.

Economia do turismo: análise das atividades: características do turismo 2003, n.5, 2006.

- Demografia das empresas 2005, n.6, 2007.
- Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.7, 2008.
- As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005, n.8, 2008.
- Economia da saúde: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.9, 2008.
- Demografia das empresas 2006, n.10, 2008.
- O Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil 2003-2006, n. 11, 2009.
- Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2006, n.12, 2009.
- Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2007, n.13, 2010.
- Demografia das Empresas 2008, n. 14, 2010.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2008, n. 15, 2011.
- Demografia das Empresas 2009, n. 16, 2011.
- Demografia das Empresas 2010, n. 17, 2012.
- Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009, n. 18, 2012.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2010, n. 19, 2012.
- As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010, n. 20, 2012.
- Demografia das Empresas 2011, n. 21, 2013.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2011, n. 22, 2013.
- Demografia das Empresas 2012, n. 23, 2014.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2012, n. 24, 2014.
- Demografia das Empresas 2013, n. 25, 2015.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2013, n. 26, 2015.
- Demografia das Empresas 2014, n. 27, 2016.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2014, n. 28, 2016.
- Demografia das Empresas 2015, n. 29, 2017.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2015, n. 30, 2017.

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS

UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA

DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

2017

Esta publicação reúne múltiplas informações sobre as condições de vida da população brasileira acompanhadas de comentários que destacam, em cada uma das dimensões temáticas de análise, algumas das principais características observadas nos diferentes estratos populacionais, com base em indicadores que visam contemplar a heterogeneidade da sociedade sob a perspectiva das desigualdades sociais.

Ao longo de sua existência, inaugurada em 1999, a Síntese de Indicadores Sociais abarcou uma série de temas essenciais para o mapeamento dessas desigualdades e seus efeitos sobre a realidade social brasileira, sempre procurando incorporar assuntos atuais e relevantes para as políticas públicas. A presente edição reforça tal compromisso. Nela, buscou-se restringir o escopo temático, aprofundando, porém, a análise de questões que possuem elevada aderência às particularidades atuais da economia e da sociedade brasileira, estruturadas em três capítulos: *Mercado de trabalho*, *Padrão de vida e distribuição de renda* e *Mobilidade ocupacional e educacional*. O primeiro capítulo relaciona a dinâmica do mercado de trabalho com o comportamento da economia entre 2012 e 2016 e analisa, complementarmente, se os efeitos da crise econômica sobre a estrutura do mercado de trabalho brasileiro ampliaram as desigualdades; o segundo aborda a questão das desigualdades a partir de indicadores de distribuição de rendimento, acesso a bens e serviços, pobreza monetária (unidimensional) e pobreza multidimensional; e o terceiro, por fim, trata da mobilidade ocupacional e educacional à luz do arcabouço teórico sobre desigualdade de oportunidades.

Com capítulos mais amplos, esta edição da Síntese objetivou explorar uma gama maior de indicadores, que estão fartamente ilustrados em tabelas e gráficos para diferentes desagregações territoriais, chegando ao nível de Municípios das Capitais. Esse conjunto de informações também está disponibilizado no portal do IBGE na Internet, com tabelas que incluem indicadores apresentados no volume impresso e indicadores adicionais, com seus respectivos coeficientes de variação.

A principal fonte de informação para a construção dos indicadores ora divulgados é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, de 2012 a 2016, do IBGE, complementada com outras estatísticas do Instituto provenientes do Suplemento de Mobilidade Social da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, realizada em 2014, e do Sistema de Contas Nacionais - SCN. Utilizou-se ainda como fonte a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho.

A sistematização desses indicadores atende a recomendações internacionais e contribui para a compreensão das modificações nos perfis demográfico, social e econômico da população, possibilitando, assim, o monitoramento de políticas sociais e a disseminação de informações relevantes para toda a sociedade brasileira.

